

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

MARINA DE MELO SILVA SOARES OTONI

**MÃES EM SOFRIMENTO:**  
o mal-estar na maternidade a partir de uma perspectiva psicanalítica

Belo Horizonte  
2023

MARINA DE MELO SILVA SOARES OTONI

**MÃES EM SOFRIMENTO:**  
o mal-estar na maternidade a partir de uma perspectiva psicanalítica

Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos  
Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maris Campos Guerra (UFMG)

Belo Horizonte  
2023

|      |                                                                                                                                                                                                                                                |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 150  | Otoni, Marina de Melo Silva Soares.                                                                                                                                                                                                            |
| O88m | Mães em sofrimento [manuscrito] : o mal-estar na                                                                                                                                                                                               |
| 2023 | maternidade a partir de uma perspectiva psicanalítica / Marina de Melo Silva Soares Otoni. - 2023.                                                                                                                                             |
|      | 176 f.                                                                                                                                                                                                                                         |
|      | Orientadora: Andrea Maris Campos Guerra.                                                                                                                                                                                                       |
|      | Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.                                                                                                                                            |
|      | Inclui bibliografia                                                                                                                                                                                                                            |
|      | 1. Psicologia - Teses . 2. Maternidade – Teses. 3. Mães e filhas – Psicologia - Teses . 4. Mulheres - Teses. I. Guerra, Andrea Maris Campos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título. |



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**ATA DE DEFESA DE TESE DE MARINA DE MELO SILVA SOARES OTONI**

Realizou-se, no dia 31 de agosto de 2023, às 09:00 horas, FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *Mães em sofrimento: O mal-estar na maternidade a partir de uma perspectiva psicanalítica*, apresentada por MARINA DE MELO SILVA SOARES OTONI, número de registro 2019662714, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra - Orientador (UFMG), Prof(a). Graciela de Lima Pereira Bessa (Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de MG), Prof(a). Marcia Maria Rosa Vieira Luchina (UFMG), Prof(a). Vera Iaconelli (Instituto Gerar), Prof(a). Jacqueline de Oliveira Moreira (PUCMG).

A Comissão considerou a tese:

☒ ( x ) Aprovada

☐ ( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline de Oliveira Moreira, Usuário Externo**, em 12/09/2023, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maris Campos Guerra, Professora do Magistério Superior**, em 20/09/2023, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graciela de Lima Pereira Bessa, Usuário Externo**, em 26/09/2023, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Iaconelli, Usuária Externa**, em 26/09/2023, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Rosa Vieira Luchina, Professora do Magistério Superior**, em 30/11/2023, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2618422** e o código CRC **B3931108**.

## **AGRADECIMENTOS**

A escrita de uma tese exige muito estudo, tempo, persistência e capacidade de sustentar um desejo. Por isso, são muitas as pessoas que fizeram parte dessa jornada, contribuindo para que eu concluísse esse trabalho, que me transformou como mulher, pesquisadora e mãe.

Inicialmente, agradeço a minha orientadora Andrea Guerra. A ela, minha eterna gratidão pelo incentivo, pela aposta, pela parceria, pela amizade e pelos anos de trabalho juntas na UFMG, coordenando o Interfaces que compõe uma das frentes do PSILACS.

Aos professores membros da banca de qualificação e de defesa: Márcia Rosa Vieira, Cristina Marco, Jacqueline Oliveira, Graciela Bessa, Vera Iaconelli, pelo incentivo e pelas valiosas contribuições.

A Julianne Oliveira, David Moreno, Isa Gontijo, Thiago Bellato, Keilah Gerber, meus colegas de doutorado, que embarcaram comigo nessa loucura que é escrever uma tese e sustentar um desejo por quatro anos, pelo incentivo e pelo apoio nos momentos de estresse.

A Paula Dias que, por todos esses anos de trabalho juntas na UFMG, se tornou uma grande amiga.

Às minhas pacientes, que confiaram na minha escuta e suscitaram as questões que me levaram ao doutorado, minha eterna gratidão. Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

Aos membros do colegiado do Curso de Pós-graduação em Psicologia da UFMG, pela oportunidade de concluir meu mestrado e doutorado nessa instituição.

À minha tia Magda Soares, professora emérita da UFMG, referência mundial em alfabetização infantil, que faleceu na passagem do ano deixando um legado. Tia Magda é para mim uma referência como mulher, professora e pesquisadora, alguém que me inspira a pesquisar, escrever e falar de temas que tocam questões sociais, especialmente aquelas que atravessam o universo feminino.

Ao meu avô Caio Líbano, psiquiatra, estudioso da Psicanálise, que despertou em mim a curiosidade de saber quem era Freud, quando eu era apenas uma criança atenta as conversas dos adultos.

Aos meus pais, Caio e Ana Regina, aos meus irmãos, Caio e Sandra, aos meus tios, tias e amigos, pela torcida e incentivo.

Ao Mateus, meu companheiro de vida, por suportar minhas ausências e meus momentos de estresse.

Aos meus meninos, Lucas e Daniel, por me proporcionar viver a experiência mais difícil, encantadora e transformadora da minha vida.

À minha analista Ana Cecília Carvalho pela escuta e pelo acolhimento, especialmente nos momentos difíceis.

A mulher e a mãe.  
Entre a mãe e o filho, há uma mulher.  
Um filho realiza a mulher como mãe,  
mas não supre todas as suas necessidades e desejos.  
A mãe se sente completa.  
A mulher incompleta.  
A mãe se realiza com o filho.  
A mulher deseja para além dele.  
A mãe vive para o filho.  
A mulher almeja ser mais do que mãe.  
A mãe se satisfaz com o filho.  
A mulher se satisfaz no amor, na profissão, na vida.  
Entre a mãe e o filho, há uma mulher.  
Que se mescla, se mistura e se confunde com a mãe,  
que renasce com a maternidade e sobrevive na mãe.

(Marina Otoni)



## **RESUMO**

Esta tese objetiva compreender o mal-estar na maternidade manifestado por mulheres acometidas, com a chegada do filho, por uma cota significativa de sofrimento. A hipótese inicial para esse mal-estar, que surgiu a partir da escuta dessas mulheres no seu processo de análise, é a de que ele estaria relacionado à tentativa de realizar a maternidade infalível prescrita pelos especialistas de família. Por isso, inicialmente, contextualizei o momento histórico em que vivem essas mulheres com o intuito de localizar os discursos e imperativos culturais em torno da mulher e da mãe, que influenciam, hoje, a experiência das mulheres com a maternidade. Em seguida, tratei da feminilidade, maternidade e castração, uma vez que não é possível falar de maternidade sem abordar o tema do feminino e da castração. Para elucidar essa discussão, eu trouxe relatos clínicos, em formato de vinhetas, que se referem às mulheres contempladas nesta pesquisa, e trechos de diários íntimos escrito por mulheres-mães que compartilharam sua experiência com a maternidade nas redes sociais e por intermédio da publicação de livros. Ao finalizar essa exposição, concluí que o mal-estar na maternidade, no caso dessas mulheres, é decorrente da dificuldade de ser confrontada com o não-todo do feminino, ou seja, de lidar com a divisão que um filho inscreve no sujeito feminino entre a mãe e a mulher. Para compreender essa dificuldade por parte dessas mulheres de ser além de mãe, uma mulher que deseja para além do filho, realizei, a seguir, uma exposição sobre a relação mãe-filha. Essa exposição levou-me a concluir que a dificuldade de sustentar uma posição feminina, depois da chegada do filho, é consequência do fato de serem mulheres devastadas na relação com a mãe, que não estabeleceram uma distância necessária para elas construírem uma feminilidade e um destino próprio, distinto da mãe, o que justifica a busca obcecada, por parte delas, por encarnar o modelo de mãe prescrito pelos especialistas de família, que transforma a maternidade em uma experiência difícil e conflituosa. Trata-se, pois, de um modelo que convoca a mulher que se torna mãe a se inscrever como toda na relação com o filho, reatualizando, assim, por meio dessa relação, o vivido com sua própria mãe nos primórdios da sua infância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maternidade; Mal-estar; Mulher.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to understand the malaise in motherhood manifested by women affected, with the arrival of the child, by a significant amount of suffering. The initial hypothesis for this malaise, which emerged from listening to these women in their analysis process, was that it would be related to the attempt to carry out the infallible motherhood prescribed by family specialists. Therefore, initially, I contextualized the historical moment in which these women live to locate the discourses and cultural imperatives around the woman and the mother, which influence, today, the experience of women with motherhood. Then, I held an exhibition on femininity, motherhood, and castration, since it is not possible to talk about motherhood without addressing the theme of the feminine and castration. To elucidate this discussion, I brought clinical reports, in the form of vignettes, that refer to the women contemplated in this research, and excerpts from intimate diaries written by women-mothers who shared their experience with motherhood on social networks and through the publication of books. At the end of this exposition, I concluded that the malaise in motherhood, in the case of these women, is due to the difficulty of being confronted with the not-all the feminine, that is, of dealing with the division that a child inscribes in the feminine subject between the mother and the woman. In order to understand this difficulty on the part of these women to be more than a mother, a woman who wants more than a child, I made, in the third chapter, an exposition about the mother-daughter relationship. This exposition led me to conclude that this difficulty in sustaining a feminine position, after the arrival of the child, is a consequence of the fact that these women are devastated in their relationship with their mother, who have not established the necessary distance for them to build a femininity and a destiny of their own, different from their mother. This justifies the obsessive search to embody the model of mother prescribed by family specialists, which transforms motherhood into a difficult and conflicting experience. Because it is a model that summons the woman who becomes a mother to inscribe herself in the relationship with her child, thus updating, through this relationship, what she experienced with her own mother in the early days of her childhood.

**KEYWORDS:** Maternity; Malaise; Woman.

## SUMÁRIO

|                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                  | 12  |
| CAPÍTULO 1_A história das mulheres e da maternidade: do passado ao presente ..... | 19  |
| 1.1 A maternidade na era medieval .....                                           | 20  |
| 1.2 A mulher e a mãe na era moderna.....                                          | 26  |
| 1.2.1 Um caso de cura pelo hipnotismo .....                                       | 34  |
| 1.3 A maternidade no Brasil Colônia.....                                          | 37  |
| 1.4 A mulher na República e a nova mãe .....                                      | 43  |
| 1.5 A mulher e a mãe entre os anos 1960 e 1970 .....                              | 47  |
| CAPÍTULO 2_A mulher e a mãe no século XXI: a maternidade .....                    | 54  |
| 2.1 Os especialistas de família na cena contemporânea .....                       | 55  |
| 2.2 O retorno da ideologia naturalista e a crise identitária .....                | 60  |
| 2.3_A mãe ideal do século XXI .....                                               | 67  |
| 2.4 As supermulheres .....                                                        | 68  |
| CAPÍTULO 3 Feminilidade, maternidade e castração.....                             | 76  |
| 3.1 Feminilidade e maternidade em Freud.....                                      | 76  |
| 3.2 A mãe e a criança a partir da Psicanálise .....                               | 85  |
| 3.3 O pai no Complexo de Édipo .....                                              | 92  |
| 3.4 A mulher e a mãe.....                                                         | 91  |
| 3.5 Medeia: a verdadeira mulher .....                                             | 96  |
| 3.6 Recortes de uma clínica com mulheres-mães .....                               | 100 |
| 3.6.1_O caso Maria.....                                                           | 100 |
| 3.6.2 O caso Laura.....                                                           | 102 |
| 3.6.3_O caso Paula.....                                                           | 102 |
| 3.7 Maternidade e narcisismo .....                                                | 106 |
| CAPÍTULO 4_A delicada relação mãe-filha sob a ótica psicanalítica .....           | 111 |
| 4.1 A mãe na perspectiva da Psicanálise .....                                     | 112 |
| 4.2 O caso Dora .....                                                             | 115 |
| 4.3 A jovem homossexual .....                                                     | 118 |
| 4.4 De menina à mulher.....                                                       | 122 |
| 4.5 Entre mãe e filha: para Freud, o que se transmite? .....                      | 127 |
| 4.6 A devastação materna .....                                                    | 134 |
| 4.7 A devastação pelo viés do desejo da mãe.....                                  | 137 |
| 4.8_A criança no desejo da mãe.....                                               | 141 |
| 4.9 O lugar da filha no desejo da mãe .....                                       | 145 |
| 4.10 Histórias de captura .....                                                   | 153 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                        | 166 |
| Referências .....                                                                 | 171 |

## INTRODUÇÃO

A chegada de um filho, que representa uma fase delicada na vida de uma mulher, normalmente é vivenciada com alegria e entusiasmo pelas mulheres que se tornam mães. No entanto, há mulheres que apresentam uma cota significativa de sofrimento e mal-estar, após o nascimento do filho, que se manifesta especialmente no período puerperal.

De acordo com uma pesquisa realizada por pesquisadores brasileiros vinculados a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (FIOCRUZ), intitulada “Nascer no Brasil”, que entrevistaram, entre fevereiro de 2011 e outubro de 2012, 23.894 mulheres brasileiras no puerpério com o intuito de investigar a prevalência da depressão nesse período, em cada quatro mulheres brasileiras, mais de uma apresenta sintomas de depressão no período de 6 a 18 meses após o nascimento do bebê. Trata-se de um índice bastante elevado e significativo, uma vez que a prevalência desse distúrbio no Brasil foi mais elevada que a estimada pela Organização Mundial de Saúde para países de baixa renda em que 19,8% das parturientes apresentam transtorno mental, em sua maioria a depressão.

Embora a depressão seja o sintoma mais frequente entre as puérperas, há mulheres que apresentam outras manifestações de sofrimento como os quadros de ansiedade, transtorno do pânico, transtorno de estresse pós-traumático, fobias e psicose pós-parto. São transtornos que podem se manifestar tanto na gestação, como no período puerperal, podendo se estender por um período significativo que ultrapassa o puerpério.

Apesar desses transtornos mentais maternos representarem um desafio para a saúde pública e um risco tanto para a saúde e equilíbrio emocional da mãe, como do bebê, que depende da construção de um vínculo de afeto saudável com a genitora para se desenvolver, os motivos que levam as mulheres que se tornam mães a adoecer ainda são pouco discutidos e investigados pelos profissionais que atuam nos serviços de saúde voltados para o público feminino. Alguns fatores contribuem para essa triste realidade, como o fato do pré-natal no Brasil ainda ser focado no risco de saúde física da mãe e no desenvolvimento do bebê, da maioria dos profissionais que atuam com esse público não utilizarem as ferramentas necessárias para avaliar a presença de sintomas nas parturientes e puérperas que indiquem a presença de algum transtorno mental que pode acometer as mulheres nessa fase da vida, e das próprias mães não buscarem auxílio quando estão em sofrimento.

De acordo com dados divulgados no Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente da FIOCRUZ, mais da metade das mulheres que são acometidas, após o nascimento do filho, por algum tipo de transtorno mental não procuram os serviços de saúde por causa do estigma, da crença estereotipada sobre a depressão perinatal, da imagem ruim de uma mãe com transtorno mental, da falta de conhecimento do que é a depressão, de tato por parte dos profissionais, ou do medo de perder o bebê por ser considerada incapaz de cuidar dele. Todos esses fatores contribuem para que o sofrimento materno continue a ser não só negligenciado, como pouco discutido e investigado especialmente pelos profissionais oriundos de áreas que se propõem a acolher as mulheres que se tornam mães em diferentes contextos clínicos e institucionais.

Há alguns anos, comecei, no meu consultório, a escutar mulheres que buscaram análise para falar das dificuldades e impasses vivenciados com a chegada do filho.<sup>1</sup> Na clínica, é possível recolher os efeitos da maternidade na subjetividade de cada mulher e o modo como cada uma é atravessada por essa experiência. Há mulheres que encontram na maternidade a sua maior fonte de realização, acolhendo com tranquilidade as mudanças e transformações que o filho trouxe para a sua vida. Outras sentem que sua vida, seu corpo, sua liberdade e seu tempo foram roubados pelo filho, vivenciando a maternidade com muita angústia e ansiedade. Há, também, aquelas que não conseguem reconhecer a criança que acaba de nascer como filho e se reconhecer como mãe dessa criança, já outras adoecem desenvolvendo quadros graves de depressão ou psicose puerperal, necessitando de acompanhamento médico e psiquiátrico e do auxílio do companheiro, babás e parentes para cuidar do filho. Portanto, são várias as reações, afetos, medos e fantasias que a maternidade pode causar nas mulheres que se tornam mães.

Este trabalho de investigação tem, assim, como objetivo fundamental compreender o mal-estar na maternidade manifestado por mulheres acometidas, com a chegada do filho, por uma cota significativa de sofrimento e mal-estar que se manifesta por intermédio de episódios constantes de angústia, ansiedade, cansaço, exaustão, fadiga e esgotamento físico e mental.

---

<sup>1</sup> O termo “filho” não está, aqui, fazendo referência ao gênero da criança.

Para realizar essa investigação, ingressei no Curso de Doutorado, em 2019, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Optei pela Área de concentração: Estudos Psicanalíticos e pela Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise: Investigação, Campo Clínico e Cultural. A escolha dessa área de pesquisa foi motivada não só pelo meu percurso e formação, que foi voltada para a Psicanálise, desde que conclui a graduação em Psicologia, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 2002, mas também por compreender que a maternidade é um fenômeno que pode ser analisado e estudado sobre a ótica de conceitos importantes da Psicanálise que foram se consolidando ao longo de algumas décadas, o que permite abordar o tema central desta pesquisa a partir da ótica psicanalítica.

A maternidade é, hoje, um tema que vem sendo amplamente estudado e pesquisado não só por psicanalistas contemporâneos, mas também por profissionais oriundos de áreas diversas. Estes se propõem a debater, dentro e fora do âmbito acadêmico, os diferentes aspectos que concernem a esse fenômeno. Entre os psicanalistas que elegeram a maternidade como um tema de pesquisa, destacarei as pesquisas que a professora Cristina Marco desenvolveu no Departamento de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais, e o trabalho da psicanalista Vera Iaconelli, que publicou, em 2020, a tese intitulada *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. Impactada pelo desfecho de um caso de tentativa de infanticídio, Iaconelli (2020) discute algumas das condições para a construção da função materna, privilegiando, para isso, três eixos de estudo: a experiência corporal, o lugar do sujeito e o laço social.

Diferentemente de Iaconelli, que partiu de um caso de tentativa de infanticídio, e de Marco, que contemplou nas e suas pesquisas o tema do mal-estar na maternidade a partir de perspectivas diversas, dentre elas, a experiência de ser mãe na adolescência e na pandemia, minha proposta para este trabalho de investigação é pensar o mal-estar na maternidade como um desdobramento da busca obcecada por

algumas mulheres dessa geração por realizar o ideal de maternidade proposto por “especialistas de família”.<sup>2</sup>

Essa hipótese inicial de que o mal-estar na maternidade manifestado pelas mulheres mães estaria relacionado à tentativa de realizar a maternidade infalível prescrita pelos especialistas de família surgiu da escuta clínica dessas mulheres. Durante o processo de análise, constatei que ao tentar encarnar o modelo de mãe idealizado pelos especialistas, essas mulheres transformam a maternidade em uma experiência difícil e conflituosa, pois se trata de um ideal de maternidade difícil de ser alcançado não só por ser incompatível com as demandas da vida moderna e com as expectativas sociais em torno da mulher, mas por ignorar que a relação entre mãe e filho, como qualquer relação humana, é contraditória e ambivalente, marcada por conflitos e desencontros.

Por isso, parece-me válido questionar sobre o motivo de, em uma época em que as mulheres podem escolher ser ou não mãe, o momento em que vão engravidar e como elas desejam vivenciar a maternidade, um contingente significativo de mulheres dessa geração ainda buscar corresponder aos imperativos contemporâneos que concernem à mulher que se torna mãe, tornando, com isso, a experiência com a maternidade difícil e conflituosa.

Para responder a essa questão, que se torna central nesta tese, contextualizo, no primeiro capítulo, o momento histórico em que vivem essas mulheres.

Para realizar essa contextualização, buscarei descrever a história das mulheres e da maternidade da Idade Média até a época atual. Essa volta ao passado se faz necessária já que estamos vivendo um momento histórico marcado pelo retorno de discursos que não só convocam as mulheres desse século a encarnar um modelo de mãe que remete ao passado, como enaltecem a maternidade como uma experiência de satisfação, realização pessoal e acesso a um ideal de identidade feminina.

Para localizar esses discursos, recorrerei à psicanalistas contemporâneos como Vera Iaconelli, Marie Hélène Brousse e Dominique Laurent, que se propuseram a analisar alguns aspectos da experiência de ser mãe na atualidade, e à feministas

---

<sup>2</sup> No primeiro capítulo, apresentarei os especialistas dos estudos sobre a família, buscando demonstrar como eles influenciam o comportamento e o pensamento das mulheres mães na atualidade.

como Esther Vivas. Recorrer ao pensamento das feministas, sobretudo as que abordam o tema da maternidade, se faz necessário, uma vez que elas influenciam, com seus questionamentos e teorias, o comportamento e o pensamento das mulheres ao longo da história. Por fim, trarei, também, trechos de diários íntimos escritos por mulheres que compartilham, hoje, nas redes sociais, suas experiências com a maternidade. Trata-se de fontes ricas e fidedignas de pesquisa, visto que tanto as redes sociais, quanto os diários íntimos representam, hoje, um vasto campo de pesquisa sobre a época atual.

Resgatar esses discursos e imperativos culturais em torno da mulher e da mãe, que influenciam a experiência das mulheres com a maternidade, é um passo importante nesta pesquisa, já que estou partindo da hipótese de que o mal-estar na maternidade manifestado pelas mulheres em processo de análise está relacionado à tentativa dessas mulheres de se adequarem a um modelo de mãe e de mulher prescrito, no presente, pelos especialistas de família.

Inclusive, o próprio Sigmund Freud constatou, a partir do seu encontro com as históricas, que os imperativos culturais e os ideais de feminilidade da época em que viviam essas mulheres representavam uma grande fonte de adoecimento e de neurose para elas.

O mal-estar foi uma temática abordada

Em *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, Freud (1908b) atribuiu o aumento das doenças nervosas modernas, que se difundiam rapidamente na sociedade, a existência de uma moral sexual civilizada, que exigia que homens e mulheres abdicassem da satisfação de parte das suas pulsões sexuais, redirecionando-as para outros fins. Mas ao contrário dos homens que, de acordo com Freud (1908b), seriam dotados de uma grande capacidade sublimatória, as mulheres possuíam uma capacidade menor de sublimar suas pulsões para outras atividades. Por isso, ainda que elas encontrassem no casamento e na maternidade uma compensação para esse sacrifício, elas acabavam padecendo de graves neuroses. Esse adoecimento era acarretado não só pelos danos psíquicos causados pela supressão da sexualidade, que encontrava nos sintomas que elas manifestavam formas substitutivas de satisfação da libido represada, mas também pela impossibilidade de realizar outros desejos e anseios, visto que a vida delas se restringia ao ambiente familiar e doméstico. É possível ver, nessa perspectiva, um retrato da cena vitoriana europeia.



Na obra de Freud, alguns relatos revelam essa correlação entre a moral sexual civilizada e as exigências civilizatórias face às manifestações de sofrimento por parte das mulheres. O caso da jovem Anna O é um exemplo de como essas restrições impostas pela sociedade da época à vida das mulheres corroborou para o seu adoecimento.

Anna estava com vinte e um anos quando desenvolveu um quadro grave de histeria. A paciente não havia demonstrado, até o momento em que adoeceu, sinais de neurose, sua vida transcorria normalmente. Anna era não só saudável, como dotada de grande potencial, aprendia as coisas com rapidez e intuição aguçada. Sua inteligência chamou a atenção de Freud (1893) que reconheceu que ela teria sido capaz de assimilar um sólido acervo mental se tivesse tido a oportunidade de desenvolver seu intelecto.

Conforme a descrição que Freud (1893) fez do caso, a moça, cheia de vitalidade intelectual, levava uma vida extremamente monótona no ambiente familiar em que vivia. Essa monotonia e a escassez de oportunidades para se desenvolver intelectualmente a levou a embelezar sua vida usando, para isso, seu potencial imaginativo e poético. Para tornar sua vida menos desinteressante, Anna se imaginava vivendo enredos que a distanciavam da vida monótona que levava. Esses enredos eram como contos de fadas que ocupavam a sua mente enquanto ela fazia os afazeres domésticos sob sua responsabilidade e dos quais ela se ocupava de forma irrepreensível.

Embora passasse a maior parte do tempo imersa em seus sonhos e devaneios, Anna estava sob o controle de um agudo e crítico bom senso, por isso, ela estava sempre atenta ao que lhe perguntavam, de modo que ninguém se dava conta do seu estado. Sua saúde física e psíquica só começou a se deteriorar quando seu pai adoeceu.

Após passar alguns meses dedicando toda a sua energia e cuidados ao pai, Anna começou a apresentar sinais de anemia e aversão pelos alimentos, seguido de uma tosse intensa que a obrigou a abandonar os cuidados para com ele. Nesse momento, Freud (1893) foi chamado para examinar a jovem. Com o passar do tempo, o caso foi se agravando e Anna começou a apresentar uma série de perturbações e sinais de que o quadro se tornara grave.

Para Freud (1893), esse adoecimento foi motivado não só pela doença do pai, mas, sobretudo, por duas características psíquicas marcantes em Anna que atuaram como causa da sua doença, que ele assim descreveu:

Sua vida familiar monótona e a ausência de ocupação intelectual adequada deixavam-na com um excedente não utilizado de vivacidade e energia mentais, tendo esse excedente encontrado uma saída na atividade constante de sua imaginação. Isso a levou ao hábito dos devaneios (seu “teatro particular”), que lançou as bases para uma dissociação de sua personalidade mental (Freud, 1893, p.76).

Trata-se, portanto, de uma paciente que buscou criar uma realidade paralela, seu “teatro particular”, para dar conta de responder aos ideais de feminilidade da época, os quais condenava as mulheres a viverem reclusas no ambiente doméstico, longe das ruas, da vida social e das atividades intelectuais que eram tão atrativas para Anna devido à sua grande capacidade intelectual.

Mas ao contrário da jovem Anna, que estava fadada a cumprir seu destino de mulher, uma vez que não havia possibilidade de trilhar um caminho diferente daquele que fora traçado para ela, hoje, as mulheres são livres para decidir seu destino. No entanto, muitas mulheres dessa geração parecem não usufruir dessa liberdade, ao tentar realizar ideais de feminilidade, não só incorporando o modelo de mãe prescrito pelos especialistas de família, como a supermulher que consegue conciliar tudo, ao mesmo tempo: a maternidade perfeita, com uma carreira de sucesso, uma vida social satisfatória, um corpo e um casamento perfeito. Daí a relevância de questionar: por que, em uma época em que as mulheres são livres para escolher seu destino, um contingente significativo de mulheres dessa geração ainda busca corresponder aos imperativos contemporâneos da sua época em torno da mãe e da mulher?

Para avançar nessa discussão, trarei, no segundo capítulo, as elaborações que Freud, Jacques Lacan e outros psicanalistas contemporâneos teceram sobre a sexualidade feminina, visto que a chegada de um filho reatualiza a vivência imaginária da castração, enquanto o filho, como um substituto do falo, não só não satisfaz tudo que há de pulsional na mulher, recoloca a mulher que se torna mãe diante de questões sobre a sua posição feminina. Por isso, não há como falar de maternidade sem evocar o tema do feminino e da castração.

Essa revivência imaginária da castração por intermédio do filho aponta para questões sobre a construção que a mulher, que se torna mãe fez da sua feminilidade, e é experienciada pelas mulheres que são objeto desta pesquisa com muita angústia

e inquietação. Por isso, é pertinente perguntar também se a tentativa por parte dessas mulheres de encarnar a mãe ideal prescrita pelos especialistas de família ou a supermulher que dá conta de conciliar tudo, ao mesmo tempo, seria uma forma, ainda que inconsciente, que elas encontraram de evitar o confronto com o não-todo do feminino e com as questões que remetem à construção da sua feminilidade.

Para compreender essa dificuldade que as mulheres contempladas nesta pesquisa têm ao lidar com a divisão que o filho inscreve no sujeito feminino entre a mãe e a mulher e com as questões que concernem à construção da sua feminilidade, realizarei, no terceiro capítulo, uma exposição sobre a relação mãe-filha sob a ótica psicanalítica, a partir das contribuições que Freud, Lacan e outros autores contemporâneos fizeram sobre o tema. Além dessas contribuições, farei também um breve relato da história dessas mulheres com sua mãe na sua família de origem no formato de vinhetas clínicas, preservando a identidade delas.

A maternidade é uma experiência que confronta a mulher que se torna mãe. As questões advindas dessa condição remetem à relação com sua própria mãe na sua família de origem, especialmente ao que foi vivido nos primeiros anos de vida. Por isso, meu objetivo nesse capítulo é verificar em que medida a relação que essas mulheres estabeleceram com sua mãe afetou o modo como elas vivenciam a maternidade, inscrevem o filho no seu desejo e até o sofrimento que pode advir dessa experiência.

A partir do geral da história ao singular da vivência íntima de cada mulher com a maternidade, foram essas questões e indagações que surgiram da escuta clínica de mulheres que buscaram análise para falar do mal-estar vivenciado com a chegada do filho e da dificuldade de exercer sua função como mãe que me levaram a propor essa pesquisa de doutorado. Trata-se, portanto, de uma investigação clínica e teórica, que objetiva compreender o mal-estar na maternidade.

Essa pesquisa poderá, assim, contribuir para o avanço das investigações realizadas pelos psicanalistas e pelos profissionais de outras áreas que se dedicam a temas relacionados à maternidade, e para o trabalho dos profissionais que se dispõem a acolher mães em sofrimento com o intuito de ajudá-las a superar as dificuldades, os medos e as inseguranças vivenciadas com a chegada do filho.

Minha hipótese é que ao tratar esse sofrimento pela palavra, essas mulheres encontrem formas mais leves e menos danosas de vivenciar a maternidade. Mas, para

isso, é necessário que esse sofrimento seja reconhecido e legitimado por todos que buscam apoiar a mulher nesse momento delicado de transição para a nova fase.

## **CAPÍTULO 1**

### **A história das mulheres e da maternidade: do passado ao presente**

A maternidade é um fenômeno que pode ser pensado a partir de diferentes perspectivas. Estas abrangem aspectos tanto da história pessoal de cada mulher, que antecede a chegada do filho, quanto da época, do contexto social, cultural e histórico nos quais ela está inserida.

Na clínica psicanalítica com mulheres que são mães, é possível recolher os efeitos dos discursos sociais sobre a mãe, a mulher e a criança na subjetividade de cada mulher. O impacto desses efeitos no modo como cada uma vivencia a maternidade, se apropria da função materna e exerce essa função afeta, inclusive, os cuidados com o filho. Por isso, não há como realizar a pesquisa proposta sem contextualizar a época e o contexto social e cultural em que se encontram as mulheres que serão contempladas nesta investigação. É necessário, para tanto, recontar a história da maternidade e das mulheres ao longo dos séculos.

Embora se trate de uma história que se refere às mulheres, inicialmente, ela foi escrita e contada por homens que, no passado, falavam pelas mulheres que viviam reclusas no espaço doméstico. Distinto desse período da história no qual as mulheres foram silenciadas e excluídas dos espaços públicos, hoje, as mulheres tomam para si a palavra e o direito de contar sua própria história.

A maternidade nunca foi alvo de tantos debates, questionamentos, idealizações e críticas quanto na atualidade. Nos últimos anos, ela vem sendo amplamente discutida no meio acadêmico, literário e midiático por mulheres que compartilham suas experiências nas redes sociais, por meio da publicação de livros, de diários e de pesquisas acadêmicas. Essa inscrição da mulher nos mais variados espaços políticos produz diferentes versões da história da mulher e da maternidade. Trata-se, portanto, de uma história que pode ser contada a partir de diferentes perspectivas e olhares. Estes se modificam dependendo da forma como essa história é contada, de quem a conta, do poder que essa pessoa possui, do contexto social, cultural e histórico no qual ela se encontra. Por isso, não é possível compreender a história relatada aqui como a representação de uma única versão da história das mulheres e da maternidade.

Chimamanda Ngozi Adichie trata em *O perigo de uma história única* sobre o perigo de se criar uma história única. Na opinião da autora, quando lemos uma história como se ela fosse a única versão possível para esclarecer um determinado fenômeno ou fato, corremos o risco de criar estereótipos e de roubar a dignidade e a humanidade das pessoas envolvidas na história.

A história que irei relatar neste capítulo é uma das versões possíveis da história das mulheres e da maternidade, que será contada a partir da visão que os autores contemplados na argumentação têm dessa história e dos relatos das pacientes que escutei no consultório e dos depoimentos de mulheres mães que, por meio da escrita de diários, de livros e da publicação de comentários nas redes sociais, criaram distintas versões dessa história.

De acordo com Phillipe Áries, a história das mulheres e da maternidade, tem início em um período que remonta à época medieval. A escolha de recontar essa história a partir de um período tão distante da atualidade e de uma geopolítica imperial, avessa à nossa história de colonização, não se dá ao acaso. Podemos dizer que vivemos, hoje, um momento de retrocesso, marcado pelo retorno de discursos nos quais um modelo de mãe e um ideal de maternidade remete a épocas em que a maternidade era uma função altamente valorizada pela sociedade. Daí a relevância de fazer um retorno ao passado e aos distintos contextos geopolíticos, buscando identificar como esses discursos sobre a mulher, a mãe e a criança foram se modificando ao longo da história e de que forma eles atravessam a experiência das mulheres com a maternidade na contemporaneidade.

No primeiro capítulo, apresentarei os especialistas dos estudos sobre a família, buscando demonstrar como eles influenciam o comportamento e o pensamento das mulheres mães na atualidade.

### **1.1 A maternidade na era medieval**

Philippe Ariès refere-se à era medieval como um período da história marcado não só pela desvalorização do amor materno, mas também pela ausência de uma percepção da infância por parte dos adultos como uma fase específica da vida merecedora de cuidados e atenção.

A ausência de um olhar sensível para a infância por parte dos adultos era decorrente, principalmente, pela forma como a criança foi representada pelos teólogos

entre o século XVII e XVIII. Nesse período, a criança era representada como um ser diabólico, que amedrontava e ameaçava com sua presença a todos que com ela conviviam, incitando sentimentos negativos como o medo, a raiva e a desconfiança.

Agostinho e Descartes, grandes pensadores da época, foram para Élisabeth Badinter (1985) os que mais contribuíram para a construção dessa imagem negativa da criança. Segundo a autora, a criança, para Agostinho, era a representação do mal, já que foi no pecado que ela foi concebida. Por isso, a infância não só não tinha nenhum valor e especificidade, como representava o indício de toda corrupção e condenação. Embora Descartes não tenha considerado a criança um símbolo do pecado, ele acabou reforçando a representação da criança como um ser maligno, ao considerá-la um erro, como relatou Badinter:

Segundo Descartes, a infância é antes de mais nada fraqueza do espírito, período da vida em que a faculdade de conhecer, o entendimento, está sob total dependência do corpo. A criança não tem outros pensamentos senão as impressões suscitadas pelo corpo. O feto já pensa, mas esse pensamento não passa de um magma de ideias confusas. Desprovida de discernimento e de crítica, a alma infantil se deixa guiar pelas sensações de prazer e de dor: está condenada ao erro perpétuo (Badinter, 1985, p.61-62).

O pensamento agostiniano e a filosofia cartesiana influenciaram por muito tempo o pensamento dos pedagogos, muitos deles teólogos de formação e pregadores, como o célebre espanhol J. L. Vivès, citado por Badinter (1985). Por isso, nesse período da história, a educação tinha como finalidade salvar a alma do pecado. Os pais, em especial a mãe, eram orientados a isolar seus filhos, a desconfiar da sua espontaneidade e a estabelecer com eles uma relação fria e distante e, se necessário, repreendê-los por meio de ameaças, varas, castigos e palmatórias. Toda a manifestação de ternura, afeto, mimos e tolerância por parte das mães, que representavam atitudes maternas comuns nessa época, eram severamente condenadas, uma vez que tais manifestações de afeto não somente incitariam as tendências malignas na criança, como não combateriam seu lado mau. Para a filósofa e historiadora:

Carícias e ternuras são traduzidas por Vivès em termos de frouxidão e pecado. A ternura é moralmente culpável por duas razões: estraga a criança e a torna viciosa, ou melhor, acentua seu vício natural, em lugar de debelá-lo. Por outro lado, é a manifestação de uma fraqueza condenável da mãe que, por egoísmo, prefere seu prazer pessoal ao bem do filho (Badinter, 1985, p.58).

Embora a representação social da criança como um ser maligno, que resultou em uma concepção de educação que encorajava o distanciamento afetivo entre pais e filhos, foi um fator determinante para que o amor materno e a própria maternidade fossem, na era medieval, desvalorizados socialmente, outros fatores também contribuíram para isso. Dentre eles, Badinter (1985) destacou: as convenções sociais e a própria condição econômica da mulher. Para as mulheres que viviam em situação de pobreza, mais do que símbolo do pecado ou de um erro, o filho acabou se tornando um fardo, do qual muitas mulheres buscavam se livrar. Assim:

Para os casais mais pobres da sociedade, o filho chega a ser uma ameaça à própria sobrevivência dos pais. Não lhes resta, portanto, outra escolha que livrem-se dele. Seja abandonando-o num orfanato, o que, como veremos, não lhe dá grandes possibilidades de sobrevivência, seja entregando-o à ama menos exigente possível, o que também não lhe aumenta muito a probabilidade de viver; ou seja, finalmente por uma série de comportamentos mais ou menos tolerados, que levavam a criança rapidamente para o cemitério (Badinter, 1985, p.74-75).

Dentre as soluções encontradas pelas mulheres pobres para se livrar do filho, considerado um fardo, Badinter (1985) destacou também o abandono físico e moral da criança e o infanticídio. Tais atos não eram praticados sem culpa ou remorso pelas mães, uma vez que esses comportamentos não atestavam, como argumentou a estudiosa, a inexistência do amor materno, mas a superioridade do instinto de sobrevivência sobre o instinto maternal. No entanto, ela constatou que o comportamento das mulheres aristocratas, que não precisavam lutar pela sua sobrevivência e que tinham condição de cuidar pessoalmente dos filhos, não era diferente.

As mulheres aristocratas foram as primeiras a cultivar o costume de contratar amas de leite para cuidar e alimentar a sua prole. Essa prática acabou sendo adotada também pela burguesia, no século XVIII, e, na sequência, por todas as camadas populares. As motivações para entregar o filho a uma ama de leite variavam de acordo com a condição social e econômica de cada família.

Para as mulheres que pertenciam à aristocracia, a maternidade era um encargo constrangedor, como ela demonstrou ao relatar que “[...] nada é menos elegante segundo o ideal mundano da época, do que “parecer amar em demasia os filhos” e “perder com eles seu precioso tempo” (Badinter, 1985, p.74-75). Como o amor materno não era social e moralmente valorizado, a amamentação e o cuidado com as crianças



não eram reconhecidos como tarefas nobres o bastante para uma dama superior praticá-las e equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade. A amamentação também colocava em risco a saúde emocional da mulher, que poderia ser perturbada pelo choro excessivo da criança, perder a sua beleza e ser privada da sua vida social e conjugal, uma vez que o casal ficaria impossibilitado de vivenciar uma vida sexual prazerosa e gratificante.

Vale salientar que sobre essas mulheres que preferiam circular pelos salões a se ocupar com os filhos não pesava nenhum tipo de ameaça, julgamento ou culpabilidade. As mães aristocratas entregavam seus filhos para amas de leite, sem se preocupar ou se culpabilizar pelo destino deles. Durante o tempo em que a criança permanecia na casa da ama, os pais pareciam pouco interessados ou preocupados com a sorte do filho, porque raramente visitavam ou buscavam notícias da criança.

Muitas crianças que foram entregues aos cuidados de amas de leite retornavam para casa estropiadas, enfermas ou agonizantes. Outras nem regressavam, vítimas das afecções contraídas em decorrência das péssimas condições em que foram colocadas na casa de amas mercenárias que se ocupavam de várias crianças ao mesmo tempo. As que tinham a sorte de retornar para casa, normalmente por volta dos quatro ou cinco anos, eram imediatamente confiadas a uma governanta, permanecendo sob os seus cuidados até sete ou nove anos, quando eram entregues a outra família para serem educadas longe de casa.

Esse hábito de enviar os filhos para serem educados na casa de outras famílias, onde permaneciam até completar quatorze ou dezoito anos, exercendo, no ambiente doméstico, o papel de criado ou aprendiz, era praticado, segundo Ariès (1973), por quase todas as famílias, independente da sua condição social e econômica.

Era no espaço doméstico que as crianças aprendiam a arte da conversação e de conviver em sociedade, de ser cordial, agradável e amável. Virtudes que representavam na época a medida do sucesso de um homem. Para Ariès:

Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho do outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir (Ariès, 1973, p.156).

Cabia, então, aos adultos ensinar as crianças não só boas maneiras, mas também um ofício. Trata-se, portanto, de um tipo de educação que se dava na convivência diária e fora do espaço escolar, que era alvo de críticas por parte dos

moralistas nesse período da história. A escola, reservada apenas aos clérigos, ainda não havia monopolizado a função de transmitir o conhecimento. Havia uma valorização do convívio social como um meio de civilidade e boa-educação, de aprendizagem:

As conversações e o hábito da sociedade muitas vezes já formavam pessoas bem educadas sem o recurso às letras. O mundo é um grande livro que está sempre nos instruindo, e as conversações são estudos vivos que nada devem aos dos livros. A convivência habitual de dois ou três espíritos inteligentes pode nos ser mais útil do que todos os pedantes das universidades juntos. Eles produzem mais matéria em uma hora do que poderíamos ler em uma biblioteca em três dias (Ariès, 1973, p.167).

O costume amplamente difundido de enviar o filho para ser educado por outra família dificultava, para Ariès, a criação de um vínculo de proximidade e afeto entre pais e filhos, uma vez que sem a criação de um espaço mínimo de privacidade, intimidade e convivência, o sentimento de família não pode se formar e nem se desenvolver. Essa realidade só vai se modificar a partir do século XVII, quando começou a surgir o que o estudioso denominou de um novo sentimento de família, que culminou com mudanças importantes na atitude dos pais, em especial da mãe com a criança.

Para Ariès, a extensão da frequência escolar e a particularização da infância como uma fase específica da vida merecedora de cuidados e atenção corroboraram para o surgimento desse novo sentimento de família.

O distanciamento entre pais e filhos, ainda que por um período curto, já não era mais tolerado pelos pais. O hábito de entregar o filho para uma ama após o seu nascimento e para uma família estranha para ser educado no ambiente doméstico, logo que retornavam para casa, foi condenado pelos moralistas, que passaram a recomendar e a incentivar as mães a alimentar, elas mesmas, seus filhos e a se responsabilizar pela sua educação. Mesmo quando a família optava por contratar uma ama de leite, prática recorrente entre as famílias ricas formada por nobres e burgueses, até o final do século XIX, eram estas que se deslocavam para a casa da criança, passando a fazer parte do cotidiano da família. Os pais já não aceitavam ficar longe dos filhos.

A educação e a instrução de crianças e de jovens, com algumas exceções, passou a acontecer na escola ou na casa de preceptores, e não mais nos lares de famílias estranhas. Os pais escolhiam cuidadosamente a escola ou os preceptores

que se encarregariam da educação do filho, acompanhando de perto a sua vida escolar, supervisionando seus estudos. A escola se tornou o instrumento de iniciação social e de passagem do estado da infância ao de adulto, como demonstrou Ariès:

Não se tratava apenas de iniciar a criança nos hábitos dos adultos, que outrora elas aprendiam unicamente através da experiência de aprendizagem, o tratado da civilidade agora prestava mais atenção à vida escolar, adaptava-se a ela e a prolongava. Isso era uma consequência do desenvolvimento da escola e da particularização da infância, que adquiriu uma importância cada vez maior nos manuais de civilidade, em detrimento dos adultos (Ariès, 1973, p.176).

A substituição da aprendizagem no ambiente doméstico pela escola foi, para o pesquisador, crucial para estabelecer uma aproximação afetiva entre pais e filhos. O clima sentimental dentro da família foi se modificando gradativamente, a medida em que os pais mudavam sua atitude assistindo os filhos de perto. Mesmo quando a criança ficava interna em um colégio ou residia na casa de um preceptor para ser instruída, esse distanciamento da família, especialmente dos pais, não se prolongava tanto como acontecia com as crianças educadas nos lares de outras famílias. Como observou Ariès:

A criança geralmente não era interna no colégio. Morava num pensionato particular ou na casa do mestre. Nos dias de feira, traziam-lhe dinheiro e provisões. O laço entre o escolar e sua família se estreitara: segundo os diálogos de Cordier, era mesmo necessária a intervenção dos mestres para evitar visitas muito frequentes à família, visitas projetadas graças à cumplicidade das mães (Ariès, 1973, p.159).

Com exceção das meninas, cuja educação só vai ocorrer no ambiente escolar a partir do século XIX, dos filhos de artesões e das crianças que pertenciam a alta nobreza e que permaneceram por um tempo sendo educadas conforme os antigos métodos de educação, do século XVII em diante, as crianças e jovens, em sua maioria, serão mantidos perto dos pais que passaram a se ocupar pessoalmente da sua educação. Esse costume inaugurou, para Ariès, o início da construção de um novo modelo de família que se consolidará no século XIX: a família moderna.

Trata-se de um modelo de família baseado no afeto e na intimidade, distante dos rumores das ruas e das comunidades de trabalho, fechada em si e restrita ao espaço privado. A família moderna modificou radicalmente o lugar ocupado pela criança, que assumiu na família um lugar central, e pela mulher. Esta passou a ser valorizada como mãe e incentivada a concentrar seus esforços e investimentos

afetivos nos filhos, construindo com eles relações mais próximas e íntimas. Essa mudança do papel e do lugar ocupado pela mulher na família inaugurou um novo capítulo na história das mulheres e da maternidade.

## **1.2 A mulher e a mãe na era moderna**

O século XVIII pode ser considerado um marco na história das mulheres e da maternidade. Trata-se de um período da história em que a maternidade foi socialmente valorizada e o amor materno que, no passado, foi alvo de críticas dos moralistas que condenavam qualquer manifestação de afeto da mãe por seu filho, foi exaltado e naturalizado. A naturalização do amor materno como um atributo inerente à natureza feminina representou, para Badinter (1985), o primeiro argumento que moralistas e intelectuais utilizaram para convencer as mulheres a assumir seus deveres de mãe:

Em todos os militantes do aleitamento materno, de Plutarco ao doutor Brochard (fim do século XIX), passando por Favorinus, Eramos e muitos outros, encontra-se indefectivelmente uma profissão de fé naturalista: “É a natureza, dizem eles, que manda que a mãe amamente seu bebê.” Ora, é mal, moral e fisicamente, desobedecer à natureza. Nas entrelinhas, para todos esses moralistas, quem diz “lei da natureza” diz “lei divina”. E não é bom desobedecer a Deus (Badinter, 1985, p.183).

Historiadores, poetas, pintores, moralistas, religiosos, médicos, filósofos e pedagogos como Jean-Jacques Rousseau insistiam em dizer que não havia tarefa mais agradável do que zelar pelos filhos, dever mais delicioso do que amamentá-los. Com o tempo, as mulheres seriam recompensadas com um sentimento de pura alegria e de felicidade pelas privações que o cuidado com os filhos lhes exigia. A prática de entregar os filhos a uma ama foi severamente condenada pelos moralistas da época e a mulher que praticava o aleitamento foi enaltecida e valorizada.

Quando as mulheres foram convocadas a assumir o cuidado com o filho, amamentando-os, o costume cultivado pelas famílias de contratar amas de leite para nutrir os bebês que acabavam de nascer, que data do século XIII, ano de abertura da primeira agência de amas em Paris, se intensificou de tal forma que houve, no século XVIII, uma escassez de amas de leite por toda a Europa.

Para Badinter (1985), esse acontecimento atesta que os argumentos utilizados pelos moralistas, no século XVIII, não foram suficientes para convencer as mulheres

a assumir pessoalmente os cuidados com os filhos. A tarefa exigida parecia bem pesada às mulheres que a viam como um grande sacrifício a elas infligido. Muitas mulheres se recusaram a seguir o exemplo daquelas que amamentavam. Como observou Badinter: “Não só o seu exemplo não granjeava adeptos, como parece, ao contrário, que, ao vê-las, as outras mulheres tinham justamente o desejo de fazer o oposto” (Badinter, 1985, p.193).

Foram necessárias várias décadas e muitas argumentações, sermões e requisitórios para que as mulheres decidissem cumprir sua tarefa e seus deveres de mãe. Para convencê-las, intelectuais como Rousseau apelaram para a glória das mulheres, conforme relatou Badinter:

Quando as mulheres não eram sensíveis nem ao argumento da saúde, nem aos da beleza e da felicidade, acrescentava-se o da glória. Rousseau não temia lisonjear a vaidade feminina ao ousar prometer, à mãe que amamentasse, “a estima e o respeito do público... o prazer de se ver imitada um dia pela filha, e citada como exemplo à filha de um outro” (Badinter, 1985, p.194).

Diferentemente de Rousseau, que apelou para a glória das mulheres, outros intelectuais, como o Dr. Brochard, citado por Badinter, argumentavam que a mãe que amamenta adquire, em dignidade e respeito, o que elas proporcionam em cuidados e sacrifícios, além da estima, reconhecimento e admiração do seu marido. Justificativas econômicas também foram utilizadas pelos homens que se propunham a convencer as mulheres a se ocupar pessoalmente dos cuidados com os filhos. Eles argumentavam que as crianças amamentadas pelas amas de leite, quando retornavam para casa, estavam gravemente doentes e que o esforço monetário, emocional e de tempo gasto pela mãe para restituir a saúde do filho seriam infinitamente maiores do que o esforço empreendido se ela tivesse se ocupado dos seus cuidados, desde o início. A recusa em cuidar pessoalmente do filho também afetava a saúde da mulher. A retenção do leite provocava males diversos como a epistaxe, diarreias, suores, afecções agudas ou crônicas nas glândulas mamárias, febres graves, afecções do útero, dentre outras. Assim:

Se a mãe se nega a amamentar, a natureza se vingará e a punirá na carne. Essa punição comporta todas as doenças que atacam as mulheres que secam artificialmente seu leite. Vários médicos não hesitam em afirmar que elas correm até o risco de morrer. (Badinter, 1985, p.195).

Esse argumento de que a recusa por parte da mulher em exercer sua função

como mãe poderia levar ao seu adoecimento também era utilizado pelos médicos para convencê-la a não evitar filhos. “Quando se desperdiça seu leite ou seu esperma, as consequências podem ser mortais. Todo desperdício merece castigo” (Badinter, 1985, p.196).

A natureza não era a única a se vingar da mulher que ousava desobedecer às ordens dadas pelos médicos. O abandono do aleitamento era considerado também, como constatou Badinter, um pecado contra Deus, uma ação imoral. A condenação moral substituirá com o passar do tempo a condenação teológica. As mulheres não só serão punidas por Deus, como colocarão em risco a família, uma vez que “se as mães amamentarem, os pais farão naturalmente o seu dever. A família será unida e a sociedade virtuosa” (Badinter, 1985, p. 199).

Diante de todos esses argumentos insistentemente repetidos pelos intelectuais e moralistas para convencer as mulheres a se ocupar pessoalmente dos cuidados com sua prole, só lhe restou ceder aos apelos e se responsabilizar pelos filhos. Para Badinter, (1985), as mulheres foram lentamente introjetando a ideia de que dos cuidados e carinho insubstituíveis da mãe dependia a sobrevivência do filho. Aos poucos, elas foram modificando seu comportamento e abandonando antigos hábitos que impossibilitavam a construção de uma relação mais próxima e afetiva com o filho, como a contratação da ama de leite para nutri-lo e o uso de faixas que aprisionava o bebê, permitindo a mãe uma maior liberdade para dedicar-se a outras tarefas e interesses. A retirada da faixa não só possibilitou uma aproximação física entre a mãe e o bebê como exigiu que ela dedicasse um tempo maior ao filho que, livre das faixas, tornou-se alvo da sua vigília.

Essas mudanças gradativas de comportamento para com os filhos por parte das mulheres vão variar conforme a posição social que ela ocupava. Isso sinalizou para Badinter (1985) que foi, novamente, o interesse da mulher e não o seu bem-estar e a sobrevivência da criança que ditou o comportamento da mãe.

As mulheres que se conformaram primeiro ao modelo da boa mãe dedicada ao filho foram as burguesas, que não tinham como as mulheres pobres a necessidade de lutar por sua sobrevivência ao lado do marido, nem as ambições mundanas e pretensões intelectuais que as mulheres mais abastadas nutriam. Esse fato justifica, para a pesquisadora, porque foram elas as primeiras a se convencerem dos argumentos dos médicos e moralistas. Elas vislumbraram no papel da boa mãe a oportunidade de obter um reconhecimento social que, até então, elas nunca haviam

conquistado. Em função disso, elas aceitaram de bom grado os sacrifícios que o papel da nova mãe exigia delas:

Ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos, a burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves, que detinha há muito tempo (poder sobre os bens materiais da família), acrescentava o poder sobre os seres humanos que são os filhos. Tornava-se, em consequência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada a “rainha do lar” (Badinter, 1985, p.222).

A condição da nova mãe modificou de forma significativa o lugar ocupado, até então, pela mulher na família. Ela passou não só a exercer uma autoridade no âmbito familiar, como a ter voz, deslocando do lugar de submissão e invisibilidade no qual ela se encontrava, pois graças à sua posição como mãe, ela deixou de ser infantilizada pelo marido, que a tratava como se ela fosse uma criança que precisava ser protegida e governada. Para Badinter, essa mudança resultou no declínio do poder do pai que, durante séculos, ocupou uma posição de autoridade incontestável na família, a qual todos deveriam se submeter.

Essa imagem da mãe que foi se desenhando desde o século XVIII exigiu da mulher, na opinião de Badinter, que ela se apagasse em favor da boa mãe, que terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas:

A nova mãe passa muito mais tempo com o filho do que a sua própria mãe passava com ela. E é bem o fator tempo que melhor marca a distância entre duas gerações de mulheres. As antigas mal tomavam conhecimento da prole, e consagravam o essencial de seu tempo a si mesmas. As novas vivem constantemente junto dos filhos. Amamentam, vigiam, dão banho, vestem, levam a passear e cuidam. A criança já não é relegada a distância ou a um outro andar (Badinter, 1985, p.211).

A criança se transformou no mais precioso dos bens, um ser insubstituível, cuja morte agora é vivida pela mãe com muita dor e pesar. As longas separações de outrora agora são vivenciadas como um acontecimento insuportável, pois os filhos são a sua razão de viver. Logo, a mãe se recusa a delegar a sua educação a estranhos, aos educadores dos colégios ou aos criados de conduta duvidosa. É ela que irá se responsabilizar pessoalmente pelos cuidados com o filho. Esse trabalho de tempo integral consome todo o seu investimento e energia. Com essa mudança de atitude da mãe no interior da família, esta passou a se organizar em torno da mãe, que adquiriu uma importância que jamais tivera. De acordo com Badinter:

Cuidar dos filhos, vigiá-los e educá-los exige sua presença efetiva no lar. Totalmente entregue às suas novas obrigações, não tem mais tempo nem desejo de frequentar os salões e fazer vida mundana. Seus filhos são suas únicas ambições e ela sonha para eles um futuro mais brilhante e mais seguro ainda do que o seu. A nova mãe é essa mulher que investe todos os seus desejos de poder na pessoa de seus filhos (Badinter, 1985, p.212-213).

A consolidação desse novo modelo de mãe, que surgiu no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX, resultou no aparecimento de um novo modelo de feminilidade que dominou a Europa do início do século XIX até meados do XX. A maternidade passou a representar a única via possível de realização e de satisfação libidinal ofertada às mulheres pela cultura. As demais vias sublimatórias, como as atividades sociais, políticas, artísticas e intelectuais, eram restritas ao universo masculino e vetadas para as mulheres, que deveriam se realizar apenas como mãe, como demonstrou Maria Rita Kehl ao afirmar:

Maternidade e casamento significariam uma espécie de ponto de chegada para a mulher, a partir do qual nada mais era esperado dela, nem no plano erótico nem no sublime; no erótico, é como se a feminilidade não tivesse qualquer outra função depois de ter cumprido seu único objetivo, a conquista de um homem que lhe desse um filho (Kehl, 2008, p.210).

Ser mãe e esposa passou a representar um destino do qual nenhuma mulher poderia se negar a cumprir. Para encarnar a boa mãe e esposa dedicada, que vivia para a família, confinada no ambiente doméstico, a mulher deveria, no entanto, dominar suas ambições e desejos, sobretudo de natureza sexual, para que estes não destruíssem a ordem social e familiar. Nesse sentido, era preciso desenvolver e cultivar alguns atributos essenciais, tais como a virtude, a doçura, o recato, a vergonha, o pudor e a submissão.

O novo modelo de feminilidade que as mulheres deveriam representar para desempenhar de forma adequada o papel social para o qual foram destinadas resultou, segundo Neder, na valorização da própria maternidade, uma vez que era exercendo seu papel como mãe que ela iria não só desenvolver parte dos atributos socialmente valorizados, como ser reconhecida como uma mulher doce e recatada.

De acordo com Márcia Neder:

A maternidade oferecia-se como o caminho para uma valorização que as mulheres não encontravam na sociedade, tornando-se a atividade mais invejável que uma mulher poderia desejar. Resignando-se ao sofrimento provocado por dores, cansaço, isolamento e estragos nos



seios provocados pela amamentação, as mulheres seriam recompensadas por sua exaltação, pelos elogios à beleza da mulher amamentadora, pelos louvores a uma imagem idealizada da mãe e da maternidade como algo atraente, doce, delicioso, sublime (Neder, 2016, p.65).

Para Losandro Antonio Tedeschi (2008), a religião, que exercia nesse período histórico uma forte influência sobre a vida das pessoas, teria contribuído de forma significativa para a concepção desse novo modelo de feminilidade. Partindo de uma das figuras centrais na tradição cristã, Eva, que representa o lado obscuro, demoníaco e pecaminoso da mulher, os religiosos convenceram as mulheres que elas deveriam restringir sua vida ao espaço doméstico e dedicar todo o seu tempo ao marido e a criação dos filhos, visto que seu confinamento e dedicação aos filhos a libertaria da sua natureza impura e diabólica decorrente do pecado original. É no espaço doméstico, local criado por Deus, que ela irá desenvolver as mesmas virtudes que Maria, exemplo de mulher a ser seguido: virtuosa, imaculada e dotada de uma natureza perfeita e inatingível. O casamento e a maternidade representavam, portanto, os únicos caminhos a serem percorridos pela mulher para adquirir uma identidade semelhante à da virgem Maria.

Esse foi o argumento utilizado pelos religiosos para convencer as mulheres de que só o casamento e a maternidade garantiriam a salvação da sua alma, e um lugar de reconhecimento social e legitimação de uma identidade feminina. Logo, as mulheres que se recusassem a trilhar esse caminho eram alvo de críticas severas por parte dos religiosos e da própria sociedade, que consideravam essa recusa um sinal de loucura ou de alguma patologia.

Além dos representantes da Igreja Católica, os médicos que pelo estudo da anatomia justificaram o papel social a ser exercido pela mulher e o lugar que ela deveria ocupar na hierarquia social, e os pedagogos como Rousseau, também procuraram convencer as mulheres a encarnar esse modelo de feminilidade.

Rousseau foi o escritor que mais influenciou o comportamento e a mentalidade das mulheres. Com a publicação, em 1762, de um romance que conta a vida de Émile, Rousseau se transformou no grande propagandista das virtudes do amor materno. O romance se divide em cinco livros. Os três primeiros são dedicados à infância de Émile, o quarto à sua adolescência e o quinto à educação de Sofia, a mulher ideal e futura esposa de Émile.

Sofia é o paradigma do modelo de feminilidade que dominou a Europa entre os

séculos XIX e XX. Para Rousseau (1762), Émile deveria apresentar os atributos tipicamente masculinos como a força, o caráter, o intelecto, os talentos, o conhecimento, já a educação de Sofia deveria se dar em direção oposta. Para desempenhar seu papel de esposa e mãe, Sofia deveria desenvolver virtudes como o recato, a modéstia, o pudor, a vergonha, a doçura e a submissão. Seu contato com o mundo social e cultural, fora do ambiente doméstico em que vivia com sua família, deveria ser restrito para que as influências externas não comprometessem sua educação. Até mesmo os ensinamentos religiosos deveriam ser transmitidos com certa parcimônia.

De acordo com o narrador:

Sofia tem uma religião, mas uma religião razoável e simples, poucos dogmas e menos práticas devocionais [...]. Em todos os ensinamentos que seus pais lhe deram, acostumaram-na a uma submissão respeitosa, dizendo-lhe sempre: 'Minha filha, estes conhecimentos não são para a sua idade, seu marido a instruirá sobre isso quando a hora chegar' (Rousseau, 1762, p.554).

O único destino possível para a mulher, segundo as ideias de Rousseau, era o lar. A mulher deveria abandonar o mundo fora dos limites da sua casa e dedicar sua vida aos seus familiares, marido e filhos. A família era o melhor lugar para exercer seus dons, a função que a natureza lhe atribuiu e alcançar a felicidade.

Sofia era, assim, não só a jovem mais adequada para ser esposa de Émile, devido à forma como ela foi educada e preparada para a vida conjugal, mas também o modelo de mulher que todas as jovens deveriam ser educadas para ser.

Embora Sofia fosse o ideal de mulher, nem todas as mulheres oitocentistas desejavam ser como ela, uma vez que ser uma Sofia não era uma tarefa simples. Como constatou Badinter, os conselhos de Rousseau que incentivava as mulheres a assumirem suas responsabilidades junto aos filhos, jamais serão plenamente seguidos. Existiam mulheres, como as que pertenciam às classes mais abastadas, que cultivavam outros interesses e não se sentiam inclinadas a assumir plenamente a responsabilidade pelos filhos. São elas que irão alimentar o sistema de amas de leite que prosperará até fins do século XIX, quando o aleitamento artificial, que surgiu devido aos progressos da esterilização, substituirá o aleitamento mercenário.

Ainda que a propaganda intensiva de Rousseau e de seus sucessores não tenha convencido todas as mulheres a encarnar o modelo da boa mãe e da esposa dedicada, seus discursos tinham um efeito nocivo sobre as mulheres. Aquelas que se

recusavam a obedecer aos novos imperativos sentiram-se inadequadas e culpadas. A culpa dominou o coração das mulheres. O apelo à natureza teve, para Badinter, um grande peso nisso. Afinal, como ela mesma indagou: como poderia a mulher escapar ao que se convencionou chamar de sua natureza? Só restavam as mulheres duas alternativas:

Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua 'anormalidade'. Ora, a anormalidade, como toda diferença, é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se, portanto, silenciosamente, algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes (Badinter, 1985, p.238).

Por esse motivo, não foram poucas as mulheres que, pressionadas pelos apelos dos moralistas, acabaram adoecendo, como constatou o jovem médico neurologista Sigmund Freud no início da sua carreira.

Em *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, ele descreveu os efeitos nocivos das exigências impostas pela moral sexual civilizada para a vida das mulheres. Para o pai da Psicanálise, a civilização exigia da mulher que buscava se adequar aos ideais de feminilidade da sua época, um enorme sacrifício. Este era decorrente das restrições impostas a sua vida social e intelectual e sexual, pois para desempenhar o papel da mãe e esposa recatada, as mulheres seriam obrigadas a abster-se de satisfazer uma parcela significativa das suas pulsões sexuais que deveriam ser colocadas a serviço da reprodução e do casamento monogâmico ou deslocadas para outras atividades de cunho não sexual. As restrições impostas à vida sexual das mulheres exigiam delas um enorme dispêndio de energia, acarretando, portanto, o seu adoecimento.

Foram essas mulheres que adoeceram em decorrência das exigências civilizatórias que despertaram o interesse do jovem Freud, que tinha acabado de se formar em Medicina.

No início da sua carreira como médico, Freud passou uma temporada em Paris para estudar com o neurologista francês Jean- Martin Charcot, que hipnotizava pacientes consideradas histéricas diante do público. Foi a curiosidade de Freud em compreender a origem dos sintomas manifestados por essas pacientes, que padeciam de dores e contrações musculares inexplicáveis, que o motivou a abandonar os métodos usuais de tratamento dessas doenças, como a hipnose, e adotar o método

da associação livre, que deu origem à Psicanálise.

Ao longo da sua vida, Freud publicou vários casos de histeria por ele estudados. Alguns deles foram publicados no volume III da sua obra com o título de “Estudos sobre a histeria”. Dentre os casos publicados, um em especial aborda o tema desta pesquisa: o mal-estar na maternidade.

### **1.2.1 Um caso de cura pelo hipnotismo**

Trata-se de uma jovem senhora, entre 20 e 30 anos, que Freud (1888-1892) descreveu como tranquila, munida de bom senso e espontaneidade.

Freud conheceu essa jovem em um momento importante da vida dela: após o nascimento do seu primeiro filho. Embora sua constituição física não a impedisse de amamentar e ela manifestasse o desejo de fazê-lo, empreendendo todos os esforços para isso, ela não conseguiu realizar essa tarefa. Seu corpo produzia pouco leite, seus mamilos doíam quando o bebê era colocado para amamentar, seu apetite diminuiu drasticamente, quando era forçada a comer vomitava violentamente, passando as noites agitada e insone.

Impotente, o médico responsável pelo seu tratamento decidiu suspender a amamentação para evitar algum risco para o bebê diante do fracasso das tentativas empreendidas ao longo de quinze dias. Uma ama de leite foi chamada e a criança passou a ser alimentada por ela. Todos os sintomas apresentados pela paciente desapareceram.

Chamado para tentar reverter a situação, Freud submeteu a paciente a uma sessão de hipnose, apesar da desconfiança da família, que não acreditava no método utilizado. Após a sessão, a paciente conseguiu se alimentar bem, dormiu tranquilamente e, no dia seguinte, amamentou seu bebê por conta própria e sem nenhuma intercorrência. No entanto, o êxito alcançado por Freud não perdurou por muito tempo. Após passar alguns dias tranquilos, as indisposições voltaram, a paciente que vinha se alimentando normalmente não suportou mais a refeição farta do almoço e os vômitos recomeçaram antes mesmo de ela tocar nos alimentos. Por conta disso, foi impossível amamentar o bebê novamente.

Freud foi novamente convocado e realizou outras sessões de hipnose. O problema desapareceu, o vômito cessou, o leite fluíu e ela amamentou o bebê com destreza por oito meses sem nenhuma intercorrência.

Três anos após esse episódio, a paciente apresentou o mesmo problema com o nascimento do segundo e do terceiro filho, que tinham uma diferença de apenas um ano. Os esforços para amamentar pareciam ainda malsucedidos, provocando sintomas mais desagradáveis que da primeira vez. Ela vomitava todo o alimento ingerido, ficava inquieta quando as refeições eram trazidas, completamente incapaz de dormir. Freud foi chamado e a paciente o recebeu de má vontade. Novas sessões de hipnose foram empreendidas que resultaram na melhora do quadro.

Ao analisar o caso dessa paciente, Freud concluiu tratar-se de um caso de histeria de ocasião. Por meio dos sintomas que se manifestaram no corpo, a paciente expressou um conflito inconsciente em relação ao desejo de amamentar. Tal conflito foi motivado pela presença de ideias antitéticas aflitivas inconscientes que se opunham à vontade consciente apresentada de amamentar, impedindo-a, assim, de realizar o desejo manifestado por ela. Para Freud, a paciente não tinha consciência de que sentia um temor, um receio, em relação à intenção de amamentar. Por não estar consciente dessa hesitação, ela realizou sua intenção, porém sem êxito. Os sintomas representavam, portanto, um meio de manter seu desejo insatisfeito.

Trata-se, portanto, de uma mulher que manifestou um conflito em relação à realização dos ideais de feminilidade de sua época, manifestando sintomas no corpo que a impediram de encarnar a boa mãe que se ocupava pessoalmente da nutrição e dos cuidados com o filho, que precisou ser entregue por um período a uma ama de leite.

A histérica foi a figura mais representativa da relação entre a mulher e a feminilidade no século XIX e a histeria foi um modo de adoecimento típico desse século. Ela revelou a dificuldade de algumas mulheres, daquele período, de se adequar aos ideais da sua época. Embora educadas para corresponder a um modelo de feminilidade, construído em torno da boa mãe e da esposa recatada e dedicada à família, muitas mulheres almejavam ser mais do que mães e esposas. Como nos lembra Kehl, ainda que as mulheres vivessem confinadas no ambiente doméstico, elas não ficaram totalmente alienadas do universo externo, restrito aos homens.

Em meados do século XIX, a alfabetização das mulheres era uma realidade nas grandes cidades europeias, junto ao ensino primário e secundário, que vinha sendo implantado por toda a Europa.

Essa educação tinha como finalidade, como observou Badinter, preparar as mulheres para serem esposas mais agradáveis, uma vez que a instrução das moças

não só aumentava seu dote, como possibilitava que elas se tornassem mães melhores, já que a função de mestra se acrescentava à de procriadora, lactante e educadora. A mãe deveria ser a primeira professora do filho. Daí a importância de instruir as mulheres para que elas, no futuro, tivessem condição de instruir adequadamente seus filhos.

A educação das mulheres foi motivo de grande debate no século XIX entre os moralistas. Alguns deles questionavam esse movimento por acreditar que a erudição ameaçasse a feminilidade das moças que, ao serem instruídas, poderiam desenvolver outras ambições e interesses, se distanciando do ideal feminino. Outros defendiam que a instrução era indispensável para que elas tivessem condição de exercer seu papel de educadora junto ao filho.

Para Kehl, o acesso das mulheres à educação contribuiu para o rompimento do isolamento doméstico que elas viviam, abrindo vias fantasiosas de gratificação e de fuga para o tédio da vida em família, e possibilitou que elas encontrassem outras vias identificatórias e de satisfação libidinal que não fosse o casamento e a maternidade. Sobre isso, ela afirma:

A posição das mulheres na família e na cultura, estabelecida a partir das exigências da nova racionalidade burguesa, logo na segunda metade do século XIX, já entrava em conflito com a produção de um imaginário romanesco que convoca os sujeitos a se lançarem em trajetórias individuais de liberdade, de aventura, de conquistas, bem de acordo com o ideário romântico criado a partir das perspectivas de deslocamento social abertas com a modernidade. A questão é que a literatura desse período convocava também as mulheres a viver de acordo com os novos ideais instaurados pelas revoluções burguesas, produzindo uma enorme insatisfação com as limitações da vida doméstica e um grande impasse no que se refere às possibilidades de se inventar uma outra vida (Kehl, 2008, p.254).

Não foi, todavia, só a educação e a literatura que possibilitou o acesso das mulheres a outras possibilidades de vida. Para Kehl, o pai, que nessa época se tornava mais presente no universo familiar, também teve uma grande participação nisso. Para além da sua função de lei, como um representante da cultura, ele colocava a filha em contato com os ideais culturais de sua época e era, para ela, uma fonte de identificação.

Ainda que as mulheres entrassem em contato com outras formas de vida, que despertou nelas o desejo de se realizar por outras vias que não fosse a maternidade e o casamento, era vetado a elas os caminhos para realizar os anseios que advinham

da identificação com a figura paterna, já que era esperado que elas cumprissem seu destino: tornar-se mãe e esposa dedicada ao marido e aos filhos.

Parte do seu adoecimento e mal-estar eram, desse modo, decorrentes dessas restrições culturais que as impediam de buscar outras formas de satisfação e de realização que não fosse pela maternidade e pelo casamento. Havia, portanto, um desajuste ou uma insatisfação nas mulheres decorrente da dificuldade de adequar-se aos ideais de feminilidade impostos.

Esses ideais que passaram a moldar o comportamento e a mentalidade das mulheres por toda a Europa, inundada por uma onda que procurava intimidar a mulher a recolher-se no interior da vida doméstica, também irão influenciar a vida das mulheres brasileiras.

### **1.3 A maternidade no Brasil Colônia**

Em *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*, Mary Del Priore estuda a história da mulher no período colonial brasileiro. Trata-se de um tempo em que as mulheres de diferentes e múltiplas origens étnicas, sociais, econômicas e culturais que habitavam as terras brasileiras, recém-descobertas pelos colonizadores europeus, foram submetidas ao projeto civilizatório dos colonizadores portugueses.

A Igreja, a serviço do Estado português, foi a principal mentora desse projeto cujo objetivo era civilizar a população que vivia nas terras de Santa Cruz. Para que o projeto de colonização do Brasil pelo estado português tivesse sucesso, era preciso exterminar costumes, hábitos e comportamentos naturalizados dos habitantes da colônia, que poderiam comprometer o projeto civilizatório por se oporem aos ideais católicos tridentinos. Dentre esses costumes que representavam um obstáculo ao projeto civilizatório, Del Priore destaca o cenário familiar no Brasil Colônia.

Grande parte da população vivia em concubinato, que consistia em uniões livres de casais, sem estarem legalmente unidos em matrimônio. Ainda que vivenciado de forma harmônica e consensual, o concubinato era condenado pela Igreja. Ela também condenava uma prática muito comum entre as mulheres, as quais costumavam acolher os filhos bastardos de seus companheiros, que elas criavam com apreço. Havia, nessa época, uma preocupação com a descendência, em legitimar e resguardar especialmente os direitos dos filhos bastardos que nasciam das relações

extraconjugais, com exceção dos filhos bastardos de negros escravos.

Devido às especificidades da vida na colônia, que obrigava os homens a migrarem de uma região a outra para garantir a sua sobrevivência e a de sua família, muitas mulheres acabavam ficando sozinhas com sua prole. Para enfrentar o isolamento, o abandono, a solidão e a pobreza, elas contavam com o auxílio de outro eventual companheiro ou de outras mulheres, reforçando a solidariedade de gênero. Essa realidade favorecia não só as relações extraconjugais entre homens e mulheres, como também a presença de um número significativo de famílias matrifocais, chefiadas por mulheres, guardiãs da casa e do destino de seus filhos e de parentes que viviam sob sua responsabilidade.

A presença dessas mulheres que chefiavam seus lares, dispendo informalmente de seus corpos como queriam, vivendo formas não sacramentadas de convívio sexual e delas tendo filhos, justificou para a Igreja as práticas de adestramento feminino introduzidas no período colonial, além de construção de um protótipo de mulher ideal.

As mulheres se tornaram alvo e instrumento do adestramento por parte da Igreja por apresentarem comportamentos que se opunham às normas e aos ideais religiosos e por serem aquelas que poderiam servir de instrumento de transmissão desses ideais, por ocuparem uma posição central na família. A Igreja via essas mulheres que chefiavam seus lares e ocupavam uma posição de prestígio na família como aliadas no projeto de civilizar a população que vivia nas terras de Santa Cruz.

Para Del Priore, o protótipo da mulher ideal construído e disseminado pela Igreja resultou na fabricação da “santa-mãezinha”, que deveria ser casada segundo as leis da Igreja, mãe, afeita à domesticidade, à piedade religiosa e preocupada em consolidar a família. Símbolo quase assexuado da maternidade, essa mulher, cuja moldura era o cuidado com os filhos, a obediência a Deus e ao marido, nas palavras de Del Priore:

Não devia colocar seu ventre a serviço de muitos homens, nem confundir a prole legítima com os bastardos do seu marido, devia, sim, conformar-se com o desejo que tinha a igreja e o Estado para o seu corpo, fugindo da tradição de amasamento ligada pelas relações entre brancos e índias, bem como da tradição do concubinato, trazida pelos portugueses e amplamente difundida entre as classes subalternas (Del Priore, 2009, p.93).

Para adestrar as mulheres da colônia e adequá-las ao protótipo da mulher ideal, a Igreja criou práticas sutis de adestramento feminino. Dentre essas práticas, Del



Priore destaca: a valorização do casamento sacramentado e, dentro dele, da maternidade, símbolo de segurança e de estabilidade, sobretudo, para as mães solteiras e para as mulheres abandonadas pelos seus companheiros.

Foi entre essas mulheres que dispunham informalmente de sua sexualidade, que viviam sozinhas com seus filhos, que a Igreja encontrou uma brecha para semear o adestramento das populações femininas, convencendo essas mulheres de que o casamento sacramentado iria salvá-las da situação de abandono e de desamparo em que se encontravam. Muitas mulheres, sobretudo, as adúlteras, mancebas, prostitutas e concubinas começaram a considerar as vantagens concretas do matrimônio, que passou a representar para elas um espaço de proteção.

Aos representantes da Igreja, cabia investigar de que modo viviam as mulheres na colônia e “obrigá-las” a seguir os ideais tridentinos. Para isso, eles fundaram os tribunais eclesiásticos, aos quais recorriam mulheres pecadoras, ou de conduta duvidosa, com o intuito de remirem-se dos seus pecados ou reaverem a sua honra perdida.

Aquelas que se recusavam a seguir os preceitos religiosos eram alvo de perseguição por parte da Igreja. Essas mulheres que desafiavam a instituição religiosa ao se recusar a encarnar o protótipo da mulher ideal, que continuavam usando o seu corpo ao seu bel-prazer, de acordo com Del Priore, foram extremamente úteis para a construção e a valorização do seu oposto: a santa-mãezinha.

Se o discurso do Estado português preocupava-se com os vazios demográficos, a dispersão populacional e o relaxamento dos costumes, a Igreja recortava com destreza, no universo das infrações recorrentes em colônias, aquelas cometidas por mulheres, dando início à construção da boa-e-santa-mãe. Ao enumerar os defeitos e denegrir comportamentos considerados inadequados, ela deixava aflorar o único aceitável, louvável e útil: o da santa-mãezinha. Portanto, em vez de apenas louvar as benesses do matrimônio, a Igreja atacava especificamente a mulher não enquadrada (Del Priore, 2009, p.97).

Eram nos cultos, nas festas religiosas, nos confessionários e nos sermões intermináveis de domingo, frequentados tanto por mulheres de honra, quanto por aquelas consideradas de procedência duvidosa, que a Igreja instruía as mulheres sobre como elas deveriam agir e se comportar, introduzindo aos poucos o protótipo da “boa-e-santa-mãe”.

O adestramento das mulheres no período colonial fazia-se, então, não só pela pregação sistemática em favor do matrimônio sacramentado e contra as práticas

recorrentes de concubinato e amasiamento, mas também pela exigência de uma certa compostura por parte das mulheres.

As mulheres deviam manter-se longe dos homens que representavam uma ameaça para a sua reputação. Além de trajarem roupas discretas, evitando mostrar partes do seu corpo que precisava ficar coberto, para evitarem ser confundidas com as moças luxuriosas e perigosas, que comercializavam seus atributos físicos, resguardando, assim, a sua imagem de moça recatada, calada, casta, submissa, obediente e sofrida. O exercício da sua sexualidade deveria se dar dentro do casamento sacramentado e apenas para satisfazer o marido ou para fins de procriação, que representava a sua tarefa mais importante, já que cabia às mulheres preencher os vazios demográficos produzindo tantos filhos quanto fossem necessários para povoar a colônia. Esses filhos deveriam ser educados na virtude e dentro dos preceitos religiosos para que os ideais tridentinos fossem transmitidos. De acordo com Del Priore:

Considerava-se então que a mulher não era mais que um instrumento a serviço da espécie, um ser cujas significações se resgatavam da necessidade biológica da renovação e transmissão da espécie. Na condição de fêmea, ela era ungida por uma vocação biológica, sendo a “madre” uma forma onde as espécies organizavam suas hereditariedades (Del Priore, 2009, p.177).

Ressalto que não eram a todas as mulheres que cabiam essa missão. Como observou a pesquisadora, a diversidade da condição social, étnica e cor das mulheres que viviam na colônia foi determinante para que a Igreja destinasse o papel de “santa mãezinha” às mulheres brancas, pertencentes à elite, que viviam sob as bênçãos da Igreja em matrimônio tradicional e sacramentado. Foram essas mulheres que se tornaram aliadas da Igreja no projeto civilizatório, assumindo papel e lugar social de destaque, ao encarnar o estereótipo da mãe modelar. Para Del Priore: “A mãe modelar tinha que ser abnegada, devota, obediente ao pai e ao marido, obrigada às leis de Deus e da igreja e em tudo dedicada à doutrinação de sua prole” (Del Priore, 2019, p. 266). Esses comportamentos e gestos eram ditados pela Igreja e pelo Estado, que determinavam como as mães deveriam ser e agir e o que elas deveriam ensinar aos filhos.

Para Del Priore, a adequação ou não das mulheres ao estereótipo da mãe ideal, acabava por distingui-las entre duas categorias: as modelares, que correspondiam ao modelo proposto pela Igreja, e as inadequadas, que se recusavam a encarnar esse

estereótipo. Essa divisão instaurava relações de poder e de desigualdade entre as populações femininas, o que foi determinante para que a maternidade se transformasse, no Brasil Colônia, em uma fonte de poder para as mulheres, sobretudo, para as brancas de elite.

A maternidade, assim, nesse período, não representou apenas uma fonte de poder para determinadas mulheres. Ao considerar a maternidade um instrumento de redenção e de remissão das mulheres da sua natureza diabólica e pecaminosa, a Igreja a transformou em uma fonte de sacrifício e de sofrimento.

A redenção e a remissão das mulheres por meio da maternidade encontravam-se, segundo Del Priore, não só nas dificuldades da vida conjugal, mas especialmente na experiência do parto.

O parto deveria ser vivenciado por elas como uma experiência de dor e sofrimento intenso, nada de remédios ou de anestésicos, pois como afirmou o padre Arceniaga, citado por Del Priore (2013), as mulheres deveriam sofrer com paciência as incomodidades da prenhez e as dores do parto, como pena do pecado cometido por Eva, a pecadora. A dor do parto era considerada pela Igreja a melhor maneira de se redimir do pecado original. Por isso, era preciso sofrer para trazer à luz o fruto do pecado cometido. Como observou Del Priore:

Mesmo quando o parto era normal, banal, natural, a mulher tinha que incorporar um outro papel associado ao sentido mesmo do parto: um papel de sofredora, cujos gritos, muitas vezes além ou aquém da dor, anunciavam a vitória contra a morte e o poder de procriar (Del Priore, 2009, p.224).

Para a estudiosa, o parto doloroso e sofrido contribuiu de forma significativa para a construção do estereótipo da “santa mãezinha”, uma vez que sobreviver a um parto ou a mais de um elevava a mulher à posição de santa, já que muitas mulheres acabavam morrendo em decorrência das complicações do parto. Assim como os cuidados com o recém-nascido e tudo que envolvia a criação de filhos, o parto era considerado assunto de mulher no Brasil Colônia. Por isso, a obstetrícia, baseada em conselhos de mães, ficava a cargo das parteiras, aparadeiras e comadres.

À comadre cabia realizar as manobras que facilitaria a expulsão do bebê, como a prensa abdominal e as fricções e pressões exercidas no baixo-ventre, e confortar a parturiente, prestando-lhe assistência psicológica, ministrando bebidas e palavras de incentivo, além de prometer-lhe o feliz e venturoso nascimento de um varão. Já a parteira, além de aparar crianças, era benzedeira e recitava palavras mágicas para

ajudar a mãe, fazia abortos, era cúmplice de infanticídios, facilitava o abandono de crianças ou as encaminhava para famílias que as absorviam. Esta era figura poderosa na comunidade feminina, vivendo na fronteira entre a vida e a morte.

Além das comadres e da parteira, que amparavam e assistiam à parturiente no momento do parto para encorajá-la, sossegá-la e ajudá-la, a parturiente também era assistida por familiares e vizinhas. O nascimento de uma criança mobilizava toda a comunidade e unia as mulheres, que transmitiam entre as gerações os conhecimentos adquiridos acerca do parto e dos primeiros cuidados com o recém-nascido, que eram passados de mãe para filha.

Apesar de toda a assistência prestada pelas mulheres da comunidade à parturiente, eram grandes os riscos que as mulheres corriam. Muitas delas eram vítimas de sangrias que se realizavam durante o trabalho de parto. Esses sangramentos provocados eram somados às hemorragias uterinas que levavam muitas mulheres ao esgotamento e à morte. Essa forma de morrer, esvaindo-se em sangue, representava uma espécie de rito sacrificial em que a mãe dava a vida pelo filho.

Os médicos que viviam na colônia eram poucos e estes não podiam auxiliar a parturiente, já que não podiam ver-lhes o corpo nu, como também não tinham conhecimento sobre partos. Um deles, Francisco de Melo Franco, citado por Del Priore, explicava:

Chegado o nono mês, entra o útero a contrair-se; seguem-se as dores e por uma força mecânica, a criança, rompendo as membranas que a encerram, é expelida do ventre materno... Querer indagar a causa por que só no fim deste tempo a natureza promove o parto é perder tempo em coisa de nenhuma utilidade, na certeza de que, no fim, estaremos mais longe da verdade do que no começo (Del Priore, 2013, p.118).

Aos médicos cabia, então, mapear e estudar o corpo feminino, procurando desvendar seu funcionamento e a origem das afecções, sobretudo de natureza sexual, a que este estaria submetido. Tais estudos tinham como finalidade manter o corpo feminino saudável, garantindo, assim, a sua capacidade reprodutiva. Como ressaltou Del Priore, o interesse científico da época se limitava a compreender, adestrar e prevenir os males do útero, que poderiam dificultar ou impedir novas gestações:

Havia na intenção da medicina um desejo ético de curar, mas de curar para que as mulheres servissem a um projeto demográfico, para que seus úteros trabalhassem, para que a maternidade, enfim, se tornasse

um projeto produtivo, à luz do qual os homens pudessem traçar uma representação idealizada e pacificadora das populações femininas (Del Priore, 2009, p.198).

A preocupação dos médicos com os “males da madre”, as afecções que acometiam as mulheres, revelava o enorme prestígio que gozava a maternidade nesse período histórico.

Essa realidade vai perdurar até o início do século XIX. A partir desse período, os médicos da colônia vão começar, gradativamente, a adentrar um terreno que, até então, era restrito ao universo feminino. Embora seu acesso às parturientes ainda fosse proibido, sobretudo no momento do parto, só sendo chamados em caso de emergência, os médicos passaram a ministrar cursos de parto e a estabelecer normas para o exercício do ofício de parteira, perseguindo benzedadeiras, parteiras e boticários que exerciam essa função. As alunas que desejassem se matricular nos cursos de parto deveriam ser alfabetizadas e falar francês fluentemente. Tais exigências dificultaram o acesso ao curso de várias mulheres que já atuavam como parteiras, e que continuaram a exercer seu ofício sem diploma.

A entrada definitiva dos médicos na cena do parto só se dará no século XX, quando a cesariana, que só era praticada em casos de emergência, se transformou em um procedimento rotineiro. Até o final do século XIX, a maioria dos partos no Brasil acontecia no domicílio da parturiente com a assistência de parteiras leigas ou, mais raramente, diplomadas.

Não foram somente as formas de parir, de trazer o filho ao mundo e de assistir às parturientes, que foram se modificando no Brasil Colônia. O próprio sentido atribuído a maternidade também foi, gradativamente, se transformando, especialmente, a partir de meados do século XIX, momento em que o país passava por inúmeras mudanças.

Essas mudanças eram decorrentes do desejo daqueles que habitavam o país de modernizar o Brasil, abandonando a herança do colonialismo e da escravidão. É em meio a essas mudanças que um novo capítulo na história das mulheres e da maternidade vai ser escrito.

#### **1.4 A mulher na República e a nova mãe**

O século XIX inaugurou, para Márcia Nader, um novo capítulo na história das mulheres e da maternidade. Trata-se de um período histórico em que o sentido

atribuído à maternidade pelo social se transformou, possibilitando à mulher assumir uma nova posição, diferente da que ela ocupou no período colonial. Não bastava mais a mãe gerar e instruir moralmente seus filhos, introduzindo-os na vida religiosa, era preciso ser também educadora e dirigente moral da sociedade, atuando na defesa e na proteção da criança. A maternidade, nesse momento, deixou de ser apenas um dever moral, para se transformar em uma missão cívica, passando a representar para o Estado uma questão de ordem pública.

Essas mudanças de sentido atribuído à maternidade e ao lugar ocupado pela mulher na sociedade foram decorrentes das transformações que o Brasil passava nesse período.

Na virada do século XVIII para o XIX, o Brasil deixou de ser uma colônia para se tornar uma república, o trabalho assalariado se consolidou, as cidades cresceram e uma nova classe econômica se formou: a burguesia. Era o início, ainda que incipiente, do processo de modernização e de industrialização do país. Nesse período, começou a existir por parte do Estado, uma preocupação em relação à sobrevivência das crianças, dos pequenos brasileiros que viviam na nova república.

Para Ana Raquel Soares Lopes e Ângela Sousa de Carvalho (2017), a infância adquiriu, nesse momento, um novo sentido. De demonizada, símbolo do pecado, da Idade Média, à frágil e dependente dos cuidados e da proteção dos adultos, do Brasil Colônia, a criança passou a representar, no período republicano, a riqueza econômica do país, o contingente de mão de obra que bem qualificada poderia contribuir para o seu desenvolvimento. Para garantir a sua sobrevivência era necessário diminuir os altos índices de mortalidade infantil.

A valorização da criança pelo Estado e a preocupação com as altas taxas de mortalidade infantil consolidou, para Del Priore, o papel da nova mãe e transformou o lugar designado à criança na família:

A criança passou a ser valorizada; tornou-se o “reizinho da casa”, no lugar do pai. A família acompanhava a gravidez, preparava-se o enxoval, e era imprescindível que a mãe costurasse, bordasse ou tricotasse uma peça para o pequeno, símbolo de amor materno. A escolha do nome era determinada pela tradição familiar. O pai agora acompanhava o parto do lado de fora- cederia lugar ao médico, coisa rara até então. A perda de um filho era considerada um golpe irreparável. Tornou-se doloroso desfazer o quarto da criança ou continuar morando na mesma casa. Mães corriam para a casa de familiares a fim de ali passar o período do luto. A memória do “anjinho” era reverenciada e seu túmulo, visitado regularmente no cemitério. A

morte do filho era oportunidade de manifestação do sentimento da mãe (Del Priore, 2013, p.132).

Para garantir a sobrevivência, o bem-estar e o desenvolvimento moral, cognitivo e social da criança, a nova mãe deveria se instruir junto aos médicos, pois só assim a morte precoce da criança, futuro cidadão da nação, seria evitada, já que a principal causa da mortalidade infantil foi atribuída pelos higienistas da época à ignorância das mães.

Os médicos passaram a dominar temáticas que, no passado, eram restritas ao universo feminino, como as questões relativas ao parto, aos primeiros cuidados com o recém-nascido e à amamentação. Foi, nesse momento, que nasceu a maternidade científica, que Del Priore descreveu como “aquela que seria acompanhada por médicos, amparada pela mamadeira com leite artificial – invenção norte-americana dos anos 1890 – e pela promoção da mulher como auxiliar dos médicos na luta por uma sociedade mais saudável” (Del Priore, 2013, p.133).

Para se instruir, as mulheres de classe média e alta começaram a se dedicar ao estudo da medicina doméstica, das doenças infantis, dos primeiros cuidados, do uso da chupeta, do desmame e da alimentação adequada. A puericultura entrou na moda e os livros como os do pediatra Antônio Wittrock, citado por Del Priore (2013), que aconselhava as mães a abandonar as crendices do passado e confiar no médico, se tornou leitura obrigatória.

Bem informada, higiênica e saudável, a nova mãe foi valorizada e exaltada pelos médicos, que passaram a influenciar seu comportamento para com os filhos, incentivando-as a amamentarem seus rebentos.

A amamentação, como observou Del Priore (2013), sempre foi um meio de vida para as mulheres pobres, tanto na Europa, como no Brasil. Nos primeiros anos da República, as famílias que gozavam de um certo prestígio econômico e social mantinham o costume de contratar uma ama-seca para cuidar exclusivamente das crianças, vigiando-as, brincando com elas, cuidando da sua higiene e alimentação. Quando os médicos higienistas passaram a influenciar o comportamento das mães exaltando os benefícios da amamentação para a sobrevivência da criança, argumentando que a ama-seca representava um risco por transmitir doenças físicas e morais, esse costume foi sendo gradativamente abolido.

As novas exigências e sentidos dados à maternidade reforçaram ainda mais o papel da mulher como mãe e esposa abnegada e dedicada à família e aos filhos e o

seu confinamento no ambiente doméstico. Ainda era forte a ideia de que o papel social preponderante da mulher era o de ser mãe e de que a feminilidade estaria atrelada à maternidade. Não amamentar, não ser esposa, nem mãe, significava não só desobedecer à ordem natural das coisas, deixando de ser, com isso, uma mulher, como também colocar em risco o futuro da nação, ao se recusar a formar bons cidadãos.

Esse cenário foi determinante para que grande parte das mulheres que viviam em terras brasileiras, no período que abrange a Primeira República (1889-1930), seguissem encarnando o protótipo da nova mãe, até que novas mudanças modificassem novamente o rumo da história.

Entre os anos 1930 e 1950, o processo de urbanização e de modernização do país se intensificou, colocando em xeque os valores e as normas sociais vigentes que, durante mais de um século, moldaram o comportamento e a mentalidade das mulheres brasileiras. A modernização e a urbanização das cidades ampliaram e diversificaram as possibilidades de lazer, consumo e de acesso à informação. Para Del Priore (2013), essa diversificação das formas de lazer e de consumo modificou de forma revolucionária o comportamento dos jovens, transformando velhos hábitos e costumes que marcavam, até então, a organização social tradicional vigente. Dentre eles, destacam-se as iniciativas casamenteiras das famílias. Agora, eram os próprios jovens e não mais seus pais que escolhiam com quem iriam se casar. A escolha do cônjuge que, no passado, era motivada por interesses políticos e econômicos, passou a ser motivada por sentimentos de afeto e cumplicidade, que foram valorizados.

Essas mudanças no comportamento dos jovens que marcaram os anos 1930 não só possibilitou a eles uma maior liberdade, como também conferiu algumas conquistas às mulheres.

Ao longo da história, as mulheres foram protagonistas de diferentes lutas. A feminista e ativista Maria Amélia Teles em *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*, afirma que a luta das mulheres no Brasil se concentrava nas reivindicações das mulheres operárias pela regulamentação do trabalho feminino, das mulheres pertencentes à classe média e dominante pelo direito ao voto, da mulher casada trabalhar fora de casa sem a autorização do marido, da separação sem dissolução do vínculo matrimonial nos casos de adultério, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave e abandono voluntário do lar por mínimos dois anos contínuos, além



da luta pela ampliação da licença maternidade para que as mulheres gozassem do direito de exercer o trabalho feminino sem comprometer o exercício da maternidade.

Essas reivindicações e lutas lideradas pelas mulheres representaram, para Teles, a tentativa de romper as barreiras que o patriarcado impôs à conquista da sua autonomia, do direito de exercer livremente a sua sexualidade e de trilhar um destino diferente daquele naturalizado para elas.

Embora os jovens ousassem romper a tradição, ao desfrutar de uma maior liberdade, e as mulheres tivessem conquistado alguns direitos inimagináveis por aquelas que, até pouco tempo, encarnavam a mãe e esposa recatada, do lar, não tardou para que surgisse uma onda de resistência às novas mudanças.

Em decreto assinado em abril de 1941, o Presidente Getúlio Vargas insistia que a educação feminina deveria formar mulheres afeiçãoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa. Revistas da época que influenciavam a mentalidade e o comportamento feminino, como *Querida*, *Vida Doméstica*, *Você*, *Jornal das Moças*, bem como as seções femininas de *O Cruzeiro*, reafirmavam, segundo Del Priore (2013), nas colunas dedicadas às mulheres, que cabia a elas ser mãe e dona de casa. Esse era o destino que elas deveriam cumprir, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade.

Fora dos padrões tradicionais, a mulher era uma promessa de flagelo. A inteligente era considerada perigosa, a desquitada acusada de ter falhado na tarefa de constituir e de manter a família, a que desejasse trabalhar fora era cercada de preconceito, a que se entregasse antes do casamento era considerada indigna para o casamento e para ser mãe. A virgindade era sagrada, o sexo era vetado para namorados ou noivos e obrigatório para os casados. Apenas a mulher virgem, submissa e obediente mereceria ser mãe e santa no altar doméstico.

As distinções entre papéis femininos e masculinos continuavam nítidas, assim como a moralidade que favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto restringia a sexualidade feminina aos parâmetros de um casamento convencional. Somente a partir de 1960, esses parâmetros, que moldavam o comportamento de homens e mulheres e definiam os papéis e lugares sociais que cada um deveria ocupar, serão novamente abalados.

### 1.5 A mulher e a mãe entre os anos 1960 e 1970

Para Del Priore (2013), o período que abrange os anos 1960 e 1970 foi revolucionário, um verdadeiro divisor de águas para a história das mulheres e da maternidade, pois foi nesse período que as mulheres entraram definitivamente no mercado de trabalho, tomaram pílula, queimaram sutiãs e se divorciaram.

Essas mudanças que impactaram o comportamento feminino foram motivadas por duas grandes descobertas médicas: a penicilina, que liberou homens e mulheres do medo da sífilis, e a pílula anticoncepcional, que liberou as mulheres do medo da gravidez indesejada e inesperada.

Esses acontecimentos flexibilizaram a moral sexual civilizatória. Os casais não casados eram cada vez mais aceitos, podendo circular livremente. A sexualidade ainda era vivida como um pecado pela Igreja Católica, no entanto, como apontou Del Priore, um número crescente de católicos começava a acreditar que amor e prazer andavam juntos, passando a desfrutar de uma maior liberdade sexual:

Carícias se generalizavam, e o beijo mais profundo – o beijo de língua, ou *french kiss* –, antes escandaloso e considerado até um atentado ao pudor, passava a ser sinônimo de paixão. Na cama, novidades. A sexualidade, graças aos avanços da higiene íntima, estende-se a boca a outras partes do corpo. As preliminares ficam mais longas. A limpeza do corpo e certo hedonismo já latente alimentavam carinhos antes inexistentes. Todo corpo a corpo amoroso tornou-se possível. No quarto, a maior parte das pessoas ficava nua, embora no escuro- amar ainda não era se abandonar (Del Priore, 2013, p.76).

O progresso científico e a contracepção, a liberação dos costumes, bem como o divórcio e a entrada definitiva das mulheres no mercado de trabalho mudaram, para Del Priore (2013), definitivamente a face do casamento e da família.

Com métodos contraceptivos mais eficientes, segurança profissional e estabilidade financeira, as mulheres romperam, ainda que lentamente, o ciclo de dependência e de subordinação ao marido, se reinventando dentro da casa e da família. Elas passaram a questionar não só as ordens dada pelos maridos e os atos de violência a que eram submetidas, como também a verticalidade das relações familiares, colocando em xeque os lugares fixos e bem definidos que, por décadas, foram ocupados por homens e mulheres dentro da família: esfera pública para o marido, encarregado de prover a família; esfera privada para a mulher, ocupando-se das tarefas domésticas e educação dos filhos e da submissão destes à autoridade parental.

Apesar de as mulheres estarem conquistando novos espaços e direitos dentro e fora do âmbito familiar, nem tudo eram flores. Como argumentou Del Priore (2013), a desmoralização da imagem da esposa-mãe dedicada, que abdicava de si para viver para os filhos e para o companheiro, que se sentia inteiramente responsável pelo bem-estar e pela felicidade da família, gerou nas mulheres dessa geração um misto de medo e de insegurança:

Questionadas pelos filhos, desmoralizadas pela beleza das mais jovens, ansiosas por verem mais e mais mulheres ganharem independência, elas investiam em receitas para “salvar o casamento” (Del Priore, 2013, p.80).

Aquelas que decidiram se emancipar e trabalhar fora enfrentavam outros desafios. Embora as mulheres tivessem conquistado o direito de acessar o mercado de trabalho sem o prévio consentimento do marido, com as oportunidades de trabalho se ampliado e diversificando, a luta pela garantia de condições dignas de trabalho e salários justos e melhores estava só começando. Por isso, elas enfrentavam um mercado cada vez mais exigente e uma concorrência desleal com aqueles que dominaram por anos esse espaço.

Além dessa concorrência desleal e das condições desfavoráveis de trabalho, as mulheres começaram a vivenciar uma dupla jornada de trabalho, se dividindo entre os cuidados com a prole e o mercado de trabalho. Ainda era forte a crença de que o filho era responsabilidade da mãe, os homens relutavam em participar das tarefas do lar e se responsabilizar pelos cuidados e educação dos filhos. Herança de uma sociedade patriarcal que disseminou, ao longo de várias gerações, a ideia de que o cuidado e a educação dos filhos era função essencialmente feminina.

Entre os anos 1960 e 1970, o movimento feminista, que atravessava a segunda onda, fervilhava no Brasil e a maternidade estava no centro dos debates. Foi, nesse momento, que as brasileiras entraram em contato com as ideias amplamente divulgadas pelas feministas da segunda onda.

A segunda onda representou, para Georgiane Vásquez (2014), um marco no movimento, um divisor de águas entre o feminismo igualitário da primeira onda, que centrava suas discussões em torno da igualdade de direitos entre homens e mulheres, para um feminismo centrado na mulher, iniciando dessa forma a politização das chamadas questões privadas.

Dentre as discussões propostas pelo movimento, Bruna Santiago Franchini

(2017) destacou a busca pelas feministas em identificar a origem da opressão das mulheres por parte dos homens, assim como das relações de poder entre homens e mulheres. Para realizar essa discussão, elas partiram de dois questionamentos que pautaram as discussões na época. “Por que somos oprimidas? O que todas as mulheres do mundo têm em comum que justifique estarmos todas, coletivamente, em situação pior do que a dos homens de forma geral”?

Esses questionamentos e debates promovidos pelas feministas da segunda onda modificaram o comportamento e pensamento das mulheres brasileiras, bem como o seu olhar sobre a maternidade, a partir da divulgação das ideias de uma das feministas e ativista política mais influentes que marcou toda uma geração de mulheres: Simone de Beauvoir.

Conhecida, principalmente, por *O segundo sexo*, que consiste em uma análise detalhada da opressão das mulheres, ao contestar na sua obra questões relativas à liberdade sexual, à prática de contracepção e do aborto como direitos das mulheres, reivindicando a autonomia da mulher sobre o próprio corpo, Beauvoir (1949) amplia a noção de feminino e de identidade da mulher para além da maternidade. Sua obra teria contribuído, segundo Marina Valentim Brasil e Angelo Brandelli Costa (2018), de forma definitiva para que as feministas começassem não só a contestar a maternidade, dirigindo-lhe críticas severas, como também a iniciar o seu processo de desnaturalização.

Para Esther Vivas, autora de *Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade*, que realizou um estudo aprofundado sobre o feminismo nas três grandes ondas do movimento, a obra de Beauvoir foi a responsável pela eclosão da segunda onda feminista por colocar a maternidade no centro do debate feminista, ao considerar a condição reprodutiva da mulher e o próprio sexo, a causa da opressão e da subordinação feminina pelos homens. Ao realizar uma análise sobre os questionamentos levantados pelas feministas, na segunda onda, inspiradas pela obra de Beauvoir, Vivas afirmou:

Isso não deveria surpreender-nos: a maternidade tem sido utilizada pelo patriarcado e pelo capitalismo como instrumento de subordinação e controle das mulheres, relegando-nos ao âmbito doméstico, privado e invisível. A maternidade, como obrigação, representava um freio às aspirações femininas, um obstáculo à igualdade e à autonomia. Os homens, por outro lado, estavam livres de responsabilidades de cuidado, sem vínculos, e tinham a possibilidade de intervir na vida pública. A libertação das mulheres dependia da saída do lar, de deixar

a criação dos filhos de lado e do ingresso no mundo do trabalho (Vivas, 2021, p.93).

Foi no calor desses questionamentos e debates que se intensificaram, na segunda metade do século XX, os avanços pelos quais as brasileiras chegaram à década de 1970. Para Badinter (2011), Del Priore (2013), e Nader (2016), esse período representou o apogeu das mudanças em curso, desde o início do século XX:

No final dos anos 1970, providas dos meios de controlar a reprodução, as mulheres aspiram à conquista de seus direitos essenciais, a liberdade e a igualdade (em relação aos homens), que elas pensam poder conciliar com a maternidade. Esta última não é mais o alfa e o ômega da vida feminina. Abre-se para elas uma diversidade de modos de vida, que suas mães não conheceram. Pode-se dar prioridade às ambições pessoais, gozar do celibato e de uma vida de casal sem filhos, ou satisfazer o desejo de maternidade, com ou sem atividade profissional (Badinter, 2011, p.9).

Os anos 1970 foram marcados, na visão de Badinter, pelo grito reivindicador das mulheres: “Primeiro eu”. Ele se dirigia prioritariamente aos homens, mas também aos filhos. Encorajadas, as mulheres começaram a falar de temas que, até então, eram tabus, como a ambivalência e alienação materna, incentivando outras mulheres a compartilhar sua experiência, manifestar suas dores, preocupações e angústias sobre a maternidade.

Com a expansão da indústria do leite e da alimentação artificial e incentivo por parte dos médicos que, no passado, defendiam fervorosamente a amamentação exclusiva, o aleitamento materno, em franco declínio desde os anos 1940, foi substituído pela alimentação artificial. Símbolo da libertação e da autonomia, a mamadeira que nesse período gozava de aceitação quase irrestrita diminuiu, para Nader (2016), o fardo da maternidade.

Os cuidados com os filhos recém-nascidos, agora, podiam ser compartilhados com os pais. A divisão igualitária de funções e responsabilidades entre pai e mãe passou a ser amplamente discutida pelos casais. Um debate que vai se estender até os dias atuais.

A consolidação, na década de 1970, das mudanças em curso desde o início do século XX, e a abertura de novas possibilidades de vida para as mulheres culminaram com o surgimento de uma geração de mulheres divididas entre seguir a tradição ou responder aos novos valores e imperativos da época. São mulheres que na opinião de Del Priore:

[...] guardava um pouco da Amélia, aquela que “não tinha a menor vaidade” e “achava bonito não ter o que comer”. Pouco vaidosa, acreditava nas virtudes da meiguice e, sempre colocando a culpa do custo de vida no governo, ainda repetia ao marido: “O que há de se fazer?”. Pensava menos em luxo e riqueza, e, sem querer ser campeã de consumo, sonhava apenas com mais tempo de lazer para si e a família. E, se lhe fosse dado algo a pedir, queria menos inflação, mais segurança nas grandes cidades e menos poluição (Del Priore, 2013, p.82).

Uma parcela significativa das mulheres passou a rejeitar a ideia de submissão ao marido, achar que a mulher deveria trabalhar fora e contribuir para o orçamento doméstico, romper com um casamento infeliz e iniciar outro. No entanto, na prática, a maioria das mulheres dessa geração deixava ao homem a maior responsabilidade pelo sustento da casa. Muitas delas seguiram encarnando a dona de casa dedicada ao marido e aos filhos, menos alienada e submissa, mais conectada com as questões sociais, políticas e econômicas, mas ainda dependente emocional e financeiramente do marido. Elas representavam a última geração de donas de casa nos grandes centros urbanos do país.

Educadas segundo as tradições pela mãe e de um modo muito semelhante ao que já ensinara a avó, elas criavam seus filhos homens dentro dos antigos parâmetros de educação, mas aconselhavam as filhas a serem mulheres preferencialmente casadas e independentes. Muitas não ousaram romper com a tradição, mas almejavam para as filhas um destino diferente do que elas trilharam, criando, na opinião de Del Priore (2013), uma geração de mulheres que escreveram um novo capítulo na história das mulheres e da maternidade.

São as filhas do movimento feminista, de mães que disseminaram a ideologia feminista, ainda que, na prática, mantivessem a tradição. Mulheres nascidas na década de 1970, que honraram com suas escolhas os direitos conquistados por suas mães e avós após anos de luta pela emancipação feminina e pela dissolução das amarras que cerceavam a sua sexualidade. São mulheres que vivenciam, hoje, a sexualidade com mais prazer e liberdade, que conquistaram definitivamente o mercado de trabalho, que buscam construir relações mais igualitárias e saudáveis com seus companheiros, se recusando, com algumas exceções, a permanecer no que elas chamam de relações abusivas, mas que apesar de desfrutarem, hoje, do direito de escolher ser ou não mãe e da liberdade de vivenciar outros modos de vida, acabaram fazendo uma opção pela maternidade.

Essas mulheres frequentam, hoje, o consultório dos analistas em busca de um espaço para falar do sofrimento e do mal-estar vivenciado com a chegada do filho e das dificuldades enfrentadas no exercício da sua função como mãe.

O mal-estar e o sofrimento variam, segundo Vivas (2021), conforme a origem étnica e a classe social e econômica na qual a mulher se encontra:

A experiência ambivalente é muito determinada pela posição social das mães. As mulheres de classe média e alta, e de nível cultural elevado, debatem como compatibilizar a maternidade e a carreira pessoal, de que maneira encaixar o novo papel de mãe na identidade própria. Podemos conhecer suas reflexões em livros e artigos que escreveram. Mas o que se passa com aquelas que não vemos, não escutamos nem lemos? Para as mães pobres, a ambivalência é marcada pelas dificuldades financeiras. Como alimentar e vestir as crianças se mal chegam ao fim do mês? Como cuidar delas se não dispõem de tempo livre? Esses são os seus tormentos e angústias (Vivas, 2021, p.67).

Sem desconsiderar a relevância de pesquisas que abordem a experiência materna de mulheres de outras etnias e classes sociais e econômicas, nesta pesquisa abordarei o mal-estar na maternidade a partir da experiência de mulheres com a maternidade brancas, cisheteronormativas, com alto grau de escolaridade, de classe social média e alta, moradora dos grandes centros urbanos. A escolha desse recorte se deu devido à escuta clínica dessas mulheres no seu processo de análise, ocorrido em consultório particular de Psicanálise.

Para se compreender o mal-estar que acomete essas mulheres, é necessário situar a maternidade na época atual, buscando localizar como os discursos que concernem à mulher e à mãe afetam a experiência de ser mãe no século XXI.

## **CAPÍTULO 2**

### **A mulher e a mãe no século XXI**

O século XX foi marcado pela popularização dos métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, e pelo desenvolvimento das tecnologias de reprodução assistida, que possibilitou aos casais com dificuldade para engravidar realizar seu sonho por intermédio das técnicas de fertilização e de inseminação artificial.

O advento desses métodos contraceptivos e de fertilização liberaram as mulheres de repetidas maternidades ou de maternidades indesejadas e transformou a maternidade em uma escolha. Assim, se no passado, tornar-se mãe era uma consequência natural do casamento, um destino do qual todas as mulheres aptas a procriar não poderiam se esquivar, hoje, ser mãe é uma escolha.

Para Badinter (2011), desde que a maternidade se tornou uma escolha não é mais possível falar em instinto materno, nem no desejo por filhos como algo constante e universal, já que existe, hoje, uma diversidade de opiniões sobre a escolha por filhos. Por isso, trata-se de uma escolha que suscita em muitas mulheres dúvidas, incertezas e questionamentos.

Esses questionamentos são motivados, na opinião de Badinter, pela ampliação dos modos de vida para a mulher que, na atualidade, encontra outros meios de realização pessoal e de afirmação de uma identidade feminina que ultrapassam a maternidade. Badinter afiança também que o hedonismo e o individualismo, que marcam a época atual, predispoem as futuras mães a levantarem questionamentos que as mulheres de outras gerações jamais ousariam se fazer. Por isso, algumas perguntas não podem ser evitadas, quando uma mulher começa a questionar se chegou o momento de ter filhos.

Um filho impossibilitaria a realização de outros desejos, sonhos e ambições? Até que ponto uma criança vai impedir a realização de uma carreira de sucesso? É possível lidar com uma carreira exigente e a criação de uma criança? Quais as consequências da chegada de um filho para o casal? Como reorganizar a vida doméstica depois do filho? Quais aspectos da liberdade deverão abandonar?

Esses questionamentos que normalmente as mulheres se fazem nos consultórios dos analistas ou nas trocas entre amigas costumam surgir, segundo Iaconelli (2021), quando o relógio biológico sinaliza que não é mais possível adiar essa decisão.



A maternidade tardia é uma característica da época atual. Nos últimos anos, as mulheres têm decidido ser mãe em idades cada vez mais avançadas, após conquistarem uma estabilidade profissional, financeira e afetiva. O adiamento dessa escolha é motivado pelo receio de enfrentar dificuldades para criar e educar os filhos numa época de instabilidade econômica, política e ambiental, e pelo peso da responsabilidade de escolher ter ou não filhos. Afinal, como pontuou Iaconelli, escolher viver uma vida com filhos é diferente de cumprir um destino socialmente naturalizado e legitimado pela religião:

O lastro que a religião dava para muitos foi substituído pela liberdade de encontrar novas razões e motivações que partem do desejo e não da obrigação moral. Como toda liberdade, dá trabalho. Afinal, temos que escolher e nos responsabilizar pelas escolhas (Iaconelli, 2021, p.23).

Outro fator que também contribui para o adiamento da escolha de ter ou não filhos refere-se ao aumento das exigências e expectativas sociais em relação à mulher que se torna mãe. Essas expectativas são normalmente transmitidas pelos profissionais oriundos de áreas diversas que, em diferentes momentos históricos, buscaram orientar e influenciar o comportamento e a psique feminina. Assim, se na passagem do século XVIII para o XIX, religiosos e pedagogos como Rousseau convenceram as mulheres a se recolher no lar e se dedicar pessoalmente aos cuidados com os filhos, no final do século XIX e início do XX, elas foram convocadas a se aliar aos médicos para garantir a sobrevivência dos filhos, da qual dependia o futuro da nação, no século XXI, assistimos à entrada em cena dos especialistas de família.

Esses especialistas e como eles influenciam o comportamento e a mentalidade das mulheres mães, na atualidade, serão estudados a seguir.

## **2.1 Os especialistas de família na cena contemporânea**

Os especialistas de família são profissionais de áreas diversas que influenciam, hoje, o comportamento e a mentalidade das mulheres dessa geração, disseminando por intermédio de livros, cursos e grupos de apoio à parentalidade, um ideal de maternidade que visa à realização de uma maternidade perfeita, sem furos ou falhas.

Para Colette Soler (2005), ao se colocar na posição daquele que orienta as mães sobre como elas devem agir com os filhos, os especialistas ocupam na cena

contemporânea o lugar do Outro do Outro materno, ou seja, de um Outro consistente, que orienta as mães sobre o exercício da sua função. Isso justifica, para a autora, o aumento considerável, nos últimos anos, da busca por esses especialistas, sobretudo, por parte dos pais e mães recém-chegados ao universo da parentalidade.

Em “Uma fantasia”, Jacques-Alain Miller (2004) discorreu sobre os efeitos para a civilização do que Lacan anunciou em 1938,<sup>3</sup> em *Os complexos familiares*, quando ele chamou a atenção para as consequências do declínio da imago paterna e de seus ideais.

Para Miller, a destituição do lugar do grande Outro na cultura, que limita o gozo e preserva a vida garantindo a construção e permanência do laço social teve como consequência a dissolução da moral sexual civilizada, que Freud (1908) mencionou em sua obra. Trata-se de uma moral que dava um direcionamento para os sujeitos em relação à função e o lugar que homens e mulheres deveriam ocupar no laço social.

Diante disso, Miller se pergunta se a destituição do lugar do grande Outro resultou em uma civilização sem direcionamento, sem uma bússola que oriente minimamente os indivíduos em relação aos limites e inibições impostas pela civilização pela ordem simbólica, que direcionam a sua participação no laço social. Ao realizar essa reflexão, ele conclui que não estamos vivendo um momento civilizatório sem direcionamento, “desbussolado”, já que outros referenciais passaram a direcionar a vida dos indivíduos.

Com a queda do lugar do grande Outro e de seus substitutos na cultura e com o surgimento do capitalismo, o objeto a,<sup>4</sup> assinalado por Lacan, teria assumido um lugar dominante na civilização. Para Miller, a subida desse objeto ao zênite social convida o sujeito a ultrapassar seus limites, suas inibições, a viver sobre a ditadura do “mais-de-gozar”.

No início do curso *O Outro que não existe e seus comitês de ética*, realizado por Miller em colaboração com Éric Laurent, foi abordada a questão do sem limite do gozo feminino como um paradigma da época atual. Para os autores, há uma

---

<sup>3</sup> Miller apresentou esse texto no IV Congresso-AMP realizado em Comandatuba, Bahia, em 2004.

<sup>4</sup> Lacan trabalhou especialmente no *Seminário da Angústia* o conceito de objeto, a que ele definiu como “objeto causa de desejo” ou “mais-de-gozar”.

aproximação entre o gozo ilimitado da época atual, sem medida, que alcança cada vez mais a ordem do insuportável, e o gozo outro, não civilizado pelo falo, que acomete aqueles sujeitos que se posicionam do lado feminino da tábua da sexuação. Daí a expressão cunhada pelos autores “feminização do mundo” para nomear a explosão de gozo que caracteriza a época atual.

A explosão de gozo tem efeitos devastadores para a vida dos sujeitos que vivenciam esse momento histórico. Esses efeitos das consequências da feminização do mundo atingem, para Miller, especialmente a natureza, os casamentos, a família e a relação que alguns sujeitos estabelecem com seu corpo, ao se submeter às cirurgias plásticas, dietas, ou a um estilo de vida anorético, outro efeito que Miller não mencionou, mas que é possível recolher a partir da escuta clínica de mulheres às voltas com questões concernentes à maternidade refere-se à dificuldade vivenciada em relação ao exercício da função materna.

Diante da falta de um Outro consistente, que possa orientá-las em relação ao exercício da sua função como mãe, e do empuxo a um gozo desenfreado, que se instala na civilização e nos laços sociais, os pais, em especial as mães, se sentem desamparados diante da tarefa de educar uma criança no século XXI.

Esse desamparo, somado à falta de segurança em relação à sua capacidade de exercer de forma adequada a sua função, leva essas mulheres a buscar nos especialistas de família um apoio e orientação.

Para Iaconelli, essa busca é motivada pela ilusão de encontrar nesses profissionais não só uma orientação, uma resposta para as dúvidas e incertezas que a chegada do filho trouxe, mas também uma garantia de que irão exercer sua função de forma adequada, na ilusão de proteger a si e a seus filhos do mal-estar que é inerente ao processo de educar e cuidar de uma criança. A busca por garantias alimentada pela ilusão de que é possível controlar e prever tudo aquilo que tange a parentalidade representa, para Iaconelli, um dos grandes males da criação atualmente:

O que está em jogo nessa nova lógica e que desemboca na criação dos filhos é a fantasia de onipotência que toma a frente como modelo e faz com que nos comparemos com seres divinos que deveriam prever cada movimento e o resultado de cada escolha (Iaconelli, 2021, p.33).

Além da busca ilusória por garantias, a valorização da ciência também representou, para a autora, um dos fatores que motiva os pais a procurar os

especialistas de família para tentar solucionar as questões sobre a educação e criação dos filhos. Por fim, Iaconelli cita o aumento considerável de serviços e produtos para pais ofertados pelos especialistas de diversas áreas, que transformaram a parentalidade em um negócio lucrativo, inserindo-a na lógica do capitalismo. Por meio desses produtos e serviços disponibilizados no mercado, esses profissionais vendem a falsa promessa de que consumindo seus produtos e serviços os pais serão liberados do risco e do mal-estar inerente ao ato de educar uma criança. Ciência, consumo e busca por garantias representam, então, para Iaconelli, as principais motivações que levam os pais a procurarem hoje os especialistas de família.

Daniela Teperman em sua tese intitulada *Família, parentalidade e época: um “nós” que não existe*, afirma que, embora a presença do especialista na cena familiar contemporânea não represente um fato novo na sociedade, ele assume formas inéditas, ao se diferenciar da figura clássica do especialista ou do discurso técnico especializado:

Trata-se de um discurso sustentando na lógica da literatura de autoajuda, governado pelo imperativo do mercado e não mais legitimado pela autoridade intelectual ou pela origem institucional de quem o profere. No entanto, há alguns traços que se mantêm, como o consenso de que existem condutas adequadas e de que os profissionais dispõem desse conhecimento técnico para fazê-las prevalecer (Teperman, 2012, p.130).

Teperman argumenta que o especialista de família surgiu na década de 1990, na França, em decorrência de um esforço por parte dos dirigentes em realizar ações de apoio à parentalidade. Essas ações eram motivadas por uma preocupação em relação à sobrevivência da família, que passava por transformações significativas.

Com o intuito de atuar de forma preventiva, o poder público estendeu para todos os pais ações de apoio à parentalidade que antes se destinavam apenas aos filhos de pais psicóticos ou de casais separados. Partindo do pressuposto de que haveria uma carência ou insuficiência parental, que poderia ser superada por meio da aquisição de determinadas competências, os especialistas criaram uma forma ideal de educar e criar filhos.

Para Teperman, a elaboração por parte dos especialistas de um método ideal de educação contribuiu não só para a culpabilização antecipada da família, mas também para a disseminação de um discurso normativo e hegemônico em torno da parentalidade, pautado em uma educação absolutamente sem erros:

Os discursos normativos e ortopédicos sobre a parentalidade comportam um ideal: investem na figura dos pais competentes, implicados em um modo de vida voltado à educação das crianças e despojados dos dramas que a família comporta. Esta, ao assumir essa vertente da parentalidade, se veria livre dos excessos e também das faltas ou imperfeições inerentes à transmissão (Teperman, 2012, p.150).

Trata-se, portanto, de um discurso pautado pela ideia de que é possível promover na família uma harmonia total e absoluta e excluir a dimensão subjetiva que a experiência de ser pai e mãe comporta, assim como os riscos e imperfeições inerentes à essa experiência.

Para propor esse ideal de educação, os especialistas passaram a promover cursos para pais e propagar suas teorias por intermédios de palestras e da publicação de livros e textos nas redes sociais voltados para educação. Trata-se de conteúdos que oferecem orientações e técnicas que prometem auxiliar os pais a superar suas dificuldades e a adquirir as ferramentas necessárias para educar os filhos.

Dentre as teorias e as técnicas divulgadas, que os pais vêm consumindo nos últimos anos, de forma obcecada e acrítica, destaca-se a cama compartilhada, a amamentação sobre livre demanda e a criação com apego. As mães que aderem à essas técnicas ofertadas pelos especialistas costumam amamentar seus filhos até a criança manifestar sinais de que ela está pronta para desmamar e dividem a cama com os filhos até que eles resolvam ir para o quarto deles. São elas que costumam aderir também à chamada comunicação não violenta e à disciplina positiva.

Inspirada pelo pensamento de Rudolf Dreikurs e Alfred Adler, Jane Nelsen deu origem à disciplina positiva, que consiste em criar relações harmoniosas entre pais e filhos por meio da empatia, do afeto e da firmeza. Para educar os filhos dentro dos parâmetros da disciplina positiva, mães e pais devem escutar atentamente as necessidades e as demandas da criança, praticar o diálogo e o respeito mútuo, se distanciando de uma cultura autoritária que envolve castigos, palmadas e gritos.

Para realizar esse modelo de maternidade amplamente divulgado pelos especialistas, na atualidade, as mães são convocadas a se ocuparem pessoalmente dos cuidados e educação dos filhos, abdicando, para isso, da vida social e de outros interesses para viver para os filhos, resgatando, assim, um ideal de maternidade amplamente divulgado no século XVIII.

Trata-se, portanto, de um modelo de maternidade incompatível com os imperativos culturais e os ideais de feminilidade da época atual, já que vivemos em

um momento histórico em que não só o trabalho feminino se transformou em uma obrigatoriedade, como grande parte das mulheres dessa geração se sentem obrigadas a realizar outros imperativos sociais e culturais em torno da mulher e da mãe. Iaconelli demonstrou, ao avaliar a geração atual, a geração 100%, que:

Aquela na qual se aspira a não ter que abrir mão de nada. Os direitos adquiridos se tornaram imperativos, portanto, se você pode fazer, deve fazê-lo. Como escolher entre filhos, carreira, casamento, liberdade, manter a forma, vida pública, se você deve ter/ ser tudo? Quem abre mão de algo parece assinar um atestado de incompetência, ao invés de ser elogiado por ter assumido seus desejos e suas limitações (Iaconelli, 2021, p.105-106).

Ao buscar viver tudo, ao mesmo tempo, sem renunciar a nada, as mulheres vivenciam alguns dilemas que tornam seu cotidiano difícil e conflituoso. Afinal, como conciliar uma rotina de trabalho exaustivo amamentando sobre livre demanda? Como escutar e atender prontamente as demandas do filho, sobretudo de atenção, em tempos de aceleração, em que mães que trabalham fora cumprem duplas ou triplas jornadas de trabalho, ao tentar conciliar a maternidade com uma carreira? Como manter uma vida conjugal e sexual satisfatória dividindo a cama com os filhos? Como praticar a criação com apego terceirizando os cuidados com os filhos com uma cuidadora especializada ou com avós?

Para Badinter (2011), o modelo de maternidade proposto pelos especialistas de família, que aproxima as mulheres de um estereótipo de mãe que prevaleceu em um momento histórico em que a maternidade era o único destino possível na vida de uma mulher, representa o desdobramento de um fenômeno que ocorreu por volta dos anos 1980, que ela identificou como o retorno da ideologia naturalista.

## **2.2 O retorno da ideologia naturalista e a crise identitária**

Entre os anos de 1980-2010, as mulheres vivenciaram um retrocesso em relação às conquistas alcançadas nas últimas décadas, que atingiram seu apogeu na década de 1970. O período marcou o início de uma crise que colocou em xeque às ambições do decênio anterior, comprometendo os avanços alcançados em relação ao processo de emancipação feminina.

Para Badinter:

1980-2010: quase sem que percebêssemos, aconteceu uma revolução em nossa concepção da maternidade, nenhum debate, nenhum estardalhaço acompanhou essa revolução, ou melhor, essa

involução. Contudo, seu objetivo é considerável, já que se trata, nem mais nem menos, de recolocar a maternidade no cerne do destino feminino (Badinter, 2011, p.9).

Esse retrocesso foi ocasionado por uma crise econômica, no início dos anos 1990, que resultou no retorno de um contingente significativo de mulheres para o lar, em especial, as menos preparadas e as economicamente mais frágeis, como constatou Badinter:

O desemprego maciço, que atingiu mais duramente as mulheres do que os homens, teve como consequência trazer a maternidade para o primeiro plano: um valor mais seguro e reconfortante do que um trabalho mal pago que se pode perder da noite para o dia. Isso porque sempre se considera o desemprego do pai mais destruidor que o da mãe, e porque os psicopediatras descobriam continuamente novas responsabilidades em relação à criança, que só incumbiam àquela (Badinter, 2011, p.11).

A crise econômica que comprometeu alguns avanços propostos pelas feministas na década de 1970, como a divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres no âmbito doméstico, não representou a única causa desse retrocesso. Como ressaltou Badinter, outra crise, mais difícil de ser resolvida, chegou para reforçá-la: a identitária.

Durante séculos, o lugar e o papel social que cabia a homens e mulheres exercerem era bem definido e delimitado. Em função da sua capacidade reprodutiva, a mulher nascia destinada a ser mãe e esposa, sua vida deveria ser dedicada à família, especialmente à educação dos filhos, garantindo, assim, o equilíbrio familiar e a felicidade de todos. Já aos homens cabia prover, proteger e comandar a família, encarnando uma autoridade incontestável para a esposa e filhos, se ocupando também da vida pública e social e das atividades do intelecto. A complementariedade de funções alimentava o sentimento de identidade específico de cada sexo.

A partir das transformações que a família sofreu, na segunda metade do século XX, esses papéis que cabiam aos homens e às mulheres vão se alterar. Alguns acontecimentos corroboraram para essas mudanças. São eles: a entrada da mulher no mercado de trabalho, eliminando a dependência econômica feminina, que sustentava o casamento patriarcal; a expansão dos meios de comunicação, minando as barreiras que protegiam as famílias mais conservadoras, que, fechadas em seu núcleo, garantiam a transmissão estável de valores e padrões de comportamento entre as gerações; a descoberta e a democratização das técnicas anticoncepcionais

que, para Kehl (2021), representaram o principal fator que abalou a estabilidade conjugal, uma vez que as mulheres passaram não só a separar o sexo da procriação e vivenciar uma maior liberdade sexual, como também a incluir a satisfação sexual entre os requisitos para a escolha do cônjuge.

Esses acontecimentos modificaram de forma significativa as relações entre os cônjuges e deles com os filhos, resultando no aparecimento de um modelo de família que foi gradativamente se distanciando da família tradicional, monogâmica, patriarcal e endogâmica, que predominou entre o início do século XIX e meados do XX no Brasil. Como observou Kehl, na segunda metade do século XX, a família hierárquica, organizada em torno do poder patriarcal, começou a ceder lugar a um modelo de família em que o poder é distribuído de forma mais igualitária entre o homem e a mulher e, aos poucos, entre pais e filhos.

O aparecimento desse novo modelo de família marcou de forma decisiva o declínio da família tradicional patriarcal e o surgimento das famílias reconstituídas, que Kehl denominou de tentacular. Trata-se de um modelo de família constituído por homens e mulheres oriundos de outros casamentos, que se uniram constituindo um novo núcleo familiar. Esse núcleo é, normalmente, formado pelos filhos do primeiro ou segundo casamento do casal, que convivem com irmãos biológicos, frutos da nova união, que formam entre si vínculos profundos que podem perdurar por toda a vida.

A regulamentação do divórcio no Brasil foi decisiva para o aparecimento desse modelo de família no cenário brasileiro. O divórcio, que representa o rompimento legal e definitivo do vínculo do casamento civil, foi instituído oficialmente no Brasil com a aprovação da emenda constitucional n. 9, de 28/06/1977. Essa lei, que causou grandes mobilizações por parte da sociedade, em especial das bancadas religiosas mais conservadoras, que argumentava que a medida acabaria com a instituição familiar, foi sofrendo mudanças nos últimos anos.

Com a aprovação da medida 66/2010, o divórcio passou a ser concedido sem a prévia separação. Os casais não precisavam mais se separar, aguardar no mínimo três anos após a separação judicial para, então, requerer o divórcio. Hoje, os casais podem se divorciar a qualquer momento. Essa mudança ocasionou um aumento considerável no cenário brasileiro do número de casais divorciados e, conseqüentemente, de famílias reconfiguradas e de casais separados que criam seus filhos sozinhos ou em regime de guarda compartilhada, ou alternada.



Outro fator que também contribuiu para o aparecimento de novas configurações familiares foi a entrada da ciência no campo da reprodução humana. A procriação medicamente assistida, que consiste em um conjunto de técnicas biológicas e médicas que permitiu a disjunção entre o ato sexual, a procriação e a sexualidade feminina, possibilitou não só aos casais heterossexuais solucionar seus problemas de infertilidade e esterilidade, como também permitiu aos casais homossexuais e transexuais, aos solteiros e celibatários realizar o desejo de ter filhos por meio de procriação assistida. Com isso, a ciência abalou definitivamente as formas tradicionais de exercício da maternidade e da paternidade dentro dos moldes de uma família patriarcal, que prevaleceu na sociedade por mais de uma década.

Para Dominique Laurent, ao adentrar o universo da reprodução humana, superando as barreiras que impediam a realização do desejo de filhos, a ciência transformou o desejo de ter filhos em um direito para todos, a ser adquirido por homens e mulheres, independentemente de sua condição civil ou orientação sexual, junto às instâncias jurídicas e médicas, a preços exorbitantes cobrados pela indústria da fertilização humana, caso a natureza apresente obstáculos: “Se não há mais o impossível natural, então, o desejo de filho se torna um direito para todos, portanto, para cada uma e cada um, seja qual for sua articulação a fins outros, como os da família” (Laurent, 2018, p.29).

A extensão do desejo de filhos modificou, na opinião do autor, não só o estatuto do filho que se transformou em uma *latusa*, um objeto a ser adquirido no mercado da reprodução humana por preços bastante elevados, como também o próprio circuito do desejo de filhos.

Em artigo intitulado “Horsexe: a extensão do circuito da mãe”, Marie-Hélène Brousse teceu algumas considerações importantes sobre como a ciência modificou o circuito do desejo por filhos. Para explicar essa mudança, Brousse (2018) recorreu a uma passagem de Lacan (1974-1975), no *Seminário RSI*, na qual ele faz uma diferenciação entre o pai e a mãe sobre o desejo de filhos.

Nessa passagem, Lacan (1974-1975) situou o filho para uma mulher no lugar do objeto capaz de despertar nela o desejo pela maternidade. Já no lado do pai, ele associou o desejo de filhos ao amor que um homem sente por uma mulher, que pode despertar nele o desejo pela paternidade.

Para Brousse (2018), a ciência modificou o circuito do desejo de filhos ao possibilitar aos homens desejarem filhos sem necessariamente passar pela parceria

amorosa com uma mulher. Essa mudança resultou, na opinião da autora, em uma feminização geral da relação com os filhos como objeto capaz de despertar o desejo e no surgimento, no cenário brasileiro, de formas inéditas de ser família.

As novas configurações familiares que surgiram no cenário brasileiro, como as famílias homoafetivas, colocaram em xeque verdades que eram inquestionáveis. Dentre elas, Brousse destacou: “A certeza de que não há filho sem coito, o pai é do sexo masculino e a mãe do feminino, a maternidade é biologicamente garantida, já a paternidade é função da lei, uma vez que o simbólico fica do lado do pai e o natural da mãe” (Brousse, 2018, p.53).

Com o aparecimento das famílias homoafetivas, constituídas por casais do mesmo sexo ou transexual, quem exerce a função materna e a paterna, conforme Lacan (1969) as descreveu em “Nota sobre a criança”, não necessariamente é um sujeito do sexo feminino e masculino, já que aquela que gestou e pariu a criança pode não ser a que exerce a função materna, da mesma forma, aquele que exerce a função paterna, que encarna a lei, mediando a relação da criança com a mãe, pode não ser um sujeito do sexo masculino.

Ao inaugurar formas inéditas de exercer a função materna e paterna e de experienciar a chegada de um filho, a ciência transformou definitivamente as condições tradicionais de exercício da maternidade e da paternidade. Essa mudança ocasionou, para Brousse (2010), o apagamento das diferenças entre pai e mãe, ao inscrever uma similaridade ou equivalência entre as funções parentais, tornando, com isso, obsoleto o significante mãe, tal como ele era definido no sistema familiar tradicional.

Se até meados do século XX, a mãe era aquela que gestava, paria e, naturalmente, se ocupava dos filhos, se responsabilizando pela sua sobrevivência e educação, na atualidade, a mãe pode se apresentar de diversas formas: mãe natural, mãe biológica, mãe adotiva, mãe de aluguel, mãe doadora, mãe trabalhadora, mãe lésbica, mãe dona de casa, e várias outras versões de mãe, que se pluralizam.

Para Badinter (2011) foram essas mudanças que transformaram radicalmente o sistema familiar e as formas tradicionais de exercício da função materna e paterna que acarretou o retorno da ideologia naturalista:

Diante de tantas conturbações e incertezas, é forte a tentação de entregar-se à nossa boa velha mãe natureza e estigmatizar as ambições aberrantes da geração precedente. Tentação reforçada pela emergência de um discurso aureolado com o véu da modernidade e

da moral, como naturalismo. Essa ideologia, que prega simplesmente a volta a um modelo tradicional, pesa fortemente sobre o futuro das mulheres e suas escolhas (Badinter, 2011, p.12).

Embora haja um forte apelo para que a mulher volte a encarnar o modelo tradicional de mãe, especialmente por parte dos especialistas de família, hoje, as mulheres podem escolher aderir a essa ideologia, recusar ou negociar. O momento histórico marcado por uma diversidade de estilos de vida feminino, na contemporaneidade, inaugura formas variadas de vivenciar a maternidade e a possibilidade de as mulheres optarem por uma vida sem filhos.

Nos últimos anos, o número de mulheres que escolhem viver uma vida sem filhos vem aumentando exponencialmente. Alguns fatores contribuíram para essa escolha, dentre eles: o aumento das exigências e das expectativas sociais em relação aos cuidados com o filho; a ausência de políticas públicas que possibilitem à mulher conciliar a maternidade com seus projetos pessoais e profissionais e a possibilidade de construir outras formas de realização pessoal e de construção de uma identidade feminina que ultrapassem a maternidade, já que ser mãe não é mais a única via de afirmação identitária para uma mulher.

Apesar de as mulheres dessa geração desfrutarem do direito de escolher viver uma vida sem filhos, elas ainda são alvo de críticas e questionamentos por parte da sociedade, como constatou Badinter:

Uma mulher (e, em menor grau, um homem) ou um casal sem filhos parecem hoje uma anomalia que provoca questionamento. Que ideia não engravidar e escapar da norma! Eles são sempre obrigados a se explicar, embora não passe pela cabeça de ninguém perguntar a uma mãe por que ela é mãe (e exigir dela razões válidas), fosse a mais infantil e irresponsável das mulheres (Badinter, 2011, p.20).

Diferente das mulheres que optam por uma vida sem filhos, há aquelas que fazem uma escolha pela maternidade e que, ao se tornarem mães, buscam realizar o modelo ideal propagado pelos especialistas de família.

### **2.3 A mãe ideal do século XXI**

Alexandre Coimbra, em *A exaustão no topo da montanha: uma jornada de reconexão com outros ritmos da vida e com o que é essencial* ao abordar o tema da exaustão, traz uma descrição precisa do ideal moderno de maternidade:

As mães não precisam somente maternar como o psicanalista inglês Donald Winnicott passou a chamar de mães suficientemente boas,

mas sentem que precisam performar como mães perfeitas, sem defeitos, sem sombras, amorosas e sem dúvidas quanto aos caminhos a seguir. Sentem-se desqualificadas na própria autoimagem, quando precisam pedir ajuda e se veem entre lágrimas, culpa e medo de não serem o que haviam silenciosamente prometido aos seus bebês durante a gravidez ou durante a espera pela adoção. Até as crianças passam a ser vítimas dessa vida performática, quando o seu brincar, ato mais genuíno e espontâneo da configuração de seus dias, passa a ser regido por um adulto, que planeja, organiza e avalia os resultados do bom desenvolvimento infantil, medindo-a acima ou abaixo da régua esperada dos marcadores de sua evolução (Coimbra, 2021, p.30).

São essas mulheres que buscam performar como mães perfeitas que consomem os cursos, técnicas, palestras, livros e conteúdos publicados nas redes sociais pelos especialistas de família em busca de orientações que as auxiliem na educação dos filhos. Conteúdos que elas normalmente seguem à risca, como se fosse uma cartilha, sem nenhuma análise crítica.

Diante da ausência de políticas públicas no Brasil que apoiem as mães para que elas continuem a trabalhar após a chegada do filho, muitas decidem empreender, normalmente em atividades relacionadas à maternidade, ao universo feminino e a criação de filhos, atuando nas redes sociais não só como consumidoras dos produtos e conteúdos ofertados pelos especialistas de família, mas como produtoras desses conteúdos, transformando, assim, a maternidade em um negócio altamente lucrativo.

São elas que formam o contingente de mães *influencers*, que atuam nas redes sociais propagando a maternidade perfeita, ao exibir nas redes sociais imagens e depoimentos que as validam como a mãe ideal. Entre as imagens divulgadas, destacam-se aquelas que se referem ao parto.

O sentido do parto, que já foi sinônimo de dor, sofrimento e um meio de expiação do pecado, se transformou de forma radical nos últimos anos. Uma parcela significativa de mulheres vem cultuando, atualmente, o parto natural. Para muitas delas, ele representa uma forma de reaver o controle sobre o corpo, como também um ritual, que elas buscam realizar, acreditando que se elas forem capazes de atravessar um parto sem anestesia ou qualquer intervenção médica, elas sairão dessa experiência convintas de sua força e da sua potência como mulher.

Os depoimentos e as imagens propagadas pelas mulheres-mães nas redes sociais que vivenciaram um parto natural despertam a admiração de outras mulheres, transformando, assim, a maternidade retratada nas redes sociais em um palco de disputas e de julgamentos. Disputas que geram, como apontou Iaconelli (2021),

frustração e impotência naquelas mães que não se sentem aptas, nem capazes de responder ao ideal da mãe perfeita. São essas mulheres que também costumam colocar o filho no centro da sua vida.

Em *Déspotas mirins: o poder nas novas famílias*, Marcia Neder reflete sobre o lugar da criança na família contemporânea. Para ela, a família ocidental passou por três modificações fundamentais no final do século XIX: a que associou o casamento com o amor, a que desvinculou a sexualidade da procriação com a invenção da pílula anticoncepcional e a que concedeu ao filho um lugar preponderante. Para a psicanalista:

Essa valorização da criança foi um fato marcante que viria distinguir essa nova família, que irá fazer da criança o pivô de todo o sistema. A nova família que vai surgindo é a família moderna, uma instituição social que tem na criança o seu sustentáculo, a sua base, o seu suporte e o foco de suas atenções (Neder, 2012, p.51).

Para Neder, o deslocamento do poder do pai para o filho, que reinará no espaço doméstico, inaugurou um regime social, que ela denominou de “pedocracia”. Esta afetará, na sua opinião, não só o processo de subjetivação da criança, mas o modo como algumas mulheres-mães vivenciam, hoje, a maternidade e se apropriam da sua função.

Na minha prática clínica, deparo-me com mães que, ao colocar o filho no centro da sua vida, direcionam todo o seu investimento libidinal para ele, exercendo, por isso, com muita dificuldade, outros papéis.

São essas mulheres que normalmente se sentem responsáveis pela felicidade, bem-estar e equilíbrio emocional do filho. Com isso, elas não só subestimam as consequências que seus gestos ou reações podem causar nele, como toleram pouco as reações comuns em uma criança, como birras, dificuldade de dormir ou de alimentar de forma adequada.

Essas reações que, na sua fantasia, atesta a sua incompetência como mãe são vivenciadas por elas com muita angústia. Para conter ou evitar essas manifestações por parte da criança, elas buscam seguir à risca as orientações dos especialistas, no intuito de transformar o filho em uma criança psiquicamente saudável e emocionalmente equilibrada. Com isso, elas acabam ficando reféns do próprio filho, ao estabelecer uma rotina rígida de cuidados, transformando, assim, a maternidade em uma experiência difícil, conflituosa e exaustiva.

Ao contrário dessas mulheres que colocam o filho no centro da sua vida, há, no entanto, aquelas que optam por conciliar a maternidade com uma vida profissional, conjugal e social satisfatória, sem renunciar às suas necessidades pessoais. A seguir, farei algumas considerações sobre essas mulheres, já que são elas que também manifestam, hoje, na clínica um mal-estar em relação ao exercício da sua função. Para identificá-las, utilizarei um termo que escuto com frequência nos atendimentos realizados com mulheres em processo de análise e nos grupos de apoio a pais que tive a oportunidade de participar durante a realização desta pesquisa.

## 2.4 As supermulheres

Diferentemente das mulheres que buscam realizar a versão moderna da mãe tradicional prescrita pelos especialistas, colocando o filho no centro da sua vida, as supermulheres se recusam a abdicar dos seus sonhos, projetos pessoais e profissionais em prol do filho. Por isso, elas buscam conciliar uma vida profissional de sucesso, com uma vida conjugal e social satisfatória, um corpo perfeito e os cuidados com os filhos, assumindo duplas ou triplas jornadas de trabalho dentro e fora de casa.

São essas mulheres que tentam dar conta de tudo, ao mesmo tempo, que costumam questionar o retorno da ideologia naturalista da maternidade e a versão moderna de mãe proposta pelos especialistas de família.

Esses questionamentos são suscitados por intermédio do compartilhamento de suas experiências com a maternidade nas redes sociais e da escrita de livros no formato de diários, romances e ficções.<sup>5</sup> Algumas dessas obras foram alvo de grande repercussão e destaque no meio literário, como o romance *A filha perdida*, de Elena Ferrante, que foi tema de inúmeros debates nas redes sociais e no ambiente acadêmico depois que a atriz Olivia Colman protagonizou no cinema a história de Leda, uma mulher divorciada, que abandonou as filhas por três anos para se dedicar à carreira acadêmica.

---

<sup>5</sup> A publicação desses testemunhos marcou o fim do silenciamento das mulheres no campo literário. Durante décadas, esse campo foi liderado pelos homens que falavam pelas mulheres, visto que o patriarcado, como observou Vivas (2021), excluiu as mulheres tanto do campo social, quanto cultural.

Também o livro de Thaís Vilarinho intitulado *Mãe fora da caixa*, que se transformou em uma peça que vem lotando os teatros do país, e a polêmica obra da escritora israelense Orna Donath, que publicou, em 2015, *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade* um estudo sobre o arrependimento materno que traz inúmeros depoimentos de mulheres que gostariam de apagar a experiência da maternidade da sua vida.

Para fomentar as discussões propostas, essas mulheres militam não só nas redes sociais, como também em outros espaços públicos, liderando debates em torno de questões de gênero, violência obstétrica, divisão igualitária de responsabilidades com os filhos, equiparação de licenças de maternidade e paternidade, ausência de políticas estatais que de suporte para pais e mães exercerem os cuidados e a educação dos filhos.<sup>6</sup> Essas discussões representam a luta dessas mulheres por políticas que resguardecem seu direito a exercer a maternidade de forma digna, de conciliar uma vida profissional satisfatória e de vivenciá-la à sua maneira.

Trata-se, portanto, de lutas difíceis de serem travadas não só nos espaços públicos e políticos, mas dentro dos lares brasileiros, uma vez que, na atualidade, vivenciamos um momento de transição em que mulheres e homens estão repensando seus papéis, sobretudo no âmbito familiar.

Enquanto as mulheres seguem lutando para conquistar um lugar no mercado de trabalho, na política e nas universidades, e salários justos e igualitários, adentrando espaços que eram restritos aos homens, eles reivindicam o direito de ocupar na família um território que só as mulheres podiam acessar.

Um número significativo de homens começou, na atualidade, a expor nas redes sociais sua experiência com a paternidade, questionando a educação machista que

---

<sup>6</sup> Entre as mulheres que lutam pela implementação de políticas que resguardecem seu direito a exercer a maternidade de forma digna, destaco a Deputada Federal e estadual Manuela D'Ávila, que concorreu ao cargo de vice-presidente do Brasil, em 2018. Autora de *Revolução Laura*, ela percorreu o Brasil durante a campanha debatendo sobre a necessidade de implementar políticas que garantam a continuidade da mulher no trabalho, após a licença maternidade, ou que resguardecem o direito de continuar amamentando o filho após o retorno ao trabalho.

tiveram e incentivando outros pais a participarem da vida dos filhos e a se ocuparem ativamente da sua educação.<sup>7</sup>

Sobre esse movimento por parte dos pais que se dispõem a vivenciar uma paternidade mais ativa e participativa, confrontando os estereótipos que, por séculos, definiram o lugar de cada um na família, laconelli comenta: “O novo pai é também o novo homem educando a partir de novos modelos de masculinidade e feminilidade e usando a fraternidade para se fortalecer e se assumir em um mundo em plena transformação” (laconelli, 2021, p.71).

Embora os pais estejam repensando como desejam educar seus filhos e muitos se mostrem dispostos a exercer uma paternidade ativa, a divisão igualitária de responsabilidades entre pais e mães no que concerne à educação dos filhos ainda é uma utopia em muitos lares brasileiros.

No ano em que escrevo esta tese, o mundo atravessa a pandemia do COVID-19. Quando pais e mães foram obrigados a se isolar por quase dois anos dentro de casa com seus filhos, muitas mulheres passaram a se dedicar a duplas, às vezes, triplas jornadas de trabalho para conciliar os compromissos profissionais com as demandas dos filhos, sobretudo, escolares. Sobrecarregadas e exaustas, uma parcela significativa dessas mulheres acabou desenvolvendo sintomas como depressão e ansiedade.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, 8,5 milhões de brasileiras deixaram o mercado de trabalho na pandemia. Essa dura realidade enfrentada pelas mulheres, nesse período, são indícios de que esse é um momento de transição para as famílias e de profundas transformações, para muitos homens e mulheres dessa geração. No entanto, o filho ainda é, quase exclusivamente, responsabilidade da mãe.

A crença que dificulta o protagonismo dos homens na educação dos filhos é sustentada especialmente pelas mulheres mães que ainda não foram capazes de desconstruir antigas noções historicamente construídas que, por mais de um século, legitimaram um modelo de família patriarcal. Como observou Neder:

---

<sup>7</sup> Entre os homens que militam por uma paternidade participativa cito o catarinense Marcos Piangers, que se tornou referência nacional, pai de duas meninas, ele é autor de *O papai é pop*, publicado em várias línguas, que vendeu mais de 350 mil cópias.



A sociedade ainda vê a participação dos pais de forma arcaica. É preciso despertar para as consequências da pouca participação dos homens. E essa consciência precisa alcançar não só os pais, mas as mães também. Percebo que, muitas vezes, o problema começa com as mulheres, que ainda pensam que o filho é da mãe e abrem pouco espaço para os homens participarem (Neder, 2016, p.198).

A convicção danosa de que a mãe é responsável pelos filhos e insubstituível no cuidado dedicado a eles ainda atravessa a vida de muitos casais. Mesmo quando pais e mães dividem igualitariamente as tarefas, ou o pai se dispõe a participar ativamente da vida dos filhos, a carga mental fica ao encargo da mãe. Segundo Iaconelli:

Médico, lições de casa, maiô da natação, autorização para viajar, lanche da escola, presentes de aniversários dos coleguinhas, carteira de vacinação vão sendo “naturalmente” incumbências mentais da mãe, cuja capacidade de ser “multi-task” é sempre valorizada, mas nunca renunciada (Iaconelli, 2021, p.46).

Essa sobrecarga mental é decorrente da dificuldade que homens e mulheres ainda têm de rever os estereótipos de gênero, bem como da recusa por parte de muitas mulheres dessa geração de reconhecer seus limites, de renunciar à fantasia onipotente de conseguir fazer “tudo ao mesmo tempo agora”. Como observou Iaconelli, “essas mulheres são tão perseguidas pelo imperativo de ter que dar conta de tudo sozinhas que acabam por reforçá-lo. Acreditam que há quem consiga fazer tudo integralmente e se ressentem de que não seja elas. É só uma questão de tentar mais um pouquinho” (Iaconelli, 2021, p.77).

Na clínica psicanalítica, nos fóruns de discussão nas redes sociais e em grupos de apoio a mães e espaços públicos frequentados por mães, com frequência, deparei-me com mulheres que se sentem sobrecarregadas e exaustas por assumirem a incumbência de resolver todas as demandas dos filhos, mesmo quando não são elas que, na prática, executam a maioria das tarefas e cuidados.

No consultório dos analistas, elas chegam exaustas, adoecidas e frustradas, com a sensação de estar sempre em falta com seu trabalho, com seu companheiro, com sua vida social, com seu corpo e, principalmente, com seus filhos. Por se sentirem insuficientes, elas acabam padecendo de uma culpa feroz que desencadeia, em alguns casos, sintomas graves de depressão e ansiedade generalizada. Esses sintomas revelam que é preciso, como pontuou Tayná Leite: “[...] compreendermos que é humanamente impossível dar conta de tudo no formato que nos é apresentado

e manter nossa sanidade física e mental intactas em uma sociedade que nos exige tudo e nos propicia quase nada” (Leite, 2019, p.91).

As mulheres que buscam dar conta de tudo ao mesmo tempo sem renunciar a nada, não são as únicas acometidas pelo mal-estar na maternidade. As mulheres que buscam realizar a versão ideal de maternidade prescrita pelos especialistas de família, que acabam se sentindo aprisionadas nos filhos, sem conseguir vivenciar outros papéis que lhe são designados, também padecem desse mal-estar.

Distintas da jovem mãe atendida por Freud, que apresentou dificuldades para amamentar devido à presença de ideias antitéticas no seu inconsciente, que a impediram de nutrir seu filho e desempenhar seu papel segundo os parâmetros sociais da época, na atualidade, as mulheres adoecem por buscar corresponder aos imperativos da época, seja performando como a mãe perfeita ou encarnando a supermulher, que alimenta a fantasia onipotente de poder conciliar com maestria os cuidados com o filho, com um corpo e um casamento perfeito e uma carreira de sucesso.

Diante disso, é pertinente questionar: Se existem outros caminhos para a mulher se realizar que não precisam estar atrelados à maternidade, e se ela pode escolher de que forma irá experienciar a maternidade e exercer a sua função, por que muitas mulheres dessa geração ainda buscam corresponder aos imperativos culturais da sua época transformando a maternidade em uma experiência difícil e conflituosa?

Para responder a essa questão, trarei no próximo capítulo as elaborações que Freud, Lacan e alguns psicanalistas contemporâneos teceram sobre a sexualidade feminina, uma vez que não é possível falar de maternidade sem abordar o tema do feminino.

A leitura que Freud, grande pensador de sua época, fez sobre a mulher e o desenvolvimento da sexualidade feminina é condizente com a época e o contexto histórico no qual ele estava inserido, marcado pelo patriarcado e por uma visão androcêntrica do mundo.

Freud não viveu as grandes revoluções e os acontecimentos que marcaram a virada do século XX para o XXI, como o advento da tecnologia e da virtualidade, a emancipação feminina, a invenção da pílula anticoncepcional, a liberação sexual e o avanço do neoliberalismo. Se ele tivesse vivenciado essas grandes revoluções, provavelmente algumas construções que ele fez sobre a mulher não se sustentariam,

como a ideia de que a mulher é dotada de uma capacidade sublimatória menor do que a do homem.

Minha intenção ao tecer aqui essa breve observação sobre o contexto social, histórico e cultural em que Freud vivia no período em que ele elaborou suas teorias sobre a sexualidade feminina tem o objetivo de advertir o leitor de que, no próximo capítulo, trarei algumas construções teóricas sobre mulher e mãe, que apesar de todas as transformações que ocorreram no mundo nas últimas décadas, ainda são válidas para abordar o tema central desta investigação sobre o mal-estar na maternidade na atualidade, pois como foi mencionado não há como falar de maternidade sem abordar o tema do feminino.

## CAPÍTULO 3

### Feminilidade, maternidade e castração

De acordo com o que foi mencionado na Introdução desta tese, a maternidade é um fenômeno que pode ser analisado e estudado sobre a ótica de conceitos importantes da Psicanálise que foram se consolidando ao longo de algumas décadas, o que permite abordar o tema central desta pesquisa a partir da ótica psicanalítica.

Para falar de maternidade, é necessário evocar o tema do feminino, uma vez que a chegada do filho recoloca a mulher diante de questões que concernem tanto à construção da sua posição feminina, quanto à castração. Por isso, neste capítulo, trarei as considerações que Freud teceu sobre a sexualidade feminina, especialmente entre os anos de 1924 e 1933. Nesses textos, ele apresentou o complexo de Édipo e de castração, articulando esses eventos à ascensão da sexualidade. Trago, de Lacan, as reflexões sobre a relação entre mãe e filho, revelando, por meio dessas considerações, que a maternidade não é uma experiência de completude, mas de castração, como será discutido ao longo deste capítulo.

#### 3.1 Feminilidade e maternidade em Freud

Freud iniciou sua investigação sobre a sexualidade feminina em uma fase que antecede a entrada da menina na puberdade: a mais tenra infância. A eleição dessa fase para iniciar sua investigação não se deu ao acaso. Para Freud (1905a), é na infância que se formam as bases do que vai levar a vida sexual infantil a sua configuração normal definitiva. Por isso, para ele, somente um estudo mais amplo das manifestações sexuais da infância revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e permitiria ver como ela se compõe a partir de diversas formas.

As principais contribuições de Freud sobre a sexualidade podem ser encontradas em um dos seus textos mais conhecidos, intitulado *Três ensaios sobre a sexualidade*, que ele escreveu em 1905. Para abordar essa temática, Freud (1905a) dedicou uma parte importante dessa obra às manifestações sexuais na infância, enfrentando, na época, uma forte resistência por parte de intelectuais que também se propunham a estudar o desenvolvimento sexual e da própria sociedade. Devido a

valores morais vigentes na época, essa sociedade repudiava a ideia de que a sexualidade estaria presente desde a infância.

Freud (1905a) atribuiu essa resistência ao fato de as vivências na infância sobre a sexualidade serem inacessíveis à consciência na vida adulta. Essas vivências, que seriam determinantes para todo o desenvolvimento sexual posterior, seriam submetidas a um processo de recalcamiento semelhante àquele que é possível observar nos neuróticos.

No comportamento das crianças na mais tenra idade, Freud (1905a) constatou que meninos e meninas atravessariam as fases iniciais do desenvolvimento sexual da mesma maneira. Ou seja, nesse período ainda não é possível identificar uma diferença no comportamento sexual, já que as primeiras atividades sexuais estariam relacionadas, tanto para o menino, quanto para a menina, às atividades autoeróticas.

Ambos elegeriam determinadas partes do seu corpo para sugar ou manusear, buscando reproduzir a mesma sensação prazerosa vivenciada em outra ocasião. Esta estaria relacionada à primeira e mais vital atividade da criança: mamar no seio ou em seus substitutos, pois como observou Freud (1905a):

Diríamos que os lábios da criança comportam como uma zona erógena, e a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazerosa. A princípio, a satisfação da zona erógena deve ter-se associado com a necessidade de alimento. A atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas (Freud, 1905a, p.171).

As manifestações sexuais infantis estariam, então, vinculadas, na visão de Freud (1905a), às funções somáticas vitais, como a nutrição. Sendo que, inicialmente, elas não estariam relacionadas com um objeto sexual externo, já que a criança prefere transformar partes de seu próprio corpo em zonas erógenas para satisfazer as pulsões parciais.

Somente na puberdade, as pulsões parciais convergiriam para um único objeto, enquanto as zonas erógenas se subordinariam ao primado da zona genital. A escolha do objeto para o qual as pulsões parciais se voltam será realizada pela criança no período da infância, por volta dos cinco anos, e estariam relacionadas, segundo Freud (1905a), àqueles que exerceram o papel de pais. Sendo assim:

Pode-se presumir no tocante ao homem, que sua lembrança infantil de ternura da mãe e de outras pessoas do sexo feminino a quem ficava entregue quando criança contribui energeticamente para nortear sua escolha para mulher. Ao passo que a intimidação sexual precoce que

experimentou por parte do pai e sua atividade competitiva com relação a ele desvia-o de seu próprio sexo. Mas ambos os fatores se aplicam também à menina, cuja atividade sexual fica sob a guarda especial da mãe. Daí resulta numa relação hostil com o mesmo sexo, que influencia decisivamente a escolha do objeto no sentido considerado normal (Freud, 1905a, p.217).

Foram essas observações de Freud (1905a) sobre o comportamento sexual de meninos e meninas na infância que o levou a concluir que não existe, nessa fase, uma diferenciação em relação à forma como a sexualidade se manifesta em ambos os sexos. Em função dessa indiferenciação, a sexualidade feminina tem, para Freud (1905a), um caráter inteiramente masculino, já que para ambos os sexos, inicialmente entra em consideração apenas um órgão genital, o masculino. Para Freud:

Nas meninas, a zona erógena dominante situa-se no clitóris e é, portanto, homóloga a zona genital masculina, a glândula. Tudo o que pode averiguar sobre a masturbação nas meninas relacionou-se com o clitóris, e não com as partes da genitália externa que são posteriormente significativas para as funções sexuais (Freud, 1905a, p.208).

Entre os três e cinco anos, a vida sexual da criança chega a sua primeira florescência. É nessa fase que a criança entra em um período que Freud (1905a) denominou de latência. O período de latência corresponde a fase em que há uma suspensão e sublimação das pulsões sexuais direcionadas para outros fins de cunho não sexual como as atividades investigativas.

A primeira questão que a criança investiga não está relacionada à diferença sexual, mas a uma pergunta sobre a origem dos bebês. Freud (1905a) acredita que essa pergunta é motivada não só pela criança normalmente vivenciar nessa fase a chegada de um irmão, mas também pelo fato de meninos e meninas partilharem da convicção de que há em todos os seres humanos uma genitália idêntica à masculina.

Essas atividades investigativas que mobilizam a criança nessa fase são de suma importância para o desenvolvimento da sexualidade em direção ao que Freud (1905a) considera normal, já que é a curiosidade sobre as questões de cunho sexual e o interesse por parte dos meninos em relação ao seu órgão genital que estabelece, segundo Freud (1905a), novas tarefas ao seu instinto de pesquisa. Dentre essas tarefas, Freud (1905a) destacou a necessidade que a criança sente de buscar uma satisfação vendo ou mostrando seu órgão genital para uma criança do mesmo sexo ou do sexo oposto. Na formulação de Freud (1905a):

Devemos admitir que também a vida sexual infantil, apesar da dominação preponderante das zonas erógenas, exige componentes que desde o início envolvem outras pessoas como objetos sexuais. Dessa natureza são as pulsões do prazer de olhar e de exhibir, bem como a de crueldade, que aparecem com certa independência das zonas erógenas e só mais tarde entram em relações estreitas com a vida genital, mas que já na infância se fazem notar como aspirações autônomas, inicialmente separadas da atividade sexual erógena. A criança pequena é, antes de mais nada, desprovida de vergonha, e em certos períodos de seus primeiros anos mostra uma satisfação inequívoca no desnudamento do corpo, com ênfase especial nas partes sexuais (Freud, 1905a, p.180-181).

São essas experiências que possibilitam, para Freud (1905a), a descoberta da diferença sexual. Essa descoberta é de extrema importância para a sexualidade, pois é a partir dela que os caminhos percorridos por meninos e meninas, no que concerne ao seu desenvolvimento sexual, se diferenciam.

Com o intuito de compreender como a descoberta da diferença sexual afeta a ambos os sexos, Freud realizou uma investigação buscando identificar o que acontece com o menino e com a menina, ao serem confrontados com a diferença sexual.

Em *A organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da sexualidade*, Freud (1923) admitiu que quando iniciou essa investigação, ele só conseguiu identificar como os meninos foram afetados pela descoberta da diferença sexual, pois os processos correspondentes na menina ainda eram para ele enigmáticos.

O menino, diz Freud (1923), percebe a distinção entre homens e mulheres, porém, de início, não vincula essa distinção a uma diferença nos órgãos genitais de ambos, uma vez que ele naturalmente presume que todos os seres humanos e animais são dotados de um órgão genital como o seu. Apenas a partir de uma visão acidental dos órgãos genitais de uma irmã ou companheira de brincadeira, ele descobre que nem todos os seres possuem um pênis como ele. Essa descoberta é tão impactante para o menino que, em um primeiro momento, ele rejeita esse fato, se negando a acreditar que existem seres que não são dotados de um órgão semelhante ao seu. Dentre as justificativas apresentadas pelo menino para sustentar sua convicção, Freud (1923) destacou: a fantasia alimentada por ele de que o pênis ainda é pequeno e logo ficará maior, ou que ele estivera lá e depois foi retirado.

Freud (1923) atribuiu essa dificuldade do menino de admitir que as meninas não possuem um órgão como o dele ao fato de que essa descoberta o confronta com a castração:

Não se deve supor que a criança efetua rápida e prontamente uma generalização de sua observação de que algumas mulheres não têm pênis. Ela é impedida de fazê-lo porque supõe ser a falta de pênis resultado de ter sido castrada por punição. Ao contrário, a criança acredita que são apenas pessoas desprezíveis do sexo feminino que perderam seus órgãos genitais- mulheres que, com toda probabilidade, foram culpadas de impulsos inadmissíveis semelhante aos seus próprios (Freud, 1923, p.160).

A descoberta da diferença sexual é, então, vivenciada pelo menino como um temor de ser castrado. Esse temor o leva a se recordar das ameaças que sofreu por parte dos adultos ao brincar com seu órgão genital e a dar crédito a essas ameaças, passando a temer a castração:

Mais cedo ou mais tarde, a criança, que tanto orgulho tem da posse de um pênis, tem uma visão da região genital de uma menina e não pode deixar de convencer-se da ausência de um pênis numa criatura assim semelhante a ela própria. Com isso, a perda do seu próprio pênis fica inimaginável e a ameaça de castração ganha seu efeito inimaginado (Freud, 1924, p.195).

Esse temor de ser castrado vai culminar com a resolução do Complexo de Édipo pelo menino. Sob o temor de perder o pênis, o menino abandona a mãe como objeto de amor e se volta para o pai, com quem ele estabelece uma identificação. Com isso, o Complexo de Édipo é reprimido ou inteiramente destruído, o que resulta na instalação de um severo superego como seu herdeiro, como observou Freud (1924) ao afirmar que:

Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte do seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo (Freud, 1924, p.196).

No que concerne aos desdobramentos da descoberta da diferença sexual para a menina, Freud só conseguiu chegar a algumas conclusões, a partir de 1924, quando ele aprofundou suas pesquisas sobre a sexualidade feminina.

Ao trabalhar essa questão exaustivamente nos seus textos sobre a sexualidade feminina, Freud (1925) verificou que a descoberta da castração traz para a menina uma consequência diferente do que acontece com o menino, uma vez que essa descoberta força a entrada da menina na situação edipiana. No entanto, em um primeiro momento, seu comportamento não é muito diferente do menino, já que ela também reluta em admitir a castração, alimentando por um tempo a expectativa de que um dia poderá reaver o órgão que ela acredita ter perdido.



Como demonstrou Freud :

Uma criança do sexo feminino, contudo, não entende sua falta de pênis como sendo um caráter sexual; explica-a presumindo que, em alguma época anterior, possuía um órgão igualmente grande e depois perdera-o por castração. Ela parece não estender sua inferência de si própria para outras mulheres adultas, e sim, inteiramente segundo as linhas da fase fálica, encará-las como possuindo grandes e completos órgãos genitais – isto é, masculinos (Freud, 1924, p.198).

Quando finalmente admite a castração, ela a interpreta como um grande infortúnio. Ela não só se sente injustiçada por vir ao mundo desprovida de um órgão fálico, como inferior em relação aos homens. Esse sentimento de inferioridade que a menina desenvolveria é responsável pelo aparecimento do que Freud (1932-1933) nomeou como inveja do pênis. Esse sentimento deixará marcas indeléveis no seu desenvolvimento e formação de caráter. É a inveja do pênis que leva a menina, segundo Freud (1931), a se rebelar contra esse estado de coisas indesejáveis, percorrendo três caminhos, três linhas de desenvolvimento: “[...] (a) o que leva à cessação de toda sua vida sexual; (b) o que leva a uma desafiadora superenfatisação de sua masculinidade; (c) os primeiros passos no sentido da feminilidade definitiva” (Freud, 1931, p. 240).

O caminho que leva à cessação de toda a vida sexual corresponde, na opinião de Freud (1931), a uma revolta geral à sexualidade, que conduz a menina a abandonar sua atividade fálica e, com ela, parte da sua masculinidade em outros campos. Já aquele que leva a menina a aferrar-se a uma posição masculina, que pode persistir até uma idade avançada, corresponde a uma formação reativa diante da inveja do pênis. Assim, “uma menina pode recusar o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que realmente possui um pênis e ser subsequentemente compelida a comportar-se como se fosse um homem” (Freud, 1925, p. 282).

Por fim, Freud (1932-1933) descreveu um terceiro caminho que resulta na entrada da menina no complexo de Édipo. A descoberta da castração, ao infligir na menina uma ferida narcísica por ela vir ao mundo incompleta, a leva a responsabilizar sua mãe por sua condição. Ao fazê-lo, ela se afasta da mãe e se volta para o pai, elegendo-o como seu objeto de amor. O complexo de castração marca, portanto, a entrada da menina no complexo de Édipo e não a sua dissolução, como acontece com o menino. Nisso reside, para Freud (1924), a principal diferença do Complexo de Édipo no menino e na menina.

Freud (1925) constatou que esse movimento que a menina faz em direção ao pai ocasiona, também, o abandono da masturbação clitoriana, que corresponde a uma atividade masculina. É esse abandono que leva a menina a substituir o clitóris pela vagina e o desejo de pênis pelo desejo de dar um filho para o pai, dando, assim, lugar a um desejo de maternidade que, no futuro, será transferido para um companheiro:

Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho. Tem-se a impressão de que o complexo de Édipo é então gradativamente abandonado de vez que esse desejo jamais se realiza. Os dois desejos – possuir um pênis e um filho – permanecem fortemente catexizados no inconsciente e ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior (Freud, 1924, p.198).

Ao afirmar que o filho representaria para a mulher um substituto do pênis perdido, Freud (1924) situou a maternidade como uma das saídas para a castração. Essa afirmação está ancorada na noção de que há uma falta na mulher que marca negativamente seu ser. A criança viria como um objeto capaz de reparar essa falta, entrando no lugar de um substituto do órgão fálico masculino. Portanto, para Freud (1924), a mulher tentará encontrar no filho um objeto que ela supõe ser capaz de suprir nela a falta do falo, ou seja, preencher o vazio decorrente da descoberta da castração que feriu narcisicamente seu ser.

Ao propor essa saída para a castração, que conduziria a menina à uma feminilidade normal, Freud estava em sintonia com os ideais da sua época, especialmente sobre o lugar e o papel que uma mulher deveria exercer na sociedade. Como afirmou Peter Gay em sua biografia dedicada a Freud, ele desejava viver ao lado de sua querida Martha uma vida de acordo com as normas, ideais e valores burgueses de sua época:

De fato, Freud não deixou dúvidas a Martha Bernays de que pretendia ser o chefe do lar. Comentando com ela, em novembro de 1883, em ensaio sobre a emancipação das mulheres, que havia traduzido durante seu período de serviço militar, ele elogiou John Stuart Mill pela sua capacidade de ultrapassar os “preconceitos correntes”, mas imediatamente caiu em seus próprios preconceitos correntes. Mill, lamentou ele, carecia de “senso para o absurdo”. O absurdo que Mill havia defendido era o de que as mulheres podem ganhar tanto quanto os homens. Isso, julgava Freud, deixava de lado as realidades domésticas: manter a casa em ordem, supervisionar e educar os filhos constituem uma ocupação em tempo integral que praticamente impede um emprego da mulher fora de casa. Como outros burgueses convencionais de sua época, Freud dava grande importância à diferença entre os sexos, “a coisa mais significativa quanto a eles.” As mulheres ao contrário do que afirmava o ensaio de Mill, não são

oprimidas como se fossem escravas negras: “Qualquer moça, mesmo sem direito de voto nem competência jurídica, cuja mão um homem beija e por cujo amor ele tudo ousa, tê-lo-ia corrigido”. Mandar as mulheres para a luta pela existência era uma ideia “abortada”; pensar em Martha Bernays, sua “meiga e querida garota”, como uma concorrente parecia a Freud uma pura estupidez. Ele admitia que era possível chegar um dia em que um sistema educacional diferente contribuiria para a existência de novas relações entre homens e mulheres, e que a lei e os costumes concederiam às mulheres direitos então recusados. Mas a emancipação total significaria o fim de um ideal admirável (Gay, 2012, p.55-56).

Freud viveu em uma época em que era vetado às mulheres o direito de participar da vida pública, política ou de se dedicar aos saberes da época, uma vez que elas estavam destinadas a procriar e dedicar sua vida a criação dos filhos, restringindo-a ao ambiente doméstico e familiar. Trata-se de um momento histórico marcado pelo patriarcado, no qual a maternidade foi valorizada e idealizada como uma experiência de satisfação e de realização pessoal para a mulher pelos médicos e pedagogos da época. Estes buscavam convencer as mulheres a cumprirem seu destino: ser uma mãe e esposa recatada e dedicada à família e aos afazeres domésticos.

Embora Freud (1908b) tenha constatado, ao se propor a escutar o que as históricas estavam dizendo com seus sintomas, que as restrições impostas às mulheres, especialmente em relação à sua sexualidade e capacidade intelectual, representavam uma grande fonte de mal-estar e adoecimento, ele não deixou de validar com suas teorias os ideais de feminilidade da época.

Ao afirmar que a maternidade conduziria a menina a uma feminilidade normal e o filho representaria para a mulher um substituto do órgão fálico perdido, Freud acabou por reafirmar os valores morais e patriarcais da época em que vivia, reforçando, assim, os ideais de feminilidade pautados na ideia de que o destino de toda mulher apta a procriar é ser mãe, viver para o filho e a família abdicando, para isso, de ambições intelectuais e da vida social e política, que deveria ficar sob a responsabilidade dos homens.

Ao reforçar com suas teorias sobre o desenvolvimento sexual feminino os valores patriarcais da época em que viveu, Freud acabou sendo alvo de críticas severas por parte de feministas como Karen Horney.<sup>8</sup>

Ainda que o pensamento freudiano represente a própria condição de possibilidade do feminismo, uma vez que Freud não só produziu um arsenal teórico sobre a mulher que interessava as feministas, como também suscitou debates que contribuíram para o surgimento do próprio movimento, ele continuou sendo alvo de críticas por parte das feministas que se propuseram, em diferentes momentos históricos, a analisar criticamente a sua obra. Dentre os debates produzidos, destacam-se as críticas que Lea Silveira fez sobre as formulações que Freud teceu na sua obra sobre a sexualidade feminina e os questionamentos que Nancy Chodorow suscitou sobre a maternidade na sua obra intitulada *A reprodução da maternidade: a psicanálise e a sociologia do gênero*, de 1978.

Para Silveira (2021) e Chodorow (1978), Freud não só respaldou por intermédio das suas teorias a condição de inferioridade da mulher em relação ao homem e a longa tradição patriarcal de alijar as mulheres da esfera pública, como tornou sem sentido o debate feminista que reivindicava direitos iguais para mulheres e homens. Como ele mesmo admitiu:

Também o sexo feminino desenvolve um complexo de Édipo, um superego e um período de latência. Será que também podemos atribuir-lhe uma organização fálica e um complexo de castração? A resposta é afirmativa, mas essas coisas não podem ser as mesmas como são nos meninos. Aqui a exigência feminista de direitos iguais para os sexos não nos leva muito longe, pois a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças de desenvolvimento psíquico. A anatomia é o destino, para variar um dito de napoleão (Freud, 1924, p.197).

Ao realizar uma análise crítica da obra de Freud, Silveira buscou identificar os preconceitos ideológicos que guiaram as suas teorizações e as reais motivações que o levaram a afirmar que as mulheres possuem um superego mais fraco que dos homens, que elas carregam em si a marca da inferioridade e que padecem de um

---

<sup>8</sup> Horney foi uma médica e psicanalista alemã reconhecida como uma das pioneiras da Psicanálise. Embora ela não se intitulasse feminista, na década de 1920 e 1930, ela teceu várias críticas às teorias freudianas sobre a mulher.

sentimento de inveja em relação aos homens por virem ao mundo desprovidas de um órgão fálico similar ao deles.

Ao criticar essas teses freudianas sobre a mulher, Silveira não pretendeu colocar na berlinda a teoria de Freud, nem a dispensar, mas analisar os pontos obscuros da obra, mantendo a Psicanálise no lugar que sempre foi o seu: o lugar de fazer uma leitura do nosso tempo, uma vez que para a autora: “Todo autor é em alguma medida refém de sua época, por mais que certos aspectos da sua teoria estejam à frente dela, como no caso de Freud” (Silveira, 2021, p.10).

Essas teses foram formuladas por Freud a partir da observação de como as crianças reagem diante da descoberta da diferença sexual e da análise das consequências psíquicas dessa descoberta para ambos os sexos. Assim, para Silveira, ao adotar esse caminho, Freud se valeu de um dado anatômico para reafirmar todo um conjunto de valores morais e normativos que estavam de acordo com o contexto social e histórico da época em que ele viveu. Trata-se de um momento histórico marcado pelo patriarcado, pela supremacia masculina e por uma visão androcêntrica e falocêntrica do mundo.

Foi essa visão de mundo que levou Freud a, na opinião de Silveira, adotar o menino como um ponto de partida para a sua investigação sobre a sexualidade feminina, e a concluir que, inicialmente, para ambos os sexos, existiria apenas um único tipo de genitália: a masculina, e que a menina seria marcada por um sentimento de inferioridade por ser desprovida de um órgão similar ao do menino.

Ainda que essa visão androcêntrica de mundo tenha sido, para a autora, determinante para que Freud atribuísse às mulheres um sentimento menor de justiça e de capacidade sublimatória em relação aos homens, ele, com ela, justificaria, a ideia de menor aptidão da mulher para participar da vida social e se dedicar às atividades civilizatórias, bem como para que ele apontasse a maternidade como o único caminho para a menina reaver simbolicamente o pênis perdido e alcançar uma feminilidade normal.

Para Chodorow, ao afirmar que a maternidade representa a única via de acesso para a feminilidade, que estaria associada à inveja do pênis, levando a menina a desejar filhos, Freud desconsiderou que o desejo de maternidade pode se revelar de outras maneiras. Ele, assim, concebeu a maternidade como um desfecho natural do desenvolvimento sexual feminino normal, contribuindo para a manutenção das estruturas sociais ao longo dos tempos.

Isto justifica, na opinião de Chodorow, as críticas que as feministas fizeram em relação às elaborações de Freud sobre a sexualidade feminina e os questionamentos em torno da maternidade, especialmente no período que corresponde à segunda onda do movimento feminista. Trata-se de um momento em que as feministas reivindicavam a igualdade de direitos entre homens e mulheres e buscavam identificar a raiz das opressões e atos de violência praticados contra as mulheres.

Foi nesse período que elas concluíram que a maternidade representaria a maior fonte de opressão para as mulheres, uma vez que, ao se tornar mãe, a mulher ficaria confinada ao lar, vivendo em prol dos filhos. Essa condição reforçaria a supremacia masculina sobre ela.

Apesar de existir, hoje, um número significativo de mulheres que, assim como as feministas da segunda onda, se recusam a viver uma vida com filhos, ou que mesmo tendo feito uma opção pela maternidade, militam pela não romantização e contra a idealização da maternidade, como Tayná Leite, ainda existem mulheres que seguem idealizando e romantizando a maternidade como uma experiência de completude entre mãe e filho e de afirmação de uma identidade feminina.

Durante a realização dessa pesquisa de doutorado, li vários depoimentos de mulheres mães publicados em livros, diários íntimos e redes sociais. Com o intuito de compartilhar parte desse material que representa uma fonte importante de pesquisa para identificarmos como as mulheres se relacionam, hoje, com a maternidade, compartilharei aqui dois trechos extraídos do livro *Trechos de mim*, de Fernanda Marques. A educadora conta com mais de 62,3 mil seguidoras na internet. Também farei referência ao *best-seller 60 dias de neblina*, de Rafaela Carvalho.

De Marques, cito:

Há quase três anos, através das lágrimas que embaçavam meus olhos, enxerguei na turva imagem preta e branca de um monitor o mapa de toda a minha existência. Identifiquei, nas batidas apressadas de um coraçãozinho forte, o ritmo que embalaria o resto de minha vida. Percebi que eu nunca mais habitaria sozinha a esfera, até então exclusiva, dos meus próprios pensamentos- Liam fez dela, e de mim, morada. Daí ele nasceu e, mesmo parecendo com o pai, me reconheci em cada pedacinho dele. Dei à luz um menininho numa noite de sexta-feira. Mas, na verdade, foi ele quem iluminou meu mundo. E vem iluminando todos os meus dias desde então (Marques, 2018, p.19).

E de Carvalho:

O amor que uma mãe sente por um filho não vem do coração. Amar do coração é fácil, qualquer caszinho novo, desses que a gente vê por aí, ama com o coração. O amor de mãe vem do núcleo de cada

célula. Vem da alma, dos ossos, de todos os pedaços. [...] Não perca tempo me procurando com os olhos, meu amor é invisível e não tem dimensão. Você é o meu começo, meu meio e jamais meu fim. Por você eu vivi até aqui e por você eu sou eterna (Carvalho, 2019, p.15-16).

Ao enaltecerem a maternidade como uma experiência de satisfação e de realização pessoal para a mulher e o amor materno como um sentimento incondicional e garantido, Marques (2018) e Carvalho (2019) acabam alimentando o imaginário feminino em torno da maternidade como uma experiência de, como já foi dito, completude e de afirmação de uma identidade feminina.

Esse imaginário é reforçado, hoje, pela crença compartilhada nas redes sociais por muitas mulheres dessa geração de que ao passar por todas as provações que a maternidade exige, especialmente pelo parto natural, elas irão não só se sentirem plenas e completas, como também provar a sua força se transformando em uma “verdadeira” mulher. Com isso, muitas mulheres levam o desejo de vivenciar um parto natural até as últimas consequências, elas alimentam um mercado de profissionais da área de saúde que prometem propiciar, nem sempre de forma ética e responsável, o parto tão sonhado e desejado.

Essas fantasias, expectativas e idealizações em torno da maternidade compartilhadas nas redes sociais por *influencers*, que contam com milhares de seguidoras no *Instagram*, recolocam em cena as ideias formuladas, há mais de cem anos, por Freud sobre a maternidade e a sexualidade feminina, uma vez que a crença na maternidade como uma solução para a falta fálica ainda seduz um contingente significativo de mulheres dessa geração.

Ao acolher e escutar mulheres em idade fértil no meu consultório, às voltas com questões relacionadas à maternidade, constatei que apesar de mulheres dessa geração acessarem outras saídas que diferem da maternidade para se realizar falicamente, como uma carreira satisfatória e de sucesso, e da maternidade ser, hoje, alvo de questionamentos e críticas, ela ainda representa, no imaginário feminino, uma solução para a castração.<sup>9</sup> Por isso, há mulheres que seguem romantizando a maternidade, acreditando que irão amar natural e incondicionalmente seu filho e

---

<sup>9</sup> Essa é uma hipótese desta pesquisa.

vivenciar, na relação com ele, um sentimento de completude e uma satisfação jamais alcançada.

No entanto, a criança, esse objeto que a mulher supõe, no seu inconsciente, que irá preencher a falta nela, nunca é esse objeto. Há sempre uma desarmonia entre as expectativas que a mulher criou durante a gestação em torno do filho e da sua chegada e a criança real com a qual ela precisa lidar, após o seu nascimento, já que a criança, como afirmou Freud (1924), não passa de um substituto do falo.

Para falar desse equívoco, da não coincidência entre o objeto perdido, que é a causa do desejo, e o objeto reencontrado por meio do filho, Miller (1993) cunhou o termo *décalage*. Para ele, o desejo é sempre *décalage* entre o objeto e a causa do desejo. Por isso, o falo em si, como esse objeto capaz de preencher a falta feminina, jamais é encontrado. Nesse sentido, a criança só pode ser inscrita, como ele mesmo pontuou, como uma metáfora possível do falo.

Para algumas mulheres, essa descoberta de que o filho real não corresponde à criança tão sonhada e idealizada representa uma grande fonte de mal-estar, por isso, para avançarmos nessa investigação sobre o mal-estar na maternidade é pertinente trazer as elaborações que o psicanalista francês Jacques Lacan fez em torno da relação mãe e filho, especialmente entre os anos de 1956-1958.

Para colocar em questão essa ideia de que entre a mãe e o filho existe uma relação de harmonia e de complementariedade, Lacan (1956-1957) partiu da noção da falta de objeto, que ele considerou crucial para se compreender essa relação que é, na sua opinião, principalmente com a falta de objeto, já que, para ele, essa suposta harmonia entre mãe e filho é, na verdade, um engodo.

Na obra de Lacan há muitas contribuições sobre a relação entre a mãe e o filho. Inicialmente, atenho-me ao *Seminário IV: as relações de objeto*, no qual ele discorreu sobre as três categorias da falta de objeto, frustração, privação e castração, articuladas aos três tempos do Édipo no *Seminário V: as formações do inconsciente*.

Essas teorizações sobre a relação mãe e filho a partir das categorias da falta de objeto articuladas aos três tempos do Édipo tornam-se, assim, cruciais neste trabalho de investigação, que tem como tema central o mal-estar na maternidade, uma vez que, neste capítulo, irei articular a maternidade à reatualização da castração.

### **3.2 A mãe e a criança a partir da Psicanálise**



A relação da criança com o mundo externo desenha-se, inicialmente, entre ela e a mãe. É por intermédio da mãe que a criança estabelece um contato inicial com a realidade externa. Por isso, a mãe é, para a criança, na fase que antecede a sua entrada no Édipo, um objeto primordial desejado por sua presença.

Lacan (1956-1957) descreveu a mãe como um Outro primordial, grafado com letra maiúscula, com o qual a criança estabelece uma relação simbólica, visto que a mãe, para ele, é um tesouro de significantes, ou seja, o lugar da palavra. Como podemos constatar em:

Já existe a simbolização desde a origem, desde as primeiras relações com o objeto, desde a primeira relação da criança com o objeto materno, com o objeto primordial primitivo, do qual depende sua subsistência no mundo. Esse objeto já está introduzido como tal no processo de simbolização, e desempenha um papel que introduz no mundo a existência do significante. Isso num estágio ultra precoce (Lacan, 1957-1958, p.231).

Por ser a mãe um objeto simbólico, a criança, inicialmente, se relaciona com ela pelo seio ou por meio de outros objetos que venham substituí-lo. Nele, ela busca satisfazer as suas necessidades mais primitivas. É por meio dele que a criança vai formar as suas primeiras impressões em relação à realidade a sua volta, já que ainda não existe uma distinção entre ela e a mãe, ou seja, entre o eu e o outro.

Essa distinção entre a criança e a mãe vai sendo gradativamente construída pela criança enquanto a mãe se apresenta como um objeto que pode faltar, uma vez que, para Lacan (1956-1957), a mãe só se torna real quando ela não atende mais prontamente aos apelos que a criança lhe dirige por meio de uma vocalização.

Portanto, é, quando a mãe falta, que se dará o que Lacan (1956-1957) identificou como uma inversão da posição do objeto. A mãe, até então, existia como um objeto simbólico distinto do seio que, nessa fase, representa o objeto de satisfação da criança. Ao torna-se real, a mãe se distingue do seio materno, agora, simbólico. Isso acontece porque, quando há uma inversão da posição do objeto, a mãe se torna uma potência, podendo permitir ou não o acesso da criança aos objetos que ela busca para se satisfazer, como o seio, que deixa de ser apenas um objeto que satisfaz a criança para simbolizar o dom do amor.

A partir desse momento, a mãe passa a representar para a criança um Outro do qual ela depende para acessar os objetos considerados, até então, apenas como objetos de satisfação. Com isso, ela se torna um Outro caprichoso e onipotente, que pode ou não frustrar a criança.

Essa frustração que a mãe pode causar na criança não representa, para Lacan, uma frustração qualquer. A criança vivencia a recusa da mãe em conceder-lhe o acesso aos objetos que podem lhe proporcionar uma satisfação como uma privação do dom do amor, já que esses objetos simbolizam o amor que ela pode ou não receber da mãe. Como demonstrou Lacan (1956-1957) ao afirmar que: “Originalmente, a frustração – não é uma frustração qualquer, mas aquela que é utilizável em nossa dialética – só é pensável como a recusa do dom, na medida em que o dom é símbolo de amor” (Lacan, 1957-1958, p.184).

A relação da criança com a mãe não é, porém, feita apenas de satisfações e frustrações. A mãe é para a criança um objeto real, que pode ou não atender aos seus apelos, e um desejo. Como sinalizou Lacan:

A criança não tem relação simplesmente com um objeto que a satisfaz ou não a satisfaz, mas, graças ao mínimo de espessura, de irrealidade dado pela primeira simbolização, já existe um referenciamento triangular da criança, uma relação não com aquilo que traz satisfação para a sua necessidade, mas uma relação com o desejo do sujeito materno que ela tem diante de si (Lacan, 1957-1958, p.232).

Há uma dependência da criança em relação ao desejo do Outro materno. É isto que consiste, para Lacan (1956-1957), a dialética primordial do desejo. Esse desejo que concerne ao Outro materno com o qual a criança se relaciona coloca para ela uma questão: “Qual é o significado? O que quer essa mulher aí? Eu bem que gostaria que fosse a mim que ela quer, mas está muito claro que não é só a mim que ela quer. Há outra coisa que mexe com ela é o X, o significado. E o significado das idas e vindas da mãe é o falo” (Lacan, 1957-1958, p.181).

Na concepção de Lacan (1957-1958), o desejo é significado pela existência do significante. O falo é o significante da falta, daquilo que falta à mãe enquanto mulher, já que a mãe é também uma mulher. Por isso, para Lacan, não há nenhum outro desejo do qual a criança dependa mais do que o desejo da mulher, significado por aquilo que lhe falta, o falo.

O falo é, portanto, aquilo que representa o desejo da mãe. Lacan o descreveu como o significante do desejo da mãe, o objeto imaginário com o qual a criança tem de se identificar para satisfazer esse desejo: “Há sempre como terceiro, até na relação mais primitiva, a da criança com a mãe, o falo como objeto do desejo da mãe, o que instaura uma barreira intransponível à satisfação do desejo da criança, o qual consiste em ela mesma ser o objeto do desejo da mãe” (Lacan, 1957-1958, p.298).

Devido à dependência que a criança tem do desejo do Outro materno, inicialmente, ela não se relaciona com a mãe como uma pessoa, mas com seu desejo. A criança deseja o desejo da mãe, desse Outro que ela constituiu como tal, que pode ou não estar presente. Portanto, a mãe é, para a criança, um objeto marcado por uma falta que o seu desejo visa.

Para satisfazer esse desejo, a criança busca se identificar especularmente com o falo, pois como observou Lacan, “A criança enquanto um ser real é considerada pela mãe como símbolo da sua falta de objeto, de seu apetite imaginário pelo falo” (Lacan, 1956-1957, p.82). A mãe busca, assim, encontrar na criança o objeto que lhe falta, já que no seu inconsciente a criança representa um equivalente do falo. Lacan refere-se à relação criança-mãe-falo como uma tríade imaginária. Para ele:

É na medida em que a criança assume inicialmente o desejo da mãe –ela só assume como de maneira bruta, na realidade desse discurso – que ela se abre para se inscrever no lugar da metonímia da mãe, isto é, para se transformar no que lhes designei outro dia como seu assujeito” (Lacan, 1957-1958, p.208).

Para realizar, então, o desejo da mãe, a criança vai se inscrever no lugar do objeto que pode imaginariamente satisfazer esse desejo, aquilo que falta a mãe: o falo. Para isso, ela vai incluir a si mesma para a mãe como um objeto de amor capaz de propiciar com sua presença prazer a mãe. Trata-se, para Lacan, de uma etapa em que a criança se engaja na dialética subjetiva do engodo:

Para satisfazer o que não pode ser satisfeito, a saber, esse desejo da mãe que, em seu fundamento, é insaciável, a criança, por qualquer caminho que siga, engaja-se na via de se fazer a si mesma de objeto enganador. Este desejo que não pode ser saciado, trata-se de enganá-lo (Lacan, 1956-1957, p.198).

Essa situação na qual a criança permanece assujeitada a mãe, alienada, buscando corresponder ao seu desejo, se fazendo ser desejada por ela, que Lacan chamou de relação imaginária tapeadora, vai perdurar até o momento em que o pai surge como um quarto elemento que intervém nessa relação que se estabelece entre a mãe, a criança e o falo. A entrada em jogo da função paterna de dará, assim, a partir do que Lacan nomeou como a decepção fundamental da criança:

Esta se produz quando ela reconhece- deixamos em aberto a questão de saber como- não apenas que ela não é o objeto único da mãe, mas que o interesse da mãe, mais ou menos acentuado segundo o caso, é o falo. A partir deste reconhecimento, resta perceber, em segundo

lugar, que a mãe é justamente privada, que falta a ela mesma este objeto (Lacan, 1956-1957, p.81).

Nesse momento, o pai que, até então, era quase que inexistente para a criança, por se apresentar para ela de uma forma velada, se faz finalmente presente. Sua presença não se revela mais para a criança por meio dos vaivéns da mãe, que suscita nela uma pergunta sobre seu desejo, mas no discurso da mãe, de uma forma direta e decisiva.

A entrada do pai na relação que se estabelece entre a mãe e a criança, que inaugura a segunda fase do Complexo de Édipo, será decisiva para a criança, pois sem a intervenção do pai, ela permaneceria numa relação exclusiva com a mãe, marcada por uma dependência primitiva do outro materno. Qual seria, então, a participação do pai no Complexo de Édipo? É o que apresento a seguir.

### **3.3 O pai no Complexo de Édipo**

A função do pai está no centro dessa questão, pois é a partir da sua entrada, da sua intervenção, que a menina entra e o menino sai do Complexo de Édipo. Não existe, portanto, como observou Lacan (1957-1958), essa questão, quando não existe o pai. Falar de Édipo é, pois, introduzir como essencial a função do pai.

A entrada do pai como um quarto elemento na relação que se estabeleceu entre a criança, a mãe e o falo não depende da relação da mãe com o pai como pessoa, mas com a palavra do pai. Quando Lacan (1957-1958) se referiu ao pai no segundo tempo do Édipo, ele não estava falando do pai como uma pessoa de carne e osso, mas do pai como um significante. Por isso, para ele, o Édipo pode se constituir mesmo quando o pai não está presente:

É perfeitamente possível, concebível, exequível, palpável pela experiência que o pai esteja presente mesmo quando não está, o que nos incita a uma certa prudência no manejo do ponto de vista ambientalista no que concerne à função do pai (Lacan, 1957-1958, p.173).

Ainda que o pai não precise estar de fato presente para operar enquanto função, é necessário que a mãe legitime a palavra do pai, pois há situações em que a mãe pode não consentir com a sua palavra, o pai pode dizer o que ele quiser, mas o que ele diz não faz a menor diferença para ela. Para Lacan (1957-1958), é especialmente nas situações em que o pai ama por demasiado a mãe e, em função

desse amor, se coloca como dependente dela, que isso normalmente acontece. Nesse caso, a proibição do pai pode fracassar e a mãe acabar ditando a lei. Por isso, a palavra do pai precisa servir de lei para a mãe. Como Lacan observou:

O pai se afirma em sua presença privadora, como aquele que é o suporte da lei, e isso já não é feito de maneira velada, mas de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que faz a lei (Lacan, 1957-1958, p.200).

Lacan (1957-1958) chama de lei aquilo que se articula propriamente no nível do significante, uma vez que aquilo que autoriza o texto da lei se basta por estar, ele mesmo, no nível do significante.

Por ser o significante que dá esteio à lei, o pai, para Lacan, opera como uma metáfora, que consiste na substituição de um significante por outro significante. Essa substituição de um significante por outro significante representa o pilar da intervenção do pai no Complexo de Édipo, enquanto “a função do pai no complexo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (Lacan, 1957-1958, p.180). O pai é, portanto, um significante que representa o Outro como sede da lei.

Nesse sentido, o Nome-do-Pai é, segundo Lacan (1957-1958), um significante essencial, uma vez que é ele que funda a lei do incesto impedindo a mãe de tomar posse do filho (a), ou seja, de integrar a criança como seu produto. Sobre isso, ele afirmou:

É na medida em que o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha completamente em torno da criança e ela não se torna, pura e simplesmente, objeto de desejo da mãe (Lacan, 1957-1958, p.210).

O pai no Complexo de Édipo é, portanto, aquele que interdita a mãe, privando-a daquilo que ela não tem, o objeto fálico. Como demonstrou Lacan ao afirmar que:

O pai entra em função como privador da mãe, isto é, perfila-se por trás da relação com a mãe como objeto de seu desejo como aquele que castra, coisa que digo apenas entre aspas, pois o que é castrado não é o sujeito, mas a mãe (Lacan, 1957-1958, p.191).

É essa entrada do pai na relação que a mãe estabelece com o filho que possibilita, então, que a mãe deseje para além do filho, ou seja, que ela continue a ser, além de mãe, também uma mulher. Para Miller, é isto que quer dizer o Édipo freudiano que Lacan transcreveu pela metáfora paterna. Sendo assim:

Isto se enuncia sob a forma da referência ao pai e da reverência que lhe é feita, mas o que se transcreve ali é que a mãe é uma mulher, que essa mãe só é adequada à sua função na condição de permanecer uma mulher (Miller, 2015, p.20).

A metáfora paterna tem, portanto, para Miller (2015), não só a função de colocar uma barra na mãe, mas também de dividir o sujeito feminino entre a mulher e a mãe, uma vez que para a criança se inscrever como um sujeito desejante é necessário que a mãe se apresente como um sujeito dividido, que o não-todo do feminino seja preservado. Ou seja, é preciso que a criança não seja tudo para a mãe.

Para que a criança não sature na mãe a sua necessidade de falo, é necessário que o desejo da mãe se dirija para um homem e seja atraído por ele. Por isso, para Miller, o pai deve se apresentar como uma figura de autoridade, que faz função de lei, e como um homem que faz de uma mulher seu objeto causa de desejo. Do contrário, a criança pode ficar no lugar de objeto que tampona com sua presença a falta na mãe.

Ao intervir na relação que se estabeleceu entre a criança e a mãe, privando-a do seu objeto de desejo, o pai se apodera, pela via metafórica, do objeto de desejo da mãe, que se apresenta sob a forma do falo. Ao fazê-lo, ele se revela como um pai potente, que pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui. Isso é, para Lacan (1957-1958), o que se espera de uma metáfora, que o pai intervenha no terceiro tempo do Édipo como um personagem real revestido do falo enquanto um símbolo. Ao se apresentar para a criança como aquele que porta simbolicamente o falo, o pai se revela, portanto, para ela, como uma fonte de identificação, por meio da qual a criança irá construir seu ideal do eu.<sup>10</sup> Essa identificação ao pai é o que vai permitir que a criança se desloque da posição de assujeito, na qual ela se encontra alienada no desejo da mãe, buscando se fazer de objeto fálico para ela, pois como observou Lacan:

É na medida em que a criança é desalojada, para seu grande benefício, da posição ideal com que ela e a mãe poderiam satisfazer-se, e na qual ela exerce a função de ser o objeto metonímico desta, que pode se estabelecer a terceira relação, a etapa seguinte, que é fecunda. Nela, com efeito, a criança torna-se outra coisa, pois essa etapa comporta a identificação com o pai de que lhes falei da última vez, e o título de propriedade virtual que o pai tem (Lacan, 1957-1958, p.210).

---

<sup>10</sup> Freud desenvolveu esse conceito em *Ego e o Id*, publicado em 1923.

A entrada do pai na relação que se estabeleceu entre a mãe e a criança barra, portanto, qualquer possibilidade da criança se identificar ao falo, uma vez que, com a intervenção do pai, a criança se desloca da posição de objeto metonímico da mãe e apreende a mãe como privada pelo pai de seu objeto de desejo: o falo.

Nesse sentido, a maternidade é uma experiência de castração e não de completude entre a mãe e o filho, uma vez que a entrada do pai na relação que a mãe estabeleceu com o filho a impede de reintegrar a criança como seu produto e inscreve nela uma divisão entre o feminino e a maternidade, entre a mulher e a mãe.

A seguir, apresento, o que a Psicanálise tem a dizer sobre essa divisão entre a mãe e a mulher que a chegada de um filho inscreve na mãe.

### 3.4 A mulher e a mãe

Em *Mãe-Mulher*, Jacques-Alain Miller afirma que não é possível estabelecer uma identidade e até uma continuidade entre a mãe e a mulher, uma vez que a mãe como um Outro da demanda do qual se espera uma resposta é aquela que tem para dar o signo do amor, já a mulher é, ao contrário da mãe, “O Outro que sofre e que não tem nada a dar senão sua falta e os signos da sua falta” (Miller, 2015, p.14). Por isso, advertiu Miller (1995), devemos ter o cuidado de não confundir o ser mãe com o ser mulher.

Para compreender essa dicotomia, vou me servir das fórmulas da sexuação que Lacan (1972-1973) descreveu no *Seminário XX: mais ainda*.

Lacan adotou, nesta obra, uma perspectiva diferente para abordar a sexualidade feminina daquela adotada no *Seminário IV: as relações de objeto*. Para se referir ao sujeito feminino, ele partiu no *Seminário XX: mais ainda* não tanto da falta fálica, mas da noção do não-todo inscrito na lógica fálica e do gozo suplementar. Essa discussão sobre a sexualidade feminina pode esclarecer a distinção que ele estabeleceu entre o homem e a mulher e a divisão entre a mãe e a mulher. Por isso, é importante focalizar o que Lacan (1972-1973) disse sobre a mulher nesse seminário.

As fórmulas da sexuação foram elaboradas por ele com o intuito de descrever como um sujeito constrói a sua posição sexual, ou seja, como ele se constitui como homem ou mulher. Em sua obra, Lacan não fez nenhuma objeção ao falocentrismo freudiano, que se apoiava na ideia de que as posições masculina ou feminina seriam construídas a partir da presença, ou ausência do falo, do medo de perdê-lo ou do

desejo de tê-lo. No entanto, nos anos 1970, ele se afastou dessas elaborações freudianas em torno do falo, passando a descrever a diferença entre homens e mulheres a partir de uma posição subjetiva que os seres falantes podem ocupar em face da sexualidade, abordando, assim, a diferença sexual por um viés lógico e não anatômico. Essa lógica diz respeito ao gozo, ao modo de gozar de cada sujeito.

Lacan apresentou as fórmulas da sexuação para descrever essa posição. Assim, ele analisou como cada sujeito se posiciona frente à função fálica, realizando sua inscrição do lado masculino ou feminino da tábua da sexuação independente da sua anatomia. “Quem quer que seja ser falante se inscreve de um lado ou de outro” (Lacan, 1972-1973, p.85).

Ao realizar essa análise, ele concluiu que os seres falantes assumem diferentes posições diante da lógica fálica. Do lado masculino, inscrevem-se aqueles sujeitos que formam um conjunto único e que estão todos inscritos na lógica fálica, ou seja, submetidos à castração.

Para esclarecer o motivo pelo qual todos os que se inscrevem do lado masculino da tábua da sexuação são submetidos à castração, Lacan (1972-1973) recorreu à descrição que Freud (1913-1914) fez em *Totem e tabu* do mito da Horda Primeva. Com o intuito de analisar a origem dos tabus-proibições de origem incertas – que cerceavam as liberdades individuais e coletivas em uma determinada sociedade – Freud (1913-1914) recorreu a esse mito.<sup>11</sup>

O mito da Horda Primeva refere-se a uma organização social que possuía apenas um macho mais velho e mais forte como líder, que tinha acesso à todas as fêmeas da horda. Os machos mais novos não acessavam os mesmos prestígios e direitos que o líder. Por isso, um dia, eles se revoltaram e decidiram assassinar o líder. Após a morte do líder, eles se arrependeram do assassinato e, como uma forma de expiar a culpa, elegeram um totem para ocupar simbolicamente o lugar do líder. Em torno do totem, foram criadas uma série de regras e tabus que passaram a regular a convivência entre os membros da horda, dentre eles, Freud (1913-1914) destacou o tabu do incesto e do parricídio que fundou a sociedade humana.

---

<sup>11</sup> O mito pode ser entendido como uma narrativa de caráter simbólico e imagético que vai sendo transmitida de geração a geração e que tem a finalidade de explicar a origem das coisas ou o modo de ser das pessoas em um determinado contexto.



Por ter existido na história um macho que não se submeteu à lei da castração como os demais, que representou uma exceção à regra, Lacan (1972-1973) concluiu que todos os homens formam um conjunto único. Por isso, cada elemento desse conjunto se relaciona com a função fálica como todos inscritos na lógica fálica, que é diferente do que acontece com aqueles sujeitos que se inscrevem do lado feminino da tábua da sexuação.

Por não ser confrontada com uma exceção que possibilitaria que ela formasse um conjunto único, fechado, a mulher se inscreve como não-toda inscrita na lógica fálica. Dessa escritura da feminilidade escrita por Lacan (1972-1973), pode-se extrair várias implicações.

Por ser não-toda inscrita na lógica fálica, a mulher se desdobra em dois modos de gozo: o fálico e outro, ilimitado e suplementar ao gozo fálico, não tratado pela linguagem, como também lida com a inexistência de um significante especificamente feminino que a represente no inconsciente como *A mulher*. Por isso, Lacan afirmou que “a mulher não existe.”, indicando o problema do feminino nos seguintes termos:

Não há mulher senão excluída pela natureza das coisas que é a natureza das palavras, e temos mesmo que dizer que se há algo de que elas mesmas se lamentam bastante, por hora, é mesmo disto [...] (Lacan, 1972-1973, p.99).

Para Miller (2010), quando Lacan (1972-1973) afirmou que a mulher não existe, ele não quis dizer que não existe um lugar para a mulher, mas que esse lugar permanece essencialmente vazio. Isso não significa que a mulher não possa encontrar algo para suprir esse vazio, que a torna mais suscetível do que os homens a uma sensação de despersonalização, de falta de identidade e de domínio sobre o próprio corpo. De acordo com Maria Josefina Fuentes (2012), um semblante deve vir nesse lugar vazio, como suplência, suprimindo a falta desse significante. Por isso, cabe a cada mulher, uma a uma, buscar uma solução para a ausência de um significante essencialmente feminino que a represente no inconsciente.

Miller (2010) apontou duas soluções, duas saídas que a mulher pode encontrar para suprir essa ausência, para preencher esse vazio: uma solução pela via do ter,

que foi a solução apresentada por Freud, e outra pela via do ser, a solução apontada por Lacan na sua obra ao se referir à forma erotomaniaca de amar das mulheres.<sup>12</sup>

A solução pela via do ser consiste em ser o objeto capaz de completar o Outro. Segundo Miller:

A solução consiste em ser esse buraco, na relação com o Outro como se, para escapar da falta de identidade uma solução fosse deslocá-la para o Outro atacando sua completude, e em pensar que falta ao Outro viril um buraco, e tratar de encarná-lo. Isto corresponde ser o que falta ao Outro positivando-o, o que Lacan trouxe para a clínica com a expressão ser o falo (Miller, 2010, p.6).

Para que a mulher consinta em ser o objeto de completude do Outro é necessário que ela se reconheça como castrada, uma vez que ela só é objeto sob a condição de encarnar para o parceiro a significação da castração, de se apresentar sob o sinal do menos (Soler, 2005, p.34).

Distinta da solução pela via do ser, a pela via do ter consiste em transformar-se em mãe, no Outro da demanda que Miller (2010) descreveu como aquele que tem o falo. Essa foi a solução apresentada por Freud quando ele se referiu à maternidade como uma saída para a falta fálica que direcionaria a menina para uma feminilidade normal.

Ambas as soluções apresentadas, tanto por Freud quanto por Lacan, para a falta fálica passam, portanto, pela mediação do sexo oposto, já que é de um homem que uma mulher espera um filho e é por intermédio dele que ela se transforma naquilo que ela não tem: o falo. Como apontou Soler:

A mulher só é o falo no nível da sua relação com o homem. É sempre para um outro, nunca em si, que se pode ser o falo, o que nos reconduz a sua parceria com o homem, já acentuada por Freud (Soler, 2005, p.29).

Embora Lacan não tenha se distanciado das elaborações freudianas em torno da mulher, ele colocou em questão a solução apresentada por Freud para a falta fálica pela via do ter, ao afirmar: “Convém indagar se a mediação fálica drena tudo o que pode se manifestar de pulsional na mulher, notadamente toda a corrente do instinto materno” (Lacan, 1958, p.730).

---

<sup>12</sup> Lacan refere-se a forma erotomaniaca de amar das mulheres em “A significação do falo”, publicado em *Escritos*.

Para responder a essa questão de extrema relevância para esta pesquisa, é imprescindível retomar as considerações que Lacan (1972-1973) fez acerca do gozo feminino no *Seminário XX: mais ainda*, pois, como salientou Soler (2005), com as fórmulas da sexuação, nos anos 1970, Lacan chamou a atenção para a questão do desejo da mulher na mãe, ao situar a mulher para além da perspectiva do Édipo, inscrevendo-a como a mulher barrada, Outra, não toda ocupada com o homem ou com o filho.

Como foi discutido anteriormente, nesse seminário, Lacan (1972-1973) argumenta que a mulher por ser não-toda inscrita na lógica fálica, se divide em dois modos de gozo: um gozo fálico, que orienta seu desejo pelo falo simbólico, e outro gozo, ilimitado, suplementar, que permanece fora da dialética falocêntrica. Sendo assim, ainda que uma mulher se inscreva psiquicamente como mãe de seu bebê, tal posição não drena tudo que há nela de pulsional. Há na mulher outro desejo que escapa à dialética falocêntrica que o filho não é capaz de realizar por ela avançar no terreno de um gozo ilimitado, que não pode ser colocado em palavras. Portanto, um filho não satisfaz uma mulher por completo, uma vez que ele só a realiza como mãe, ao suprir o seu desejo de falo.

Por isso, para Soler (2005), embora o filho-falo, seja passível de obturar em parte a falta fálica da mulher e de saturar o desejo sexual, como mostram os casos em que a maternidade modifica radicalmente a posição erótica da mãe, o filho não é a causa do desejo feminino que está em jogo no corpo a corpo sexual. Diante disso, é pertinente questionar se, ao se transformar em mãe, resolvem-se todas as questões sobre a posição feminina.

Miller (1993) adverte que é preciso problematizar a relação entre maternidade e feminilidade. Ao contrário de Freud (1924), que estabeleceu uma relação entre a maternidade e a feminilidade ao afirmar que a maternidade seria o caminho para alcançar uma feminilidade normal, para Miller, tornar-se mãe não resolve o enigma da feminilidade, já que ser mãe é apenas uma máscara, uma pseudo solução para a ausência de um significante especificamente feminino no inconsciente. Por isso, quando Miller foi interpelado em um congresso em Paris sobre quem seria para Lacan a verdadeira mulher, ele recorreu a uma figura da mitologia grega para responder esse questionamento: Medeia.

### 3.5 Medeia: a verdadeira mulher

Na mitologia grega, Medeia foi a filha do rei da Cólquida, Aeetes. O mito de Medeia ganha vida quando Jasão, proveniente da Tessália, e os Argonautas chegam a Cólquida em busca do velo de ouro. Com o intuito de proteger esses expedicionários, as deusas Hera e Athena pediram a Afrodite que os auxiliassem em sua missão. Para atender o pedido, Afrodite pediu para que Eros, seu filho, lançasse uma flecha no coração de Medeia, filha do rei, para que ela se apaixonasse por Jasão.

O rei da Cólquida, pai de Medeia, prometeu dar a Jasão o velo de ouro, desde que ele vencesse algumas provas. Jasão pediu a ajuda de Medeia para cumprir as provas e, em troca, ele prometeu se casar com ela e levá-la para a Grécia, sua terra natal. Tomada de amor, Medeia não mediu esforços para ajudar Jasão. O mito conta que Medeia deu a ele uma poção mágica que o ajudou a vencer as provas, derrotar soldados e fazer o dragão, que cuidava do velo de ouro, adormecer. Vitorioso, Jasão recebeu o prêmio e levou Medeia para a Grécia.

O casal fugiu no famoso navio Argo. Para impedir o rei de persegui-los, Medeia matou seu irmão mais novo que estava a bordo do navio. Ela o esquartejou e jogou os pedaços do corpo no mar, para distrair seu pai, que desistiu da perseguição. Quando finalmente chegaram à terra natal de Jasão, foram recebidos com uma grande celebração. Como agradecimento por Jasão cumprir sua promessa, Medeia resolveu rejuvenescer o pai de Jasão. Mas acabou enganando a todos e, em vez de conceder-lhe à juventude, ela o matou.

Por causa desse ato, o casal foi exilado em Corinto, onde foram recebidos pelo rei Creonte. Por muitos anos, Medeia e Jasão foram felizes em Corinto, mas Jasão acabou se apaixonando por Glauce, filha do rei. Fingindo aceitar o noivado de Jasão e Glauce, Medeia deu um vestido de presente para a princesa. Quando a jovem o vestiu, ele se incendiou e o fogo se espalhou por todo o palácio. Enfurecida, após incendiar a princesa, Medeia matou seus próprios filhos e fugiu para Atenas.

Para Miller (1993) o ato de Medeia revelou que os filhos só tinham valor para ela em relação ao amor que ela nutria por Jasão. Por isso, quando Jasão decide deixá-la e se casar com Glauce, Medeia, que deveria permanecer apenas como mãe, mesmo amando seus filhos, decide matá-los. Com seu ato, Medeia atinge Jasão naquilo que lhe é mais caro: sua descendência.

Medeia é, portanto, a personificação da mulher que não tem limites nos atos que ela é capaz de fazer em nome do amor para um homem. Como observou Izabel Hadaad (2017), para Medeia, o mais importante era ser o objeto sexual de Jasão. Por isso, em nome do seu amor, ela traiu e abandonou seu próprio pai, esquartejou seu irmão, deixou sua terra natal e matou seus próprios filhos, que lhe asseguravam um lugar no mundo simbólico, ao inseri-la numa cadeia de significações como mulher e mãe.

Lacan, segundo Miller, não diz somente que a mulher não existe, afirma também que há mulheres verdadeiras. A verdade de uma mulher se localiza para Lacan na distância subjetiva em relação à posição de mãe e mulher que ela ocupa. Miller justifica essa afirmação marcando uma diferença entre a mãe e a mulher. Ser mãe “é para uma mulher querer se fazer existir como A. Fazer-se existir como A mãe e se fazer existir como A mulher que tem” (Miller, 2010, p.6). Já a mulher é por definição aquela que não tem. Portanto, existe uma distância subjetiva e não uma equivalência entre a mãe e a mulher.

Medeia revela com seu ato que ser mulher é para ela algo superior a ser mãe. Isso faz de Medeia, para Miller, o exemplo radical do que significa ser mulher mais além do que mãe. Mas ainda que Medeia represente a “verdadeira mulher”. O que não significa que ela seja um exemplo a ser seguido, pois a verdadeira mulher, afirma Miller “só se pode dizer uma a uma e numa ocasião específica, porque não é certo que uma mulher possa se manter na posição de uma verdadeira mulher” (Miller, 2010, p.6).

Por isso, nem todas as mulheres são como Medeia, cujos filhos não saturaram nela a necessidade de ser o falo para um homem. Há mulheres que não conseguem manter uma distância subjetiva entre sua posição de mãe e de mulher. Ao se tornarem mães, elas se alienam na maternidade, silenciando a mulher que há na mãe, sustentando uma posição fálica. Para descrever a mulher que se posiciona como fálica, Miller recorreu à figura do postiço.

A mulher com postiço seria “aquela que se atribui artificialmente o que lhe falta, com a condição de que sempre, em segredo, o receba de um homem” (Miller, 2010, p.11). A mulher com postiço é, portanto, aquela que esconde sua falta fálica, e que ao se posicionar como aquela que tem, a quem não falta nada, protege e defende seu bem (o filho-falo) com unhas e dentes.

Para Miller é preciso distinguir a mulher fálica que se constitui do lado do ter, que ele chamou de “com postiço”, da mulher que se constitui do lado do ser o falo, pois ainda que uma não tenha nada a ver com a outra, ambas se encontram divididas em uma mesma mulher.

A mulher que se constitui do lado do ser o falo, diferente da mulher postiço, que se posiciona como aquela que tem o falo, assume sua falta a ter. Isso é o que possibilita, para Miller, que ela se manifeste como desejante na relação com um homem. Para isso, ela precisa que o homem se apresente como um sujeito castrado para que ela possa preenchê-lo. Ao contrário do que acontece com a mulher postiço, que por se posicionar na parceria com um homem como aquela que tem, o denuncia como castrado.

Na obra de Freud, encontramos um caso que elucida essa discussão sobre a mulher postiço que se posiciona como aquela que tem o falo. Trata-se do caso Hans que se refere a uma criança que desenvolveu uma fobia por cavalos, por volta dos cinco anos e meio.

Na descrição que Freud (1909) fez do caso a partir dos relatos e das observações compartilhadas pelo pai de Hans sobre o comportamento do filho, Freud descreveu Hans como “um pequeno Édipo que queria ter seu pai ‘fora do caminho’, queria livrar-se dele, para que pudesse ficar sozinho com sua linda mãe e dormir com ela.” Trata-se, portanto, de uma criança que buscava cativar o desejo da mãe e livrar-se do pai que, nesse momento, era, para ele, um obstáculo em relação à mãe.

Lacan (1956-1957) analisa a relação entre Hans e a mãe no *Seminário IV: as relações de objeto*. Para ele, Hans e a mãe estavam totalmente capturados pela dialética fálica, pelo que ele nomeou de “paraíso do engodo”, uma vez que a relação entre eles se articulava em torno do falo, desse elemento imaginário que Hans tentava encarnar para satisfazer o desejo da mãe:

Tudo na conduta da mãe com o pequeno Hans – a quem ela carrega consigo para todo canto, desde o banheiro até sua cama – indica que a criança lhe é um apêndice indispensável. A mãe de Hans, que Freud adora, essa mãe tão boa, tão cheia de cuidados com a criança, *sehr besorgte*, bonita que só ela, acha um meio de trocar de calças diante do filho. Isso, mesmo assim, tem uma dimensão muito particular. Se existe algo realmente feito para ilustrar o que lhes digo quanto à dimensão essencial do que está por detrás do véu, é mesmo a observação do pequeno Hans – e de muitos outros mais. Já não se vê aqui que a criança é, para ela, a metonímia do falo? (Lacan, 1956-1957, p.249).

Para se sustentar nesse lugar de objeto capaz de suturar com sua presença a falta na mãe, Hans se recusava a reconhecer na mãe a castração materna, apreendê-la como um sujeito privado do falo. Se a mãe se apresentasse como privada desse elemento imaginário, isto seria, para ele, a prova de que ele não era capaz de satisfazê-la. Por isso, Hans jogava com a mãe, indagando-a se o falo estaria nela, no pai, ou nos animais.

Quando Hans a interpelava, perguntando se ela também seria portadora do falo, como o pai e os animais, ela não hesitava em afirmar que sim, como podemos constatar no diálogo registrado por Freud (1909):

Hans: 'Mamãe, você também tem um pipi?'

Mãe: 'Claro. Por quê?'

Hans: 'Nada, eu só estava pensando.'

Ao ser interpelada pelo filho, a mãe não se resignava diante da falta fálica, ignorando as intervenções e as orientações que o pai de Hans lhe fazia quando ele a repreendia por seu comportamento e excessos com o filho. Suas palavras não tinham qualquer valor ou efeito sobre ela. Desse modo, apesar das suas advertências e protestos, as coisas continuaram a ocorrer da mesma maneira, todas as manhãs a mãe consentia com a presença de Hans na sua cama, que passou a ocupar o lugar de um terceiro no leito materno, indo contra todas as reservas expressas do marido, que não tinha qualquer domínio sobre a família. No relato que ele endereçou a Freud, na tentativa de compreender a fantasia que Hans construiu em torno da girafa, é possível perceber essa questão:

Tudo isso é a reprodução de uma cena que se desenrolara durante quase todos esses últimos dias, pela manhã. Hans sempre entra em nosso quarto, bem cedinho, e minha mulher não pode resistir, levando-o com ela para a cama por alguns minutos. Em resposta a esse procedimento, invariavelmente passo a admoestá-la para não levá-lo consigo para a cama ("a girafa grande gritava por que eu tirei a amarrotada de perto dela"); e ela responde, às vezes sem dúvida com certa irritação, que tudo é uma bobagem, que afinal um minuto não conta, e assim por diante. Desse modo, Hans fica com ela por um instante. ("Aí a girafa grande parou de gritar; e então eu sentei em cima da amarrotada.") (Freud, 1909, p.42).

Diante da impossibilidade do pai de operar como um representante da lei, intervindo junto à mãe, Hans precisou substituir o pai pelo cavalo, que passou a representar a maldade, o castigo e a ameaça de castração que ele esperava do pai. Só, assim, ele conseguiu se distanciar da mãe, impedindo que ela o devorasse.

São mulheres como a mãe de Hans que não conseguem permitir a entrada de um terceiro na relação com o filho, que se agarram ao todo-fálico, que manifestam hoje na clínica um mal-estar em relação à maternidade.<sup>13</sup> Por isso, vale o questionamento sobre se o mal-estar manifestado por elas, ao se tornarem mães, pode estar relacionado à posição que elas assumem com a chegada do filho, da mãe toda para o filho, não permitindo a entrada de um terceiro elemento na relação que poderia dividir seu desejo.

A seguir, trarei algumas vinhetas clínicas que surgiram da escuta clínica de mulheres que manifestaram em análise um mal-estar em relação ao exercício da função materna. O nome dessas mulheres, assim como de seus filhos, e alguns detalhes sobre o caso foram modificados com o intuito de resguardar a sua identidade.

### **3.6 Recortes de uma clínica com mulheres-mães**

#### **3.6.1 O caso Maria**

Maria buscou análise quando seu filho, Pedro, estava com quatro anos. Pedro é uma criança agitada que, em muitos momentos, se recusa a fazer o que lhe pedem e a seguir as rotinas diárias, como tomar banho, escovar os dentes e dormir na hora combinada. Por causa desses comportamentos, Maria não só se sente desafiada pelo filho, como impotente diante da sua recusa em seguir as regras acordadas.

Devido às dificuldades enfrentadas com o filho, Maria experiencia a maternidade como uma vivência difícil, cansativa e conflituosa, que vai à contramão das expectativas que ela havia criado em torno dessa experiência:

Saiu tudo completamente diferente do que eu esperava e planejei. Achei que ia seguir minha vida normalmente e que Pedro se encaixaria na nossa rotina. Eu e meu marido amamos sair aos finais de semana, mas desde que Pedro nasceu, eu não consigo tirar um tempo para a gente, nem voltar a fazer as coisas que me davam prazer, como uma rotina diária de exercícios. Às vezes, sinto que estou desaparecendo e temo pelo meu casamento. [...] Achei que cuidar de uma criança ia ser tranquilo, que ia ter um bebê anjo, mas Pedro se revelou uma criança tão difícil! Quando ele começa a chorar ou não dorme, eu fico sem saber o que fazer. Decidi, então, levá-lo a vários especialistas para identificar o problema, para encontrar uma solução para as dificuldades enfrentadas com ele.

---

<sup>13</sup> Essa é a hipótese central que estou trabalhando nesta tese.



Quando Pedro nasceu, Maria começou a buscar uma explicação para o comportamento do filho e uma solução para as dificuldades enfrentadas com ele. Essa busca a levou a apostar nos especialistas de família, nos livros de autoajuda e nos grupos de apoio à parentalidade, nos quais ela buscava orientações para lidar com as reações imprevisíveis do filho, como os choros inesperados e a recusa em dormir. Maria passou a seguir à risca as orientações dos especialistas na tentativa de incorporar a mãe ideal prescrita nos manuais, buscando, assim, garantir ao filho uma educação adequada e, absolutamente, sem falhas. Com isso, ela acabou aprisionada em um ciclo de cuidados rígidos e repetitivos, que tornavam o seu cotidiano com o filho difícil e penoso, e passou a antecipar todas as necessidades do filho, que são prontamente atendidas, antes mesmo que ele enderece a ela alguma demanda:

Eu antecipo tudo para ele, Pedro nunca precisou manifestar fome ou sono, nunca ficou com a fralda suja. As avós falam que sou muito chata como mãe, que não levo em consideração a experiência delas, mas elas não entendem, se não seguir a rotina, se ele não dormir ou comer no horário estipulado, vira um monstrinho.

Quando interpelada em análise sobre o que a levou a buscar o que ela nomeia como uma maternidade perfeita, Maria disse que acabou se deixando seduzir por uma competição que existe entre as mulheres que são mães:

Hoje, as mulheres competem em tudo, quando se tornam mães disputam pelo título de melhor mãe. Eu acabei entrando nessa, me comparando com minhas vizinhas e amigas. Na verdade, acho que sempre senti a necessidade de ser destaque em tudo o que faço, de provar o tempo todo minha competência.

### **3.6.2 O caso Laura**

O segundo caso se refere a uma mãe que procurou análise quando sua filha estava com seis meses. A insegurança e a dificuldade de lidar com todas as mudanças que a maternidade trouxe para a sua vida foi o que a motivou a busca:

Quando minha filha nasceu, fiquei insegura e com muito medo de tomar decisões. E se eu não fizer a escolha certa? Queria poder contar com a ajuda do meu marido, mas ele é tão inseguro, indeciso. Ele até se coloca à disposição, mas não consigo confiar nele, deixar minha filha com ele. A verdade é que desde que minha filha nasceu me sinto muito sozinha, sinto como se fosse uma mãe solteira, mesmo não sendo.

### **3.6.3 O caso Paula**

Paula é mãe de uma menina e buscou análise devido às dificuldades enfrentadas no cotidiano com a filha:

Estou exausta, sufocada, tem dia que não consigo nem pentear o cabelo ou escovar os dentes, quando vejo o dia passou e eu fiquei em função da minha filha, das rotinas, das birras, das demandas e necessidades delas.

Quero muito voltar a investir na minha profissão, cuidar de mim, fazer as coisas que me dão prazer, para isso, vou precisar de ajuda, só que minha filha não aceita ser cuidada por outra pessoa, nem por parentes próximos, como as avós ou pelo próprio pai. Confesso que eu também tenho dificuldade de deixá-la com outra pessoa, fico achando que só eu sou capaz de entender e atender as demandas dela. Acho que vou enlouquecer!

Às vezes, tenho a sensação de que estou presa em uma teia de aranha, enrolada na minha filha, não consigo sair. O que eu faço?

Paula faz um apelo para que a analista a oriente sobre como solucionar as dificuldades enfrentadas com a filha. Na sua fantasia, a analista tem a resposta, pois é ela que sabe sobre seu sofrimento, sobre aquilo que nem ela sabe sobre si mesma.

Três mulheres, três histórias diferentes que trazem em si suas particularidades, mas alguns pontos em comum. Maria, Laura e Paula não conseguem permitir a entrada de um terceiro na relação com o filho, se dividindo, assim, entre o filho e outro desejo. Maria teme pelo seu casamento, pois desde que o filho nasceu, nunca mais conseguiu passar um tempo com seu marido, nem fazer coisas que lhe dão prazer. Laura não confia no marido, nem nas babás que passaram pela sua casa, prefere cuidar pessoalmente da filha. Paula alega que a filha não permite que outras pessoas cuidem dela, com isso, ela acaba vivendo para ela, deixando de lado outros sonhos e projetos como retomar sua vida profissional.

É o desejo da mulher na mãe, enfatizado por Lacan que, para Soler (2005), irá limitar a paixão materna, impedindo a mãe de ser toda para o filho. Para a mulher se inscrever como não-toda na relação com o filho, é preciso que ela seja capaz de dividir sua aspiração fálica entre o filho e um companheiro ou que ela deseje para além do filho. Ou seja, é necessário que a mãe se apresente como um sujeito dividido, pois como apontou Soler:

Basta que falte na mãe a diz-mensão [dit-mension] de um desejo outro, outro que não se satisfaz na relação com o filho, e este ficará condenado à alienação máxima de realizar a fantasia da mãe, e, por menos que lhe seja expresso que ele a preenche, o filho ficará totalmente preso em seu ser de objeto, como propriedade da mãe (Soler, 2005, p.95).

É preferível, então, que a criança não seja tudo para a mãe, que o não-todo do feminino seja preservado para que a mãe continue sendo também uma mulher. No entanto, para que a divisão entre a mãe e a mulher seja preservada, não basta apenas que o pai intervenha na relação da mãe com a criança, como enfatizou Miller (2014), é necessário, também, que a mãe não esteja desencorajada de encontrar o significante do seu desejo no corpo de um homem. Para isso, é preciso que o pai se apresente como um homem, do contrário, a criança pode ficar no lugar do objeto que tampona com sua presença a falta na mãe.

No artigo “Mãe-mulher”, Miller afirma que há mulheres que se recusam a ser o Outro da demanda, a mãe, para ser o Outro do desejo, a mulher, sendo que, para ele, o contrário também é verdadeiro:

Uma mulher pode realizar na maternidade sua recusa à feminilidade, como se a privação, a pureza da privação que implica a posição feminina em seu cerne, se revelasse finalmente insustentável para o sujeito que, por sua vez, se precipitaria no ter filhos (Miller 2015, p.180).

Ao impedir a entrada de um terceiro na relação com o filho, permanecendo como toda-mãe para o filho, Maria, Paula e Laura podem estar realizando na maternidade a sua recusa à feminilidade, pois, para sustentar uma posição feminina,

faz-se necessário um certo *savoir-faire*, em relação ao que está em jogo no uso dos semblantes, o que requer, como se disse, que uma mulher não se agarre ao todo fálico, mas tampouco se desfaça do uso de suas máscaras (Fuentes, 2012, p.139).

Tornar-se mãe e sustentar uma posição feminina pode se revelar como algo difícil e conflituoso para algumas mulheres, uma vez que requer da mulher que se torna mãe que ela sustente a divisão que um filho pode inscrever no sujeito feminino entre a mulher e a mãe, preservando, assim, o não-todo do feminino.

O mal-estar na maternidade relatado pelas mulheres contempladas nesta pesquisa pode, então, estar relacionado a uma dificuldade de sustentar uma posição feminina depois da chegada do filho. Ou seja, de continuar sendo além de mãe, também uma mulher, que deseja para além do filho. De acordo com Miller:

Quanto mais a criança preenche a mãe, mais ela a angústia, de acordo com a fórmula segundo a qual é a falta da falta que angustia. A mãe angustiada é, inicialmente, aquela que não deseja, ou deseja pouco, ou mal, enquanto mulher (Miller, 2014, p.5).

Para avançar ainda mais nessa discussão sobre o mal-estar na maternidade manifestado pelas mulheres em análise, destaco outro aspecto importante sobre como algumas mulheres que se tornam mães vivenciam, hoje, a maternidade. Trata-se da busca obcecada para ser uma mãe perfeita ou uma supermulher que concilia uma maternidade exemplar, com uma carreira de sucesso, um corpo e um casamento perfeitos.

Apresentarei, assim, dois fragmentos de casos que revelam como essa exigência feroz de corresponder aos imperativos contemporâneos pode representar para algumas mulheres uma fonte inesgotável de sofrimento.

Júlia é mãe de três filhos. Quando estava grávida do quarto, decidiu procurar análise. Ela estava muito angustiada porque, nas gestações anteriores, não havia conseguido realizar o sonho de vivenciar um parto natural. Seus três filhos nasceram de parto normal. Passar pelo parto natural era, para ela, algo muito importante. Ela não só almejava viver essa experiência por acreditar que mudaria a sua vida, como também por buscar o reconhecimento de outras mulheres que, assim como ela, também almejavam um parto natural. A seguir, parte do seu relato:

Eu tenho muito medo de não conseguir de novo, quando a dor vem com tudo, eu me desconecto, entro em desespero, acabo pedindo uma anestesia. Quero muito passar por isso, tenho certeza de que vou sair de lá mais forte, vou provar que sou uma mulher foda, ou melhor, uma mulher de verdade. Sabe, tenho a impressão que depois disso tudo vai ser diferente.

Para Júlia, parir naturalmente é uma forma de provar sua potência como mulher e de se transformar em uma mãe perfeita. Ela é uma mulher determinada a encarnar a mãe ideal prescrita pelos especialistas que influenciam, na atualidade, o comportamento das mulheres mães com suas teorias e manuais de como criar filhos. Parir naturalmente é apenas um dos requisitos que Júlia almeja alcançar para realizar a maternidade perfeita.

Diferente de Júlia, que almeja ser a mãe ideal, Débora busca atender prontamente não só os imperativos contemporâneos que concernem à mãe, como também à mulher. Mãe de dois filhos, ela concilia uma carreira de sucesso como advogada em um escritório renomado, que exige dela um investimento de tempo e de energia significativo, com os cuidados com os filhos, que ela se recusa a partilhar com uma cuidadora, avós ou com o próprio companheiro. Ela relata:

Estou exausta, minha vida é uma loucura, todo dia enfrento triplas jornadas. Acordo às seis da manhã, vou para a academia, porque não posso me descuidar da minha aparência, volto para casa, faço o dever com as crianças, levo na natação, brinco, porque uma mãe de verdade é um ser brincante, né? À tarde, deixo eles na escola, vou para o escritório, trabalho sem pausas para um cafezinho, porque meu tempo vale ouro, busco as crianças na escola, dou jantar, banho, coloco elas para dormir, e tiro um tempo para estar com meu marido, porque não posso esquecer de cuidar também do meu casamento. Quando todos estão dormindo, trabalho até de madrugada, para dar conta de toda a demanda do escritório.

Débora busca, desse modo, corresponder aos imperativos de sua época, performando como a mãe perfeita, dedicada aos filhos, que se ocupa pessoalmente dos cuidados com eles, conciliando esses cuidados com sua carreira, uma vida social satisfatória, um “corpo e um casamento perfeitos”.

Ao encarnar o papel da supermulher que dá conta de ser tudo, ao mesmo tempo, ela se recusa a reconhecer que um corpo e um casamento perfeitos, além de uma vida profissional de sucesso como a que ela almeja, é incompatível com as responsabilidades de uma mãe que busca exercer a maternidade ideal prescrita, hoje, pelos especialistas de família e *influencers* que compartilham nas redes sociais sua experiência com a maternidade. Como foi dito no primeiro capítulo desta tese, trata-se de um modelo de mãe similar ao da mãe ideal do século passado, totalmente voltada para a família, que vivia para os filhos e o marido e se sentia responsável pela educação, bem-estar e felicidade dos filhos.

Embora exausta, Débora se orgulha da sua tripla jornada, sentindo-se poderosa por dar conta de ser, ao mesmo tempo: a mãe ideal, a profissional de sucesso, a mulher jovem e bonita, além da esposa dedicada ao marido que zela pelo seu casamento.

Há, portanto, uma questão narcísica em jogo, já que tanto por parte de Débora, como de Júlia, existe uma busca obcecada, levada até as últimas consequências, pelo reconhecimento do outro, especialmente dos seus pares, mulheres-mães como elas. Júlia almeja ser reconhecida pelas amigas e outras mulheres de sua convivência como a mãe ideal, que educa crianças-modelos, de acordo com os critérios e julgamentos de mulheres que também almejam criar filhos perfeitos que atestem, com seu comportamento, sua competência como mãe. Já Débora almeja ser mais do que a mãe ideal, ela busca também ser a profissional de sucesso e a mulher perfeita, despertando, assim, a admiração das mulheres da sua convivência.

### 3.7 Maternidade e narcisismo

Freud abordou pela primeira vez na sua obra o fenômeno do narcisismo em um texto intitulado *Sobre o narcisismo, uma introdução*, de 1914. Para compreender o que leva um indivíduo a redirecionar a libido investida no mundo para si, Freud partiu do estudo das parafrenias, do comportamento do indivíduo acometido por uma doença orgânica e da observação da vida erótica dos seres humanos. Ao finalizar esse estudo, ele concluiu que, inicialmente, a criança investe toda a libido em si e na mulher que cuida dela, ou em qualquer pessoa que a substitua. Somente mais tarde, essa libido é direcionada para os objetos externos.

Trata-se, para Freud, de uma posição libidinal que traz para o indivíduo um montante significativo de satisfação. Por isso, ainda que ele reconheça que todo ser humano precisa amar para não adoecer, ou seja, deslocar a libido do ego para os objetos externos, há nele uma tendência a recuperar o narcisismo perdido da infância, que ele denominou de narcisismo primário.

São várias as situações em que o indivíduo pode reaver esse narcisismo perdido da infância. Dentre as que se referem especialmente à vida erótica de homens e mulheres, Freud mencionou a chegada dos filhos “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (Freud, 1914, p.98).

O narcisismo infantil dos pais é revivido, de acordo com Freud, pela atribuição de todas as perfeições ao filho, do ocultamento de todas as deficiências e da suspensão de todas as exigências culturais que eles foram obrigados a respeitar, concedendo à criança uma série de privilégios que foram obrigados a renunciar. Por intermédio dessas atitudes, os pais buscam transformar o filho em “Sua Majestade, o bebê”, a quem cabe a incumbência de realizar aquilo que eles não foram capazes de cumprir. Na fantasia dos pais, “o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe” (Freud, 1914, p.98). O nascimento de um filho representa, portanto, a oportunidade de os pais reviver o narcisismo perdido da infância por meio de um superinvestimento na criança e em sua hipervalorização.

No entanto, na atualidade, muitas mulheres não só fazem esse movimento de supervalorizar, estimar e investir no filho, concentrando uma parcela significativa da

sua libido nele, como também direcionam parte dessa libido para si mesmas, ao buscar exercer a maternidade ideal prescrita pelos especialistas de família.

Esse redirecionamento da libido para o próprio ego normalmente acontece durante a gestação, que corresponde a uma fase em que a maioria das mulheres regride para um estado narcísico.

Essa regressão da libido para o próprio Ego é o que Freud chamou de narcisismo secundário. Este tende a se prolongar no período da gestação, pois se trata de um momento delicado da vida da mulher em que ela sente a necessidade de cuidar da sua saúde emocional e física em prol da preservação do seu bebê. Esse estado narcísico secundário é, normalmente, abandonado quando a mulher se torna mãe. Nesse momento, ela passa a direcionar sua libido para a criança, zelando pela sua sobrevivência, bem-estar e segurança, pois como observou Freud:

Mesmo para as mulheres narcisistas, cuja atitude para com os homens permanece fria, há um caminho que eleva ao amor objetal completo. Na criança que geram, uma parte de seu próprio corpo as confronta com um objeto estranho, ao qual, partindo de seu próprio narcisismo, podem então dar um amor objetal completo (Freud, 1914, p.96).

Na atualidade, em função de uma supervalorização da função materna e dos efeitos psíquicos e emocionais que o cuidado materno pode provocar na criança, ao se tornarem mães, muitas mulheres buscam encarnar o ideal de mãe prescrito pelos especialistas de família que se transformaram, nos últimos anos, em verdadeiros gurus da parentalidade. Com isso, elas passam a investir um montante significativo do seu tempo e energia lendo livros, fazendo cursos ou realizando pesquisas nas redes sociais em busca de informações e de orientações sobre como educar corretamente uma criança na ilusão de garantir uma educação e um cuidado adequado, absolutamente sem falhas.

São essas mulheres que normalmente se alienam nos discursos atuais proferidos pelos especialistas de família, passando a avaliar a sua conduta e pautar suas decisões e escolhas para com o filho, de acordo com esse ideal. Dessa forma, elas buscam não só encarnar a mãe perfeita prescrita pelos especialistas, mas conquistar o reconhecimento e a admiração das outras mulheres, que assim como elas, também almejam a maternidade perfeita.

Freud fez alguns apontamentos importantes na sua obra sobre a formação dos ideais que orientam os indivíduos ao longo da vida. Em *O Ego e o Id*, de 1923, no qual ele buscou descrever o funcionamento do aparelho psíquico, ele presumiu a

existência de uma gradação no ego, uma zona diferenciada dentro dele, que pode ser chamada de ideal do ego ou superego. Essa gradação é formada, segundo Freud, pelas primeiras identificações efetuadas pela criança na mais primitiva infância, a sua identificação com o pai em sua pré-história.

Essa identificação, que se efetua mais primitivamente do que qualquer catexia de objeto ocorreria, em um primeiro momento, de forma direta e imediata, seria reforçada depois por um mecanismo semelhante ao que acontece na melancolia. O desfecho do Complexo de Édipo na menina e no menino teria como resultado, devido à bissexualidade originalmente presente na criança, o reforço da identificação primária com o pai e de uma identificação com a mãe. Assim:

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (Freud, 1923, p.47).

O ideal do ego ou superego é, portanto, o herdeiro do Complexo de Édipo, o representante interno da autoridade parental que age, por isso, como uma espécie de consciência que vigia e pune as ações do ego que não estão de acordo com esse ideal por meio de um sentimento de culpa. De acordo com Freud:

A falta de satisfação que brota da não realização desse ideal é transformada em sentimento de culpa (ansiedade social). Originalmente esse sentimento de culpa era o temor de punição pelos pais, ou, mais corretamente, o medo de perder seu amor, mais tarde, os pais são substituídos por um número indefinido de pessoas (Freud, 1914, p.108).

Por causa dessa substituição dos pais por pessoas que se tornam significativas, o ideal do ego comporta não só um aspecto individual, ligado à identificação da criança com os pais em sua mais primitiva infância, como também social, já que com o passar do tempo, a influência crítica dos pais se junta às proibições vindas daqueles que os substituíram, como os professores e outras pessoas colocadas em uma posição de autoridade. Por isso, para Freud (1914), o ideal do ego é também o representante do ideal de uma família, de uma classe ou de uma nação.

A realização desse ideal representa para o indivíduo uma grande fonte de satisfação, como observou Freud, ao afirmar que: “Tornar a ser seu próprio ideal,



como na infância, isso é o que as pessoas se esforçam por atingir como sendo sua felicidade” (Freud, 1914, p.107).

Essa satisfação alcançada só é possível porque, ao realizar esse ideal do ego, o indivíduo pode reaver o narcisismo perdido da infância, recuperando, assim, a perfeição narcísica da sua infância, a qual ele não pode renunciar. Sendo assim:

Esse ego ideal é agora alvo do amor de si mesmo (*self-love*) desfrutado na infância pelo ego real. O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse novo ego ideal, o qual, como o ego infantil, se acha possuído de toda perfeição de valor (Freud, 1914, p.100).

Ser a mãe ideal prescrita pelos especialistas, como almejou Júlia, ou a supermulher que dá conta de ser tudo ao mesmo tempo, como Débora se esforçou para ser, pode, então, ser interpretado como uma forma de recuperar a perfeição narcísica da infância, o eu-ideal que, no passado, gozou de toda perfeição.

Para realizar esse eu-ideal, essas mulheres buscam não só exercer a maternidade perfeita, como transformar o filho em um objeto capaz de atestar com seu comportamento exemplar a sua competência como mãe.

Essa busca para realizar esse ideal, levada até as últimas consequências, acarreta nessas mulheres uma cota significativa de sofrimento advindo de um sentimento de exaustão física e emocional e uma culpa feroz que elas sentem quando não tem êxito nessa empreitada. A base inconsciente desta tese se apresenta, pois, nessas duas consequências.

Foi essa culpa que motivou Júlia a buscar análise para elaborar o sofrimento e a vergonha que sentiu, especialmente das mulheres da sua convivência, por não ter êxito no seu projeto de parir naturalmente, e que também mobilizou Débora a buscar um espaço para falar da frustração e da tristeza que foi acometida, quando precisou admitir para a sua chefe que precisava de mais tempo para concluir um processo, porque não estava dando conta de conciliar as demandas do trabalho com as necessidades dos filhos.

Para além dessa questão narcísica, a mãe ideal ou a supermulher pode representar também um modo contemporâneo de mascarar a falta fálica, levado por essas mulheres até as últimas consequências. Ao buscar realizar o ideal de maternidade prescrito pelos especialistas de família performando como a mãe perfeita, Júlia e Débora se colocam em uma posição similar àquela ocupada por Maria, Laura e Paula. Elas se apresentam no lugar da mãe que se posiciona como toda para

o filho, evitando, assim, serem confrontadas com o não-todo do feminino, ou seja, com a privação que implica a posição feminina em seu cerne.

Para se compreender, então, a dificuldade dessas mulheres de sustentar uma posição feminina depois do nascimento do filho, é necessário revisitar a sua história na sua família de origem, especialmente com sua mãe, a fim de se localizar como elas vivenciaram a travessia edipiana e subjetivaram a castração, já que a mãe tem uma importância central na construção que a filha faz da sua feminilidade. Por isso, não podemos compreender uma mulher, a não ser considerando-se a fase de sua ligação pré-edípica à mãe, pois como observou Freud:

[...] a fase de ligação exclusiva à mãe, que pode ser chamada de fase pré-edipiana, tem nas mulheres uma importância muito maior do que a que pode ter nos homens. Muitos fenômenos da vida sexual feminina, que não foram devidamente compreendidos antes, podem ser integralmente explicados por referência a essa fase (Freud, 1931, p.238).

No próximo capítulo, apresento algumas contribuições de Freud, Lacan e outros psicanalistas contemporâneos para a reflexão sobre a relação mãe-filha.

## **CAPÍTULO 4**

### **A delicada relação mãe-filha sob a ótica psicanalítica**

As mães são tema da análise de muitas mulheres que se tornaram mães. Elas buscam um lugar de escuta para falar do mal-estar que foram acometidas com a chegada do filho e dos impasses vivenciados em relação ao exercício da função materna.

A chegada do filho pode recolocar a mulher que se torna mãe diante de antigos conflitos, afetos e memórias de fatos significativos vivenciados em sua família de origem, especialmente na relação com sua mãe. Esse movimento regressivo, que possibilita a mulher recontar a sua história edipiana, parece ser inevitável, uma vez que a história que cada mulher escreve com sua mãe ao longo da sua vida, especialmente no período que concerne à sua infância e adolescência, costuma deixar marcas na filha que tocam a construção que ela fez da sua própria feminilidade.

Ao acompanhar mulheres em processo de análise que vivenciavam os primeiros anos de vida dos seus filhos, constatei que as marcas que a filha traz dessa relação podem reverberar também no modo como ela vivencia a maternidade e inscreve o filho no seu desejo, e até no sofrimento que pode advir dessa experiência.

Na clínica psicanalítica com mulheres-mães, observei que a maternidade pode representar, para mulheres como Débora, a oportunidade de se diferenciar da mãe, de deslocar da posição de ter que pautar suas escolhas nas expectativas maternas para corresponder aos anseios de uma mãe que busca realizar, por intermédio da filha, seu ideal do eu. Já no caso de mulheres como Paula e Laura, a chegada do filho as levou a regredir a uma posição infantil, ao buscar na mãe um apoio para lidar com os medos, temores e inseguranças que a maternidade despertou nelas. Há, ainda, mulheres como Maria e Júlia que, diante da ausência de um lugar particularizado no desejo materno, que possibilite que elas se sintam amadas, encontraram na maternidade a oportunidade de vivenciar com o filho o que nunca foi experienciado com sua mãe: uma relação de simbiose e completude na qual mãe e filha se mesclam e se misturam.

Foi a escuta dessas mulheres, cuja relação com a mãe determinou o modo como cada uma vivenciou a maternidade e se apropriou da sua função, que me levou a formular a hipótese de que algo da relação que elas estabeleceram com sua mãe nos primórdios da sua infância pode esclarecer o mal-estar manifestado por elas com

a chegada do filho, uma vez que esse mal-estar parece estar relacionado a uma dificuldade de sustentar uma posição feminina depois da chegada do filho.

Para realizar, então, a investigação proposta, que partiu da minha experiência clínica, é necessário analisar a relação que essas mulheres que motivaram a escrita dessa tese vivenciaram com sua mãe na fase que antecedeu a sua entrada na vida adulta. Para isso, trarei não só as contribuições que Freud, Lacan e autores contemporâneos fizeram sobre a relação mãe-filha, como também elaborarei um breve relato da história dessas mulheres com suas mães, no formato de um fragmento clínico, para preservar a identidade delas. A Psicanálise tem muito a dizer sobre a relação mãe-filha.

#### **4.1 A mãe na perspectiva da Psicanálise**

Tanto na obra de Freud e quanto na de Lacan, é possível destacar algumas passagens sobre o tema da mãe e sua função.

No texto intitulado *Os três ensaios sobre a sexualidade*, Freud (1905a) descreveu a mãe como aquela que ensina o filho a amar e desperta a sua sexualidade, ainda que de forma precoce, por meio dos seus cuidados e das suas carícias. Já Lacan em *O estágio do espelho*, de 1949, se referiu à mãe como outro que possibilita a criança construir um primeiro esboço da imagem do seu corpo por intermédio da sua presença e do seu olhar. Mas essa não é a única definição que encontramos da mãe em sua obra. Em *Nota sobre a criança*, ele apresentou a mãe como um Outro primordial, grafado com letra maiúscula, que marca um lugar não anônimo para a criança no seu desejo. Esse desejo irá marcar o destino da criança que, em um primeiro momento, busca realizar aquilo que ela imagina que a mãe espera dela. Trata-se de um movimento inicial necessário no processo de constituição da criança como sujeito, que vai se dá em dois momentos: um no qual a criança se aliena no desejo da mãe, ficando assujeitada a esse desejo, e outro no qual ela se desloca da posição de objeto da mãe e estabelece um distanciamento necessário para que ela possa se constituir como um sujeito desejante.

A mãe tem, portanto, uma importância central no processo de constituição tanto da menina, como do menino, em sujeito. No entanto, para a filha, a mãe não representa apenas aquela que irá criar as condições necessárias para ela se constituir como um sujeito desejante, com uma singularidade própria. Cabe à mãe auxiliá-la, também, na construção de uma identidade feminina, uma vez que é, na mãe, mulher

como ela, que a menina busca uma orientação, um ponto de partida para construir a sua própria feminilidade. Nesse sentido, a mãe é uma figura central no processo de transformação da filha em mulher.

Freud levou um tempo significativo para reconhecer a importância da mãe no processo de feminização da filha. Essa dificuldade pode ser atribuída às fortes impressões deixadas nele pelos primeiros encontros com as pacientes histéricas.

Quando iniciou sua carreira como médico, a convite do renomado neurologista francês Jean-Martin Charcot, que hipnotizava pacientes histéricas diante do público, Freud passou uma temporada em Paris para fazer um estágio em neurologia no mesmo hospital que Charcot trabalhava. Foi nessa época que ele desenvolveu um interesse e uma curiosidade pelos sintomas apresentados pelas pacientes histéricas.

Diante do insucesso das técnicas utilizadas na época para curar essas pacientes, Freud passou a escutá-las com o intuito de identificar as origens psíquicas dos sintomas apresentados por elas. Tais sintomas poderiam lhe dar acesso ao que ele nomeou como o mistério feminino, já que as causas das perturbações histéricas pareciam estar relacionadas à vida psicosssexual das pacientes, sendo os sintomas histéricos a expressão dos desejos mais secretos e reprimidos por essas mulheres.

As primeiras formulações de Freud em relação à origem psíquica dos sintomas histéricos faziam menção a sedução por parte de um adulto. Impactado pela forte impressão deixada pelos relatos das primeiras pacientes histéricas que escutou, Freud (1896) acabou identificando o pai como essa figura sedutora e atribuindo a causa do sintoma à suposta sedução da filha pelo pai. Essa conclusão estava de acordo com a primeira elaboração que ele havia feito em relação ao Complexo de Édipo.

Foi por intermédio da análise do conteúdo dos sonhos de pacientes adultos que revisitavam lembranças da infância que Freud (1900) chegou a essa elaboração. Dentre os sonhos analisados por ele, destacam-se os sonhos relatados por seus pacientes que revelavam um desejo de morte contra os pais. No caso do menino, esse desejo era direcionado para o pai, rival no amor que ele nutria pela mãe, e da menina para a mãe, que disputava com ela o amor do pai. Esse desejo de morte de um dos genitores que esses sonhos revelavam e de enamoramento pelo outro figuravam, para Freud (1900), entre os primeiros impulsos psíquicos que se formavam na infância. Tais impulsos revelaram para ele que o primeiro objeto de amor de uma filha seria o pai e do filho a mãe.

Freud sustentou por um tempo significativo sua crença nas histórias de sedução contadas pelas pacientes histéricas. Somente em *Um estudo autobiográfico*, de 1924-1925, no qual ele fez uma retrospectiva da evolução das suas descobertas científicas, é que ele se retratou em relação à sua primeira interpretação acerca da origem dos sintomas histéricos, ao admitir que ele havia cometido um erro por acreditar nas histórias de sedução que as pacientes histéricas lhe contavam. Essas histórias não eram reais, como Freud (1896) havia pensado, mas fruto de uma fantasia típica do Complexo de Édipo nas mulheres, como ele constatou quando estava repensando suas teorias sobre a sexualidade feminina. Ainda que Freud tenha-se retratado em relação à primeira formulação que ele havia feito sobre a origem dos sintomas histéricos, a convicção que ele manteve por um tempo de que as neuroses eram causadas por essas experiências de sedução sexual por parte de um adulto acabou trazendo danos para o avanço da psicanálise, conforme a passagem descrita a seguir:

Quando, contudo, fui finalmente obrigado a reconhecer que essas cenas de sedução jamais tinham ocorrido e que eram apenas fantasias que minhas pacientes haviam inventado ou que eu próprio talvez houvesse forçado nelas, fiquei por algum tempo inteiramente perplexo. De igual modo, minha confiança em minha técnica e nos seus resultados sofreu rude golpe; não se podia discutir que eu havia chegado a essas cenas por um método técnico que eu considerava correto, e seu tema estava indubitavelmente relacionado com os sintomas dos quais partira minha pesquisa (Freud, 1924-1925, p.39).

Embora a crença nessas cenas de sedução relatadas pelas pacientes histéricas tenha colocado em risco, na opinião de Freud (1924-1925), a credibilidade da técnica psicanalítica, ela parece ter prejudicado também as investigações que ele se propôs a fazer sobre a sexualidade feminina, uma vez que a ênfase dada a relação da menina com o pai o afastou da descoberta que mudaria o rumo das suas investigações e elaborações em torno da sexualidade feminina: a importância da relação mãe-filha para o destino da filha como mulher.

Um dos célebres casos de histeria relatados por Freud na sua obra, o caso Dora, mostra claramente como essa conexão que ele estabeleceu entre os sintomas histéricos apresentados pela paciente e o forte vínculo estabelecido com seu pai não possibilitou que ele avançasse na sua investigação em direção a essa descoberta. Ainda que Freud (1905b) tenha contemplado na descrição do caso algumas considerações sobre a relação entre Dora e a mãe, ao privilegiar na análise do caso o lugar do pai na vida de Dora, ele acabou dando mais ênfase a relação entre esta e

o pai e a história de sedução por parte do Sr. K, que se passou no lago, do que a relação de Dora com sua mãe e a Sra. K, com quem ela estabeleceu uma forte ligação e identificação. Com isso, Freud (1905b) acabou negligenciando a importância dessas mulheres na vida de Dora. A seguir, trago as conclusões que Freud chegou nesse caso em relação à origem dos sintomas manifestados por Dora.

## **4.2 O caso Dora**

Dora estava com dezoito anos, quando iniciou sua análise com Freud. Na época, ela havia manifestado um quadro de dispneia crônica, diagnosticado pelo médico da família como doença nervosa. Mas esse não foi o único sintoma que ela apresentou ao longo da sua vida. Aos doze anos, ela começou a sofrer de fortes dores de cabeça e acessos de tosse, que chegaram a durar semanas, seguido de perda de voz. Apesar de ter sido submetida a vários métodos de tratamento usuais na época, como hidroterapia e aplicação local de eletricidade, tais tratamentos não surtiram efeito. Por isso, Dora foi levada até Freud pelo pai, que confiou a ele a cura da doença de sua única filha.

Dora residia com sua mãe, um irmão um ano e meio mais velho que ela, e com seu pai. O pai era uma figura central no núcleo familiar e na vida de Dora, alguém muito importante para ela, que se destacava por sua inteligência e caráter, assim como pelas circunstâncias de sua vida. Foram estas que forneceram, para Freud (1905b), a origem dos sintomas apresentados pela paciente.

Tais circunstâncias teriam levado Dora a se ligar afetivamente ao pai e a desenvolver sintomas que estavam relacionados às doenças graves que o pai apresentou, desde que Dora tinha seis anos, e ao seu envolvimento amoroso com a Sra. K, com quem ele vinha mantendo, por vários anos, um relacionamento extraconjugal.

Não foi só a influência do pai sobre Dora que levou ao aparecimento dos seus sintomas. Freud (1905b) atribuiu o comportamento de Dora, que se apresentou para ele como uma pessoa depressiva, irritadiça, com ideias suicidas, a um acontecimento que se sucedeu em uma ocasião em que Dora estava passando férias com a família. Nessa ocasião, a Sra. K e sua família também estavam presentes. Durante um passeio no lago, Dora foi abordada por Sr. K, marido da Sra. K, que lhe fez uma proposta amorosa. Indignada, Dora deu um tapa no Sr. K e fugiu do local, passando

a evitar ficar sozinha com ele. Sobre esse episódio, Freud (1905b) fez o seguinte comentário: “A experiência com o Sr. K, suas propostas amorosas e o insulto a sua honra- parece fornecer, no caso de Dora, o trauma psíquico que Breuer e eu declaramos, há muito tempo, ser a condição prévia indispensável para o aparecimento de um distúrbio histérico” (Freud, 1905b, p.240).

Embora Dora manifestasse desprezo e aversão pelo Sr. K, para Freud (1905b), Dora estava escondendo de si mesma e dos outros uma paixão pelo Sr. K. Foi esse conflito que, na visão de Freud (1905b), a levou a mudar sua atitude para com o pai.

Até a cena do lago, Dora era cúmplice do pai no seu relacionamento com a Sra. K, depois desse ocorrido, ela não só se afastou da Sra. K, como passou a censurar o pai por seu comportamento, agindo como uma esposa ciumenta, ao direcionar para ele as mesmas censuras que ela evitava direcionar para si mesma. Por isso, na visão de Freud (1905b), a insistência dos pensamentos de Dora em relação ao pai era uma tentativa inconsciente de afastar da sua própria consciência a paixão que ela sentia pelo Sr. K, uma vez que a repressão é muitas vezes alcançada por meio do reforço excessivo do pensamento contrário aquele que deve ser reprimido.

O ciúme que Dora manifestava em relação ao pai também era motivado por uma vivificação da paixão que ela nutriu por ele na sua infância. A aversão sentida pelo Sr. K na cena do lago contribuiu para o retorno dessa paixão, como demonstrou Freud (1905b), ao fazer a seguinte observação sobre o ocorrido: “Ela ainda estava apaixonada por ele, mas desde a cena do lago, seu amor despertara nela sentimentos violentos de oposição, o que reforçou sua velha afeição pelo pai, a fim de evitar dar atenção consciente ao amor que sentira nos primeiros anos de sua meninice e que se tornara agora, para ela, penoso” (Freud, 1905b, p.54).

Com o intuito, ainda que inconsciente, de se proteger dos sentimentos de amor pelo Sr. K, Dora acabou revisitando a sua paixão infantil pelo pai, que ela, de forma obstinada, lutava para manter distante da sua consciência.

Ao relacionar a doença de Dora a influência do pai sobre ela e a paixão pelo Sr. K, Freud (1905b) acabou desconsiderando na análise do caso a mãe de Dora que, para ele, não exercia qualquer influência sobre sua vida, por se tratar de uma mulher inculta, fútil, que investia toda a sua energia e interesse na vida doméstica, completamente alheia à doença do marido e a vida dos filhos. Essa foi a imagem que Freud (1905b) construiu da genitora, a partir dos comentários e observações do pai e de Dora sobre a mãe.



A relação entre Dora e a mãe era inamistosa. Dora tratava a mãe com superioridade, direcionando a ela severas críticas, se afastando, assim, da sua influência. Em função disso, Dora acabou estabelecendo com o pai uma forte ligação, buscando nele apoio sempre que um conflito acontecia.

Freud (1905b) desconsiderou na análise que fez do caso não só a influência que a mãe poderia exercer na vida de Dora, como também a Sra. K, com quem Dora estabeleceu uma forte ligação, regada a momentos de muita intimidade e trocas.

Quando Dora se hospedava com o casal, ela costumava compartilhar um quarto com a Sra. K, ficando o marido alojado em outro cômodo. Dora foi a confidente e conselheira da Sra. K em todas as crises conjugais que ela vivenciou com seu marido. Dora nutria por essa mulher uma grande admiração e devoção. Costumava, segundo relatou Freud (1905b), elogiar seu adorável corpo e sua beleza, utilizando, para isso, palavras mais apropriadas a uma amante do que a uma rival derrotada.

Essa observação em relação ao comportamento de Dora com a Sra. K levou Freud (1905b) a concluir que os pensamentos obsessivos que Dora se referia à relação entre o pai e a Sra. K se destinavam não só a suprimir seu amor pelo Sr. K, mas também ocultar seu amor pela Sra. K que, assim como o pai, também era objeto do seu ciúme. Conforme a seguinte passagem do caso: “Ela afirmava para si mesma incessantemente que seu pai a sacrificara a esta mulher, e fazia demonstrações ruidosas para mostrar que tinha rancor pela Sra. K, pela posse de seu pai, e desta forma ocultou de si mesma que guardava rancor do pai pelo amor que a Sra. K lhe dedicava” (Freud, 1905b, p.60).

Foi também com a Sra. K que Dora aprendeu, de acordo com Freud (1905b), as coisas úteis que uma doença pode proporcionar. Nesse sentido: “Dora agia como a Sra. K com seu marido. Sua doença era, portanto, uma demonstração de seu amor pelo Sr. K, assim como para a esposa dele, era uma demonstração de repúdio” (Freud, 1905b, p.36).

Embora o sintoma de Dora fosse direcionado para o Sr. K, uma vez que o aparecimento ou desaparecimento deste sintoma relacionava-se a sua presença ou ausência, Dora demonstrava com este comportamento similar ao da Sra. K uma forte identificação com essa mulher, alvo tanto do seu rancor, como da sua admiração. O mesmo teria ocorrido em relação à sua mãe, especialmente em dois momentos: Quando Dora desenvolveu na infância o mesmo sintoma que a mãe; leucorreia, e

depois, na vida adulta, quando passou a agir como uma esposa ciumenta, encenando com o pai um papel que deveria ser da mãe.

Ainda que Freud (1905b) tenha reconhecido na análise que fez do caso a identificação que Dora estabeleceu tanto com sua mãe, como com a Sra. K, por quem ela desenvolveu uma paixão, Freud (1905b) acabou não se aprofundando em aspectos do caso que poderia ter o levado a perceber a relevância que a mãe ou qualquer mulher que a substitua tem na vida de uma mulher.

Ao aceitar de bom grado a declaração que Dora fez ao longo do seu processo de análise em relação à mãe que, segundo ela, não exercia qualquer influência sobre sua vida, e ao considerar a paixão entre Dora e a Sra. K como um movimento natural da vida erótica das mulheres, que normalmente acontece na puberdade, Freud (1905b) se distanciou ainda mais dessa questão tão crucial na vida de uma mulher: a importância que a identificação com alguém do mesmo sexo tem para ela, especialmente em relação à construção de uma identidade feminina própria.

Essa descoberta só foi possível a partir do encontro de Freud com duas mulheres que revelaram para ele uma forte ligação com sua mãe. São elas: a jovem paranoica<sup>14</sup> e a jovem homossexual. Foi a partir desses casos que Freud percebeu que existe uma fase de forte ligação da menina com sua mãe, que antecede a sua entrada no Édipo. Irei relatar aqui brevemente o caso da jovem homossexual com o intuito de mostrar a evolução do pensamento de Freud.

### **4.3 A jovem homossexual**

A jovem homossexual é um dos casos relatados por Freud em sua obra mais conhecido e discutido no meio psicanalítico. Trata-se de uma jovem de 18 anos, pertencente a uma família de boa posição social, que despertara a preocupação dos pais ao manifestar sinais evidentes de homossexualidade. A moça desenvolvera uma

---

<sup>14</sup> Esse caso foi publicado por Freud em 1915. Freud (1915) conheceu a jovem paranoica por intermédio de um advogado que, por suspeitar da sanidade mental da moça, solicitou sua avaliação. Embora Freud tenha encontrado poucas vezes com a jovem, esses encontros foram suficientes para ele constatar que se tratava de uma jovem que apresentou uma forte ligação com a mãe que a impediu de construir parcerias amorosas satisfatórias, ao longo da sua vida. Essa constatação chamou a atenção de Freud para a relevância do vínculo entre mãe e filha para a vida de uma mulher, aproximando-o, assim, da descoberta que mudaria o rumo das suas pesquisas sobre a sexualidade feminina.

paixão por uma dama da sociedade de conduta duvidosa, dez anos mais velha do que ela.

Amargurado com essa situação vexatória para a família, o pai tentou suprimir essa tendência na filha por meio de ameaças, que não surtiram qualquer efeito. Apesar dos protestos do pai e de gozar de um senso de decência, a jovem continuou cortejando a dama e concentrando todo o seu interesse nela, abandonando os estudos, as obrigações sociais e as atividades que eram para ela prazerosas, restringindo seu círculo de amizades apenas as amigas que eram cúmplices do seu romance.

Diante da recusa da filha em ceder às suas ameaças, determinado a combater nela essa orientação, o pai acabou depositando em Freud toda a sua confiança para que ele solucionasse o problema.

Segundo as observações que Freud (1920) fez do caso, antes de manifestar aos 18 anos tendências claramente homossexuais, a jovem havia apresentado um desenvolvimento normal. Na infância, passou pela atitude característica do Complexo de Édipo, substituindo o pai, após manifestar um interesse significativo por ele, por um irmão mais velho. Na idade de 13 a 14 anos, apresentou uma grande afeição e interesse por um menino de 3 anos, que costumava encontrar em um *playground* próximo à sua casa. Ela se apegou à criança de tal forma que acabou desenvolvendo uma amizade com seus pais. Seu comportamento com essa criança e o forte apego sinalizavam, para Freud (1920), que ela estava caminhando em direção ao que ele considerava ser uma feminilidade normal, uma vez que ela não só estava possuída por um desejo forte de ser mãe e ter um filho, como também demonstrava claramente uma atitude maternal. No entanto, pouco tempo depois, ela se afastou dessa criança, tornando-se indiferente à sua presença, e passou a manifestar um interesse por mulheres maduras, porém de aparência jovem.

Com sua escuta atenta e seu espírito investigativo aguçado, Freud (1920) observou que essa mudança ocorreu antes do nascimento do terceiro irmão, o que o levou a concluir que a nova gravidez da mãe parece ter motivado a mudança de comportamento apresentado, até então, pela jovem, pois foi após o nascimento do seu irmão mais novo que ela começa a nutrir afeição por mulheres mães, entre 30 e 35 anos, com quem ela conviveu nas férias de verão ou no seu círculo social. Essa observação foi crucial para que Freud (1920) concluísse que a mulher que a jovem elegera para amar e cortejar era uma substituta de sua mãe.

Essa escolha amorosa que a jovem havia feito por mulheres mais velhas que ela tinha, para Freud (1920), total correspondência com um tipo especial de escolha objetal feita pelos homens, que pode ser denominada de anaclítico ou de ligação. Trata-se de um tipo de escolha que o homem apaixonado busca para substituir o seu primeiro objeto de amor: a mãe ou um substituto desta. Esse alguém tem, portanto, de se assemelhar com aquela que representou o seu objeto de amor.

Essa conclusão que concerne à escolha objetal realizada pela jovem homossexual levou Freud (1920) a formular a seguinte pergunta:

Como compreender o fato de ter sido precisamente o nascimento de uma criança, chegada à família numa ocasião em que a própria jovem já estava madura e com intensos desejos próprios, que a levou aplicar sua ternura apaixonada à mulher que dera luz à essa criança, sua própria mãe e expressar esses sentimentos para com um substituto materno? (Freud, 1920, p.168).

Para responder a essa questão, Freud (1920) buscou identificar as motivações que conduziram a libido da jovem a se desviar de uma atitude edipiana normal em direção à homossexualidade.

Ao realizar essa investigação, Freud (1920) concluiu que esse desvio teria ocorrido em uma fase delicada do seu desenvolvimento sexual, que corresponde à puberdade. Foi quando ela estava revivendo o seu Complexo de Édipo infantil que o pai deu à mãe aquilo que ela, ainda que de forma inconsciente, tanto ansiava receber do pai: um filho. Ressentida pelo pai ter dado a mãe o filho tão desejado, repudiou o desejo de filhos, o amor dos homens e o papel feminino destinado às mulheres. Com isso, ela deslocou sua libido do pai para a mãe, transformando o desprezo que normalmente as filhas sentem nessa fase pela mãe em amor.

Para Freud (1920), a conduta homossexual da jovem serviu não só para vingar do pai, mas também para afastar de si a antipatia e o desprezo da mãe, que sempre a tratou com muita rispidez, manifestando em relação aos filhos homens uma excessiva indulgência. Sobre isso, Freud (1920) comentou:

A própria mãe ainda dava grande valor às atenções e a admiração dos homens. A jovem tornando-se homossexual e deixando os homens para a mãe se retirando em benefício dela, poderia afastar algo que até então fora parcialmente responsável pela antipatia da mãe para com ela (Freud, 1920, p.170).

Essa observação que Freud (1920) fez sobre a relação entre a jovem e sua mãe justificou, para ele, a reação da genitora diante do comportamento apresentado pela sua paciente, uma vez que ela não só não tomou o relacionamento da filha com

a jovem dama como algo trágico, como tampouco se enfureceu com ela. Durante um tempo significativo, a filha pôde desfrutar da sua confiança e cumplicidade quanto à sua paixão, só quando ela tornou a relação pública, a mãe mudou a sua atitude.

Embora a decepção com o pai representasse o fator que levou a jovem a assumir uma atitude homossexual, Freud (1920) não desconsiderou que a jovem vinha manifestando essa orientação homossexual muito antes da decepção com o pai. Ela não só manifestou um vivo interesse, após o nascimento do primeiro irmão, por mães jovens, como também uma paixão por uma professora durante a sua vida escolar, que apresentava um comportamento rígido e distante como da sua mãe. Por isso, Freud concluiu que, assim como a dama, a professora também era uma substituta da figura materna.

Essas observações sobre o comportamento da jovem que antecedeu o acontecimento que gerou nela um ressentimento pelo pai que motivou a sua conduta homossexual, levou Freud (1920) a concluir:

Assim, desde anos muito precoces sua libido fluirá em duas correntes, das quais a da superfície é aqui, sem hesitação, podemos designar como homossexual. Essa última era provavelmente uma continuação direta e imodificada de uma fixação infantil na mãe (Freud, 1920, p.180).

A decepção com o pai teria apenas reforçado na jovem uma tendência a homossexualidade que já estava presente, e que havia se originado de uma forte fixação na mãe. Essa fixação da jovem na mãe, anterior a decepção com o pai, que teria de fato ocasionado a sua homossexualidade, foi, para Freud, decorrente da atitude indiferente e ríspida da mãe com ela e da inveja despertada pelas fortes impressões deixadas nela pela comparação com os órgãos genitais dos irmãos, que tiveram efeitos de grande consequência sobre ela. Foram essas conclusões a que Freud chegou sobre a origem da homossexualidade da jovem que o levaram a reconhecer que existiria uma fase de forte ligação da menina com sua mãe, anterior a sua entrada no Édipo, ou seja, ao momento que a menina elege o pai como seu objeto de amor e investe nele parte da sua libido.

Essa descoberta que o caso da jovem homossexual possibilitou modificou o rumo da investigação que Freud vinha fazendo, até então, sobre a sexualidade feminina, cujo objetivo era identificar qual o caminho percorrido por uma menina para se transformar em mulher.

Quais foram as conclusões que Freud chegou em relação ao processo de transformação da menina em mulher a partir da sua descoberta? Esse retorno a obra de Freud se faz necessário, neste capítulo, na medida em que é preciso percorrer o caminho trilhado por ele para chegar às elaborações sobre a relação mãe-filha que ele trilhou na sua obra especialmente nos últimos textos que ele escreveu sobre a sexualidade feminina.

#### 4.4 De menina à mulher

Desde muito cedo, Freud queixou-se da obscuridade que envolvia a vida sexual das mulheres. Esta dificultou o andamento das suas investigações sobre o desenvolvimento da menina em mulher, como podemos constatar em vários trechos de sua obra. Neles, ele destacou não só o caráter enigmático da mulher, como também ressaltou a dificuldade encontrada em desvendá-la.

No início de *Três ensaios sobre a sexualidade*, Freud (1905a) escreveu que somente a vida sexual dos homens “se tornou acessível à pesquisa. A das mulheres [...] ainda se encontra mergulhada em impenetrável obscuridade” (Freud, 1905a, p.152). Três anos após a publicação desse ensaio, em *Um estudo sobre as teorias sexuais das crianças*, lemos: “Em consequência de circunstâncias desfavoráveis, tanto de natureza externa quanto interna, as observações seguintes se aplicam principalmente ao desenvolvimento sexual de apenas um sexo-isto é, o dos homens” (Freud, 1908a, p.211). Bem mais tarde, em *Análise leiga*, Freud (1926) fez o seguinte comentário sobre as mulheres: “Sabemos menos sobre a vida sexual das meninas que sobre a dos meninos. Mas não precisamos nos envergonhar dessa distinção; afinal de contas, a vida sexual das mulheres adultas constitui um “continente obscuro” para a psicologia” (Freud, 1926, p.212). E, por fim, em uma *Conferência sobre a feminilidade*, ele chegou à seguinte conclusão: “Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e mais coerentes” (Freud, 1932-1933, p.134).

Por causa dessa dificuldade encontrada em desvendar a sexualidade feminina, cujo desenvolvimento parecia ser, na sua opinião, obscuro e de difícil acesso, Freud não se dispôs a descrever o que é a mulher. Essa tarefa seria difícil de ser cumprida,

por isso, ele buscou apenas compreender como é que uma menina naturalmente dotada de disposição bissexual se transforma em uma mulher.

Para realizar essa investigação, Freud acabou escolhendo os homens como objeto de análise e traçando um paralelo entre ambos os sexos, ao supor que o desenvolvimento da menina deveria ocorrer de forma semelhante ao dos meninos e que, por isso, a sexualidade da menina tem, a princípio, um caráter inteiramente masculino.

Foi a partir dessa primeira formulação sobre a sexualidade feminina, baseada no fato de que existiria uma analogia entre o menino e a menina em relação às primeiras manifestações da sexualidade, no período que antecede a sua entrada na puberdade, que Freud buscou avançar na sua investigação sobre como uma menina vai se tornar uma mulher.

Como foi mencionado anteriormente, a ausência dessa diferença entre meninos e meninas em relação às manifestações da sua sexualidade na infância era, para Freud (1905a), decorrente não só do fato de ambos apresentarem comportamentos de natureza sexual semelhantes, mas também da zona erógena principal nas meninas está localizada no clitóris que seria um substituto da glândula do pênis, que corresponderia à zona genital masculina:

A anatomia reconheceu no clitóris situado no interior da vulva feminina um órgão homólogo ao pênis, e a fisiologia dos processos sexuais acrescenta que esse pequeno pênis, que não aumenta de tamanho, comporta-se na realidade, durante a infância, como um pênis genuíno-torna-se a sede de excitações que fazem com que ele seja trocado, e a sua excitabilidade confere à atividade sexual da menina um caráter masculino..., sendo necessária uma vaga repressão nos anos de puberdade para que desapareça essa sexualidade masculina e surja a mulher (Freud, 1908a, p.197).

É em torno dessa zona erógena que ocorre toda a atividade sexual da menina, no período que antecede a sua entrada na puberdade, uma vez que ela parece não ter ainda conhecimento da sua vagina, como demonstrou Freud (1905a), ao afirmar que:

[...] nas meninas, a zona erógena dominante situa-se no clitóris e é, portanto, homóloga à zona genital masculina, a glândula. Tudo o que pode averiguar pela experiência sobre a masturbação nas meninas relacionou-se com o clitóris, e não com as partes da genitália externa que são posteriormente significativas para as funções sexuais. Chego mesmo a duvidar de que a menina, sob a influência da sedução, possa ser levada a outra coisa que não a masturbação clitoridiana; a ocorrência disso é totalmente excepcional. As descargas espontâneas

de excitação sexual, tão corriqueiras justamente na menina pequena, expressam-se em contrações do clitóris, e as frequentes ereções deste órgão facultam à menina formular um juízo acertado, mesmo sem nenhuma instrução, sobre as manifestações sexuais do sexo oposto: ela meramente transfere para os meninos as sensações de seus próprios processos sexuais (Freud, 1905a, p.208).

Esse fato explicaria por que, para Freud (1905a), inicialmente, para ambos os sexos, só existe um único órgão genital, o do menino. Os órgãos genitais femininos por muito tempo permanecem desconhecidos. Por isso, Freud (1905a) afirma que a criança não tem dúvida quanto à existência de um órgão genital, o do menino, que, com certeza, deve ser atribuído a todos.

Essa convicção na existência de um só órgão sexual, o masculino, que tanto a menina como o menino compartilham corresponde, para Freud (1908a), à primeira das teorias sexuais, que sob a influência dos componentes dos instintos sexuais, as crianças constroem espontaneamente. Acrescento que o que está em jogo nessa fase não é o órgão sexual em si, mas o falo. Trata-se, portanto, da primazia do falo que assume, segundo Freud (1923), uma importância central para meninos e meninas, especialmente em relação à construção da sua sexualidade, como será discutido ao longo desse capítulo.

Para caminhar em direção ao que Freud nomeou como uma feminilidade normal, a menina precisa suprimir parte da sua masculinidade. Para isso, ela deve realizar uma mudança de zona erógena, substituindo o clitóris pela vagina. O estabelecimento da vagina como o principal órgão sexual feminino, que deve ser colocado a serviço da reprodução, representa, para Freud (1923), a última etapa por meio da qual passa a organização da sexualidade feminina. Freud (1905a), assim, considerou a substituição do clitóris pela vagina uma tarefa necessária para que a menina se transforme em uma mulher e, na vida adulta, desempenhe o papel para o qual foi socialmente designada.

Essa mudança de zona erógena vai ocorrer, de acordo com Freud (1925), em dois momentos específicos: após o surgimento dos primeiros sinais da inveja do pênis ocasionada pela descoberta da diferença sexual, e do aparecimento do sentimento de inferioridade na menina, que se estende para o clitóris. O aparecimento desses sentimentos tem como consequência o abandono da masturbação, na entrada da puberdade, em decorrência de uma onda de repressão sexual que atinge especialmente as meninas e que afeta, segundo Freud (1905a), precisamente a



sexualidade clitoriana. Junto a essa mudança de zona erógena, soma-se também a troca de objeto e a escolha definitiva do objeto, concomitante ao desligamento dos pais.

São essas tarefas que a menina precisa realizar para se transformar em uma mulher que determinam não só a complexidade do processo de passagem de menina à mulher, como também o fator que marca uma diferença em relação ao desenvolvimento sexual dos meninos. Pois, diferentemente, do que acontece com as meninas, para ascender a uma posição viril, o menino não necessita trocar de zona erógena, já que está permanecendo sendo a mesma, nem de objeto, visto que a mãe, que representa o seu primeiro objeto de amor, se torna o protótipo das escolhas amorosas que ele irá fazer na vida adulta, caso ele realize uma escolha de objeto de tipo anaclítico, que é a mais comum entre os homens.

O desligamento dos pais, que representa, para Freud (1905a), uma das realizações psíquicas mais difíceis e necessárias para que a menina se transforme em uma mulher, pode não se efetuar. Sendo assim:

Em cada uma das etapas do curso de desenvolvimento por que todos os indivíduos são obrigados a passar, um certo número deles fica retido, de modo que há pessoas que nunca superam a autoridade dos pais e não retiram deles sua ternura, ou só o fazem de maneira muito incompleta. Em sua maioria, são moças que, para a alegria dos pais, persistem em seu amor infantil muito além da puberdade, e é muito instrutivo constatar que é a essas moças que falta, em seu posterior casamento, a capacidade de dar ao marido o que é devido a ele. Tornam-se esposas frias e permanecem sexualmente anestesiadas. Com isso se aprende que o amor sexual e o que parece ser um amor não-sexual pelos pais alimentam-se das mesmas fontes, ou seja, o segundo corresponde apenas a uma fixação infantil da libido (Freud, 1905a, p.214-215).

Quando Freud (1905a) observou que nem sempre as meninas conseguem estabelecer um distanciamento dos seus pais, tão necessário para o desenvolvimento da sua sexualidade, ele ainda não havia percebido a relevância que a relação da menina com sua mãe tem para o seu processo de passagem da menina à mulher.

Para Zalcberg (2019), Freud não foi capaz de perceber a relevância dessa relação pelo fato de sua primeira formulação acerca da sexualidade feminina se basear na ideia de que, inicialmente, o comportamento sexual da menina seria semelhante ao do menino. Foi essa formulação que, na opinião da autora, afastou Freud da descoberta que o levaria a localizar a importância da mãe para o destino da

filha como mulher: a existência de uma fase de forte ligação da menina com sua mãe que antecede a sua entrada no Édipo.

Como foi mencionado anteriormente, essa descoberta só foi possível a partir do seu encontro com a jovem paranoica e a jovem homossexual. O encontro de Freud com essas mulheres, que ele acolheu em dois momentos diferentes na sua clínica, despertou nele não só o desejo de investigar mais de perto o curso do desenvolvimento da sexualidade feminina, como também a especificidade da relação mãe-filha. Essa investigação o levou a manifestar uma insatisfação em relação à analogia estabelecida, até então, entre os dois sexos no que se refere ao desenvolvimento da sexualidade, e a questionar a veracidade dessa tese, como é possível verificar em dois momentos da sua obra.

Em *Uma criança é espancada*, escrito em 1919, Freud buscou identificar a origem da fantasia de espancamento manifestada pelas crianças de ambos os sexos. Ao finalizar essa investigação, Freud (1919) concluiu que não existia um paralelo entre as fantasias de espancamento apresentadas tanto pelos meninos, como pelas meninas. Essa conclusão o levou a colocar em xeque a tese de que existiria uma analogia entre o desenvolvimento sexual de ambos os sexos, que ele admitiu, nesse momento, ser enganosa.

Mais tarde, em *Um estudo autobiográfico*, no qual Freud (1924-1925) fez uma revisão das suas descobertas científicas, ele admitiu novamente, em uma nota de rodapé acrescentada em 1935, que ele havia cometido um erro, quando afirmou existir uma analogia entre os dois sexos:

As informações sobre a sexualidade foram obtidas do estudo de homens e a teoria dele deduzida se preocupou com crianças do sexo masculino. Foi bastante natural encontrar um paralelo completo entre os dois sexos; mas isso afinal não vigorou. Pesquisas ulteriores revelam diferenças profundas entre o desenvolvimento sexual de homens e mulheres (Freud, 1924-1925, p.41).

A descoberta da existência de uma fase de forte ligação da menina com sua mãe, que antecede a sua entrada no Édipo, levou Freud a se reposicionar em relação às suas primeiras formulações sobre o Complexo de Édipo, que ele descreveu na lição V da obra que ele dedicou ao estudo dos sonhos. Ao finalizar suas investigações sobre a relação mãe-filha, Freud (1923) concluiu que tanto a menina, como o menino, elege a mãe como o seu primeiro objeto de amor, direcionando para ela seus impulsos sexuais. Portanto, o primeiro objeto de amor de uma menina não é o genitor do sexo

oposto, como ele havia pensado, mas a mãe. Ambos os sexos elegem um mesmo objeto para amar e se comportam de uma forma semelhante em relação aos seus primeiros investimentos sexuais nesse objeto.

Essa relação que se estabelece, inicialmente, entre a mãe e a criança sofre destinos diferentes, quando ela ingressa no Complexo de Édipo. O menino mantém sua escolha objetal e rivaliza com o pai, já a menina troca de objeto caminhando em direção ao que Freud (1924) considera ser uma feminilidade normal. É essa diferença que se refere ao destino dado para essa relação que marca, para Freud (1924), uma distinção no processo de desenvolvimento sexual da menina e do menino.

A descoberta de uma fase pré-edípica de forte ligação da menina com sua mãe representou, portanto, um marco para as pesquisas de Freud sobre a sexualidade feminina, pois foi a partir dessa descoberta que Freud não só questionou as primeiras formulações que ele fez na sua obra sobre o desenvolvimento sexual feminino, como também conseguiu estabelecer uma distinção entre o processo sexual de ambos os sexos. Isso possibilitou que ele avançasse nas suas pesquisas e esclarecesse alguns pontos, até então, obscuros em relação ao desenvolvimento sexual das mulheres.

A fase de ligação exclusiva à mãe, que pode ser chamada de pré-edípica, tem nas mulheres uma importância muito maior do que a que se pode observar nos homens. Desse modo: “Muitos fenômenos da vida sexual feminina, que não foram devidamente compreendidos antes, podem ser explicados por referência a essa fase” (Freud, 1931, p.238-239).

Algumas contribuições que Freud e Lacan fizeram na sua obra sobre a relação entre a mãe e a filha serão vistas a seguir.

#### **4.5 Entre mãe e filha: para Freud, o que se transmite?**

De acordo com o que foi discutido anteriormente, Freud levou um tempo significativo para perceber a importância da mãe para o destino da filha como mulher. Essa descoberta só foi possível a partir do encontro com a jovem paranoica e a jovem homossexual. O encontro com essas pacientes, que apresentavam uma forte fixação na mãe, revelaram para Freud não só que a mãe é o primeiro objeto de amor da filha, como também que existe uma fase de forte ligação da menina com sua mãe que antecede a sua entrada no Complexo de Édipo. Essas descobertas causaram em Freud uma certa perplexidade. Freud não conseguia compreender por que ele não

havia descoberto antes a importância da mãe para o desenvolvimento da filha em mulher.

Sua descoberta o levou a formular duas hipóteses para a dificuldade em perceber a relevância dessa relação. Uma questão transferencial, relacionada ao fato de ele ser um analista homem. Isso pode ter contribuído para que as suas analisandas transferissem para ele as questões relacionadas à ligação com o pai, diferente do que normalmente acontecia com analistas mulheres, como Jeanne Lampl-de Groot e Helene Deutsch, que foram alvo da projeção dos afetos e conflitos vivenciados pelas pacientes com sua própria mãe. Para além desse aspecto transferencial imaginário, Freud (1931) atribuiu também essa dificuldade à repressão, conforme a seguinte passagem extraída do texto no qual ele mencionou essas hipóteses. De acordo com Freud: “Tudo na esfera dessa primeira ligação com a mãe me parecia tão difícil de apreender nas análises, tão esmaecido pelo tempo e tão obscuro e quase impossível de revivificar –que era como se houvesse sucumbido a uma repressão especialmente inexorável” (Freud, 1931, p.234).

Embora a mãe seja uma figura central no processo de transformação da menina em mulher, é imprescindível que a menina realize o que Freud (1931) descreveu como uma mudança de objeto. Essa mudança de objeto da mãe para o pai representa para a menina uma das tarefas mais necessárias e difícil de ser realizada, como Freud (1931) observou ao afirmar que: “O afastamento da mãe não pode ser interpretado como uma simples mudança de objeto, é bem mais complexo, visto que vem acompanhado de manifestações diretas de hostilidade” (Freud, 1931, p.250). Por isso, há mulheres, como a jovem paranoica, que podem permanecer detidas em sua ligação original à mãe sem nunca alcançar uma verdadeira mudança de objeto em direção aos homens.

Com o intuito de compreender o motivo de ser tão difícil para a menina se separar da mãe, Freud (1931) buscou avaliar os motivos que a levariam a se afastar. Para realizar essa investigação, ele partiu de dois questionamentos: “Como a menina encontra o caminho para o pai? E quando e por que se desliga da mãe?” (Freud, 1932-1933, p.119).

Inicialmente, Freud mencionou algumas situações que poderiam motivar a menina a se afastar da mãe, que foram determinadas por alguns acontecimentos vivenciados no período que corresponde à infância. Dentre elas, ele destacou: o ciúme de irmãos e irmãs rivais, ou do próprio pai que, assim como as crianças, também pode

disputar o amor e a atenção da mãe. O sentimento de que a mãe não lhe deu leite suficiente, não amamentou de forma adequada. As restrições impostas pela mãe a sexualidade da filha, especialmente na infância, em relação à masturbação e, após a puberdade, quando a mãe assume a responsabilidade de ser a guardiã da castidade da filha. O ressentimento por ser impedida pela mãe de vivenciar uma atividade sexual livre desempenha grande papel em seu desligamento da mãe. E, por fim, o fato dos investimentos da menina na mãe, tanto ativos como passivos, terem sido frustrados por ela.

Freud (1931) acabou abandonando essas hipóteses iniciais que poderiam responder as suas indagações, já que essas situações levantadas por ele também eram vivenciadas pelo menino e não foram suficientes para afastá-lo do objeto materno, por isso, muitas delas não passavam, para Freud (1932-1933), de racionalizações. A verdadeira origem da hostilidade que acompanha esse passo da menina em direção ao pai que, no pensamento de Freud (1932-1933), poderia esclarecer esse afastamento, ainda não havia sido encontrada. Para chegar a uma resposta satisfatória, era necessário encontrar algo específico da menina, que não estivesse presente da mesma maneira nos meninos.

Todos esses acontecimentos, segundo Freud, poderiam motivar o afastamento da menina da mãe representavam vivências de castração. Por isso, após refutar as hipóteses levantadas inicialmente, não foi difícil, para ele, concluir que o verdadeiro motivo que levaria a menina a se separar de sua mãe estaria relacionado ao impacto do complexo de castração na sua psique.

Foi em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, de 1925, que Freud se propôs a pensar as consequências psíquicas da descoberta da diferença sexual para ambos os sexos. Ao realizar essa análise, ele concluiu que diferentemente do menino, que frente à descoberta da diferença sexual, teme a castração, a menina reconhece a sua condição de castrada e a superioridade masculina e a sua própria inferioridade. Por esse motivo, ela se rebela, em um primeiro momento, contra esse estado de coisa, alimentando por um tempo a crença de que só mulheres como ela, que foram acometidas por um infortúnio, são castradas.

A recusa inicial da menina em aceitar que todas as mulheres são castradas, incluindo a sua mãe, pode ser justificada pelo fato de que ao admitir a castração materna, a menina não só cai da posição de ser o objeto de completude da mãe, como

também perde, segundo Zalcberg (2007), seu senso de identidade, pois era como objeto da mãe que ela se reconhecia até esse momento.

Só quando a menina conclui que a todas as mulheres, incluindo a mãe, falta aquilo que ela anseia, o falo, é que ela se ressentida e se afasta, responsabilizando a mãe por tê-la colocado no mundo nessa condição, incompleta. A descoberta de que a mãe, como todas as mulheres, é também castrada representa, portanto, um marco decisivo no processo de transformação da menina em mulher, como demonstrou Freud ao afirmar:

Ora, devido à influência de sua inveja do pênis, ela perde o prazer que obtinha de sua sexualidade fálica. Seu amor-próprio é modificado pela comparação com o equipamento muito superior do menino e, em consequência, renuncia à satisfação masturbatória derivada do clitóris, repudia seu amor pela mãe e, ao mesmo tempo, não raro reprime uma boa parte da sua sexualidade em geral (Freud, 1932-1933, p.126).

Distintamente do que acontece com o menino, esse afastamento da menina da mãe não se dá por completo, uma vez que o destino da relação da criança com o primeiro objeto de amor tem, para Freud (1924), desdobramentos diferentes para ambos os sexos.

O menino, diante da descoberta da diferença sexual, se afasta completamente da mãe e se volta para o pai. Esse afastamento, que resulta na destruição completa do Complexo de Édipo, se dá em função do temor que ele sente de ser castrado. É esse temor que o leva a abandonar ou sublimar a libido investida naquela que representou seu primeiro objeto de amor, a mãe.

No caso da menina, o reconhecimento da distinção anatômica entre os sexos não leva a destruição do Complexo de Édipo, mas força a sua entrada nesse complexo, na medida em que é o reconhecimento da castração materna que leva a menina a se afastar da mãe e se voltar para o pai. No entanto, esse afastamento não se dá por completo. Surge, daí, uma pergunta sobre o lugar que uma filha mulher pode ocupar no desejo da mãe. O psicanalista Serge André pergunta: “[...] a relação ao pai, que se instaura no Édipo propriamente dito da menina, tem função de metáfora ou apenas de metonímia quanto à relação com a mãe?” (André, 1987, p.170).

Como foi discutido anteriormente, Lacan (1957-1958) descreveu a função paterna em termos de uma metáfora, que consiste na substituição de um significante por um outro significante. Para André, no caso da menina, há um fracasso parcial da metáfora paterna. Apesar do pai promover um distanciamento entre a mãe e a filha

necessário para ela se constituir como um sujeito desejante, ele não faz desaparecer a relação primária com a mãe. A menina mantém uma ligação com sua mãe e pode se fixar no pai, transferindo para ele os mesmos afetos vivenciados com a mãe. Como observou Freud ao afirmar que: “Onde a ligação da mulher com o pai era particularmente intensa, a análise mostrava que essa ligação foi precedida por uma fase de ligação exclusiva à mãe, igualmente intensa e apaixonada” (Freud, 1931, p.233).

Esse prolongamento da relação primária estabelecida com a mãe por intermédio do pai impossibilita, no caso da menina, a dissolução completa do Complexo de Édipo. Este, diz Freud “com muita frequência, de modo algum é superado pela mulher” (Freud, 1931, p.238), enquanto falta à menina as influências hostis que, no menino, levaram à demolição do Complexo de Édipo. Há, portanto, algo da relação que a menina estabelece com sua mãe que se mantém por toda a vida, um resto que atravessa a vida da mulher, que pode se prolongar tanto na relação que ela estabelece com o pai, quanto com seu companheiro, caso um dia ela escolha alguém para ser o substituto do pai, conforme afirmou Freud:

Há muito tempo, observamos que muitas mulheres que escolheram o marido conforme o modelo do pai, ou o colocaram em lugar do pai, não obstante repetem para ele, em sua vida conjugal, seus maus relacionamentos com as mães. O marido de tal mulher destina-se a ser o herdeiro de seu relacionamento com o pai, mas, na realidade, tornou-se o herdeiro do relacionamento dela com a mãe (Freud, 1931, p.239).

Os desdobramentos da relação entre mãe e filha na vida de uma mulher não se restringe apenas à relação com seu próprio pai ou companheiro, Freud (1931) estabeleceu também uma correlação entre a fase pré-ediapiana e o surgimento da neurose. É nessa fase que ocorre todas as fixações e repressões que dão origem à histeria e à paranoia, que se relaciona ao medo de ser devorada pela mãe.

No recorte da clínica psicanalítica que realizei com mulheres que fizeram uma escolha pela maternidade, é possível perceber outro desdobramento da relação mãe-filha para a vida da mulher que não foi mencionado por Freud em sua obra. Esse desdobramento se relaciona às repercussões dessa relação no modo como cada mulher vivencia a maternidade, constrói a sua identidade como mãe e inscreve o filho no seu desejo, e até no sofrimento que pode advir dessa experiência. Essa questão será discutida no final desse capítulo, quando vou abordar com mais profundidade os casos já mencionados no capítulo anterior.

Por ora, com o intuito de avançar nessa discussão sobre a dificuldade que a filha sente de se afastar e se diferenciar da mãe, trarei algumas considerações que Lacan fez na sua obra sobre a delicada relação mãe-filha que também podem esclarecer essa dificuldade.

Ao contrário da justificativa apresentada por Freud, que atribuiu a dificuldade da menina de se afastar de forma definitiva da mãe à falta de um motivo para reprimir os anseios vivenciados em relação ao par parental, para Lacan (1972), essa dificuldade pode ser atribuída ao fato da menina buscar na mãe um ponto de identificação, algo que possa auxiliá-la na construção de uma feminilidade própria, já que a mãe é uma figura central na construção da feminilidade pela filha, conforme ele demonstrou:

Por essa razão, a elucubração freudiana do complexo de Édipo, que faz da mulher peixe na água, pela castração ser nela ponto de partida, contrasta dolorosamente com a realidade de devastação que constitui, na mulher, em sua maioria, a relação com a mãe, de quem, como mulher, ela realmente parece esperar mais substância que do pai- o que não combina com ele ser segundo, nessa devastação (Lacan, 1972, p.465).

Essa necessidade que a filha sente de se espelhar na mãe para construir uma identidade feminina própria pode ser atribuída ao fato de o pai não ser capaz de transmitir algo que possa auxiliá-la nesse sentido. Diferente do que acontece com o menino, que ao se identificar com o pai como portador do falo, ele sai do Édipo com o que Lacan (1957-1958) identificou como um título de “virilidade no bolso”, a menina não encontra no pai esse apoio para construir uma feminilidade própria.

Por ser ela, de acordo com Lacan (1972-1973), não-toda inscrita na lógica fálica, a menina padece da falta de um significante que a represente no inconsciente, como é o falo para o menino, por isso, o pai como portador do falo não é capaz de transmitir para a menina algo que possa auxiliá-la na construção da sua feminilidade. Pois, como afirmou Lacan: “Ela não tem de fazer essa identificação nem guardar esse título de direito à virilidade” (Lacan, 1957-1958, p.202). É, portanto, na mãe, mulher como ela, que a menina irá buscar essa identificação.

Devido à busca da menina por algo na mãe que a auxilie a construir a sua identidade como mulher, a relação mãe-filha, é sempre permeada de sentimentos ambivalentes e contraditórios. Como observou Freud (1919), a filha não só rivaliza com a mãe o amor do pai, nutrindo por ela, em função dessa rivalidade, sentimentos



de hostilidade e ódio, como também sente por ela um misto de admiração e de dependência afetiva, por conservar uma identificação com ela.

São esses sentimentos ambivalentes e contraditórios que a filha sente pela mãe que pode levá-la a cuidar excessivamente da mãe e ao que Freud (1931) nomeou “catástrofe”. Trata-se, para Freud (1931), de um acontecimento que normalmente ocorre na vida de uma mulher em três situações: quando ela permanece detida em sua ligação original com a mãe sem nunca alcançar uma verdadeira mudança de objeto; quando ela retorna à ligação com a mãe que abandonara em função de um forte desapontamento com o pai; e, finalmente, no decorrer da vida, quando ela repetidamente muda de uma posição para a outra, da mãe para o pai, do pai para a mãe.

Em *Sexualidade feminina*, Freud (1931) mencionou a luta da menina, durante a infância, para sair do domínio materno, reproduzindo de forma ativa uma impressão que recebeu da mãe ou de seus substitutos de forma passiva. Para exemplificar, ele se refere às brincadeiras de criança, especialmente àquelas que a criança transforma a mãe em um objeto e comporta-se para com ela de forma ativa ou que ela reproduz o mesmo comportamento da mãe com outra criança.

Ao mencionar a luta da menina para se separar da mãe tentando passar da passividade para a atividade, Freud (1931) revelou o quanto é difícil e conflituoso para uma menina se separar da mãe e se distinguir dela. Essa dificuldade pode estar relacionada tanto a culpa que a menina atribui à mãe por ter lhe colocado no mundo castrada, quanto a sua recusa em subjetivar e reconhecer a castração materna, uma vez que seu amor era dirigido a uma mãe fálica e não a uma mãe castrada. Devido a isso, a menina se ressentida com a mãe quando descobre que, como todas as mulheres, ela também é castrada. Sendo assim:

As meninas responsabilizam sua mãe pela falta de pênis nela e não perdoam por terem sido, desse modo colocadas em desvantagem. Sentem-se injustiçadas, muitas vezes, declaram que querem “ter uma coisa assim também”, e se tornam vítimas da inveja do pênis (Freud, 1932-1933, p.124-125).

Ao responsabilizar a mãe pela sua condição, a menina espera que ela lhe dê aquilo que ela sente que foi privada: o falo. Com isso, ela acaba se fixando na mãe na esperança de que, em algum momento, ela vai atender à sua expectativa, direcionando para ela queixas, críticas e acusações, que mascaram os sentimentos

hostis que ela sente pela mãe tê-la trazido ao mundo em uma posição de desvantagem.

A catástrofe se relaciona, então, ao destino do falo na menina, ao *penisneid*, “que deixa marcas indeléveis em seu desenvolvimento e na formação de seu caráter” (Freud, 1932-1933, p.154).

Para avançar mais nessa discussão sobre a dificuldade da filha de se separar da mãe, reflexão importante para esta tese, trarei, a seguir, algumas considerações de Lacan sobre a devastação materna.

#### 4.6 A devastação materna

Em sua obra, Lacan se referiu à devastação tanto para falar da relação mãe-filha, quanto da mulher com o seu companheiro. Embora se trate de duas perspectivas importantes para compreendermos esse fenômeno, nesta tese, discuto a devastação apenas na perspectiva da relação mãe-filha, uma vez que algo da relação que uma mulher estabelece com sua mãe pode reverberar tanto no modo como ela experencia a maternidade, inscreve o filho no seu desejo e se apropria da função materna, quanto no sofrimento que pode advir dessa experiência.

Lacan abordou a devastação na relação entre mãe e filha a partir de duas vertentes: uma fálica, que se relaciona ao lugar que a criança ocupa no desejo da mãe, e outra para além do falo, que se articula à noção do não-todo e do gozo feminino, que ele desenvolveu no *Seminário XX, mais ainda*.

Foram essas noções que possibilitaram outra leitura a respeito do feminino e que ele abordasse a relação mãe-filha em uma perspectiva diferente de Freud, que reduziu essa relação a termos fálicos.

Lacan mencionou pela primeira vez o termo *ravage*, que em português traduzimos por “estrago” ou “devastação”, no texto “*L’ étourdi*”, de 1972. Nesse texto, ele relacionou a devastação materna à expectativa da filha de receber da mãe uma identificação feminina, algo que a auxilie na construção de uma feminilidade própria, uma vez que, para a filha, a feminilidade “aparece para ela como se estivesse envolta em um mistério do qual a mãe, figura feminina por excelência, supostamente detém a chave. Todas as chaves” (Zalcborg, 2019, p.9).

Por ser a mãe também uma mulher, a menina, nessa situação cisheteronormativa que estamos investigando, espera que ela seja capaz de fornecer-

lhe não só elementos para ela construir uma feminilidade própria, como também uma resposta para uma pergunta que ressoa no inconsciente feminino, que se apresenta como um enigma para a menina: afinal, o que é ser uma mulher?

É esse enigma que, para Zalcborg (2019), leva a filha a dirigir a mãe uma pergunta que ganha força especialmente na adolescência, momento em que ela é convocada a assumir uma posição feminina: “Mãe, o que é ser mulher para você”?

O destino da filha como mulher vai depender, então, de como a mãe lidou com sua própria feminilidade, de como ela transitou nos dois lugares que ela ocupa perante a filha-mãe e mulher, e das respostas que ela encontrou para o enigma da feminilidade. Essas respostas são sempre únicas e singulares, uma vez que não existe uma resposta universal para essa pergunta que ressoa no inconsciente feminino. Por isso, a mãe só é capaz de transmitir para a filha as saídas que ela encontrou para construir a sua própria feminilidade.

Essa impossibilidade da mãe em transmitir para a filha uma resposta que seja universal sobre o que é ser uma mulher pode ser justificada pela máxima lacaniana: “A mulher não existe.”, que foi objeto de críticas por parte das feministas. Essa é a fórmula que Lacan encontrou para explicar que não existe um significante especificamente feminino que represente o sujeito feminino no inconsciente, como é o falo para aqueles que se posicionam do lado masculino da tábua da sexuação. Por isso, para Lacan, a mulher “[...] só se pode escrever barrando-se o A. Não há A mulher, artigo definido para designar o universal” (Lacan, 1972-1973, p.98).

A ausência de um significante especificamente feminino, que fundamente para a mulher seu ser em termos de identificação, impõe uma série de dificuldades para ela ascender à uma posição feminina. Devido à ausência desse significante especificamente feminino e de um modelo único de feminilidade, com o qual a mulher poderia se identificar, dado o modelo cultural androcêntrico ainda ressoar como hegemônico, mesmo em tempos pós-feministas e pós-patriarcais, a mãe não pode fornecer um traço único a filha que possibilite dar suporte a sua identidade de mulher, a menina terá que construir uma feminilidade própria. Trata-se, portanto, de uma invenção. Por isso, a menina busca na mãe, mulher como ela, um ponto de partida para essa construção.

Para Zalcborg (2019), a mãe auxilia a filha nessa construção não só transmitindo as soluções que ela foi capaz de inventar para se construir como mulher, como também assegurando para a filha por meio do seu olhar uma identidade estável

e uma imagem consistente do seu corpo, na medida em que o olhar receptivo, quase cúmplice da mãe para a filha, valida seu pequeno corpo como um corpo feminino, como apontou Zalcberg ao afirmar que: “Com esta imagem legitimada pela mãe, a menina adquire uma matriz não só de seu ‘eu’ mas de seu ‘eu’ feminino” (Zalcberg, 2019, p.19).

Por causa dessa dependência que a filha sente do olhar da mãe para validar seu corpo de menina, Zalcberg afirma que as filhas costumam guardar para sempre as impressões da maneira como foram olhadas, tocadas e investidas pelas mães na origem de sua imagem feminina, base da sua identidade singular.

No entanto, para que a mãe seja capaz de validar com seu olhar o corpo feminino da filha e transmitir algo do modo como ela lidou com a sua própria feminilidade é preciso que ela própria tenha encontrado uma forma de viver a sua feminilidade. Do contrário, mãe e filha podem ter dificuldade de se separar, de estabelecer uma distância mínima necessária para que cada uma, à sua maneira, construa o seu destino como mulher.

A menina, diz Zalcberg, por depender dos recursos psíquicos que a mãe adotou para aquisição da sua identidade feminina, pode ficar fixada na mãe na espera de uma orientação. Já a mãe, por buscar na filha uma resposta para alguns questionamentos acerca da sua identidade como mulher, pode não permitir que a filha se distancie e se diferencie dela. Essa fixação da filha na mãe e da mãe na filha pode ser devastador para a menina, que ao ficar à espera de uma resposta que a mãe não pode lhe dar, não consegue se separar daquela que deveria lhe apontar os caminhos a serem percorridos para que ela se transforme em uma mulher.

Essa fixação da menina na mãe, que pode comprometer a construção de uma identidade feminina própria, pode influenciar também o modo como algumas mulheres que fizeram uma escolha por filhos experenciam a maternidade, e até as dificuldades e impasses que elas podem vivenciar em relação ao exercício da função materna. A seguir, apresento o fragmento de um caso clínico que traz em cena essa questão.

Flávia é uma jovem mãe que buscou análise quando engravidou pela segunda vez. O sexo do bebê foi o que motivou a sua busca por uma análise. Flávia ficou muito angustiada quando foi informada que estava gestando uma menina. Ela relata: “Eu tenho uma ótima relação com minhas amigas, somos amigas dos tempos de infância, mas apesar de ser uma amizade de longa data, me sinto uma estranha perto delas, um peixe fora da água, a verdade é que não me identifico com coisas de mulheres,

não me sinto mulher. Como posso ser mãe de uma menina se eu não me identifico com o universo feminino?”

No decorrer da análise, foi possível recolher alguns elementos que concernem à história familiar da paciente, especialmente sobre a relação com sua mãe, com quem ela mantém uma convivência distante e conflituosa. Flávia se ressentia pelo fato de a mãe não ser para ela uma inspiração, um exemplo, alguém em quem ela pudesse se espelhar como mulher. A falta de uma referência na mãe contribuiu para a angústia, o medo e a insegurança que a paciente sente de criar e educar uma menina.

Donald Winnicott<sup>15</sup> afirma que há, para cada mulher, sempre três mulheres: ela mesma, sua mãe e a mãe da sua mãe, uma vez que o que uma mulher transmite para a filha sobre a sua feminilidade é atravessado pelo que foi transmitido para ela pela sua mãe, ao longo da sua vida. Por isso, para toda mulher há sempre três mulheres que participam da construção que ela faz de uma feminilidade própria.

No momento em que Flávia engravidou de uma menina, ela se sente incapaz de criar a filha, que vai requerer dela algo que nem sua própria mãe foi capaz de lhe dar, uma orientação em relação ao que é ser uma mulher. A chegada da filha, que deveria ser vivenciada com entusiasmo e alegria, como foi o nascimento do primeiro filho, se transforma em uma fonte de mal-estar e sofrimento. Trata-se, portanto, de um caso que revela como a relação que uma mulher estabeleceu com sua mãe pode repercutir no modo como ela vivencia a maternidade e até no sofrimento que pode advir dessa experiência. Daí a relevância de investigar essa questão e compreender o mal-estar manifestado por algumas mulheres com a chegada do filho, a partir da relação que a mulher que se torna mãe vivenciou com sua própria mãe nos primórdios da sua infância. A seguir, abordarei outra face da devastação que comporta uma dimensão fálica ligada ao desejo da mãe.

#### **4.7 A devastação pelo viés do desejo da mãe**

Lacan abordou a devastação por intermédio do estudo do desejo da mãe no *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. Ao se referir ao desejo materno como algo

---

<sup>15</sup> WINNICOTT, D. W. *Conversações*. Londres: [s. ed.], 1987.

que sempre causou estragos, independente da criança ser um menino ou uma menina, ele avaliou:

O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão- a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso. Então, tentei explicar que havia algo de tranquilizador. Digo-lhes coisas simples, estou improvisando, devo dizer. Há um rolo, de pedra, emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo de fecha (Lacan, 1970, p.118).

Para compreender essa citação é necessário trazer as considerações que Lacan teceu sobre o complexo de Édipo no *Seminário V: As formações do inconsciente*. Nesse seminário, ele descreveu de forma minuciosa o que se passa entre a criança e a mãe no período que antecede a entrada do pai na tríade mãe, criança e falo.

Por nascer em uma condição de desamparo e de dependência, a criança busca, em um primeiro momento, se relacionar com a mãe ou com qualquer um que se disponha a fazer função de mãe. Essa relação que se estabelece entre a criança e a mãe, logo após o seu nascimento, não se dará, segundo Lacan (1957-1958), com a mãe como pessoa, mas com seu desejo. Para ele, existe uma diferença entre desejar algo ou desejar o desejo de um sujeito. Por isso, inicialmente, a mãe é para a criança um objeto visado por seu desejo profundamente oculto.

Esse desejo da mãe que a criança deseja encontra-se, no início, sem mediação, já que no período que antecede a entrada da criança no Édipo o pai é uma figura quase que inexistente, que se faz presente apenas de forma velada. Isso se justifica não só porque o desejo da mãe desejado pela criança comporta em si, de acordo com Brousse (2004), uma zona obscura, não saturada pelo Nome-do-pai, e como tal sem limite definido, mas também porque a mãe é para a criança, segundo Soler, “uma imagem de suas primeiras angústias, lugar de um enigma insondável e de uma ameaça obscura” (Soler, 2005, p.91).

Para a criança satisfazer o desejo da mãe é necessário, para Lacan (1957-1958), saber como ela poderá ir ao encontro do objeto de desejo da mãe. Nesse momento, o falo representaria o significante do desejo que desempenha um papel primordial no processo de estruturação subjetiva da mãe enquanto um sujeito desejante. O desejo da mãe é significado pelo falo. Por isso, para ele, “Não há nenhum

outro desejo do qual ela dependa mais estreitamente e mais diretamente que o desejo da mulher, na medida em que ele é significado, exatamente por aquilo que lhe falta, o falo” (Lacan, 1957-1958, p.297).

Lacan justifica a presença desse significante na relação entre a criança e a mãe da seguinte forma:

Posto que os homens lidam com o mundo do significante, são os significantes que constituem o desfiladeiro por onde é preciso que passe seu desejo. Por essa razão, esse vaivém sempre implica o fator comum na incidência do significante no desejo, naquilo que o expressa, naquilo que faz dele, necessariamente, um desejo significado- esse fator comum é, precisamente, o falo (Lacan, 1957-1958, p.309).

Para que a criança realize, então, o desejo da mãe não há outro meio senão o de surgir no lugar do objeto do desejo dela. Para isso, é necessário que a mãe tenha se constituído para ela como um objeto primordial que pode estar ou não presente, e que a criança se abra para se inscrever no lugar de metonímia da mãe, para se transformar no seu assujeito, como afirmou Lacan:

É necessário e suficiente que o (Eu) latente no discurso da criança venha aqui em D, constituir-se no nível do Outro que é a mãe- que o (Eu) da mãe torne-se o Outro da criança, que o que circula no nível da mãe em D, na medida em que ela mesma articula o objeto do seu desejo, venha em M cumprir sua função de mensagem para a criança, o que supõe que, no final das contas, este renuncie a seja lá o que for que é sua fala própria, mas não há dificuldade nisso, porque sua fala própria, nesse momento, ainda está basicamente em formação (Lacan, 1957-1958, p.208).

Para que o círculo não se feche completamente em torno da criança e ela não se torne, pura e simplesmente, o objeto de desejo da mãe, é preciso que ela se desloque da posição de ser o objeto metonímico da mãe. Para isso, é necessário que o pai entre em jogo e que sua fala intervenha efetivamente no discurso da mãe, considerando aqui pai e mãe como funções estruturantes (materna e paterna) e não como pessoas com identificação cisheteronormativa em uma família nuclear.

Para Lacan (1957-1958), o pai enuncia um não endereçado à mãe que se transmite para a criança por meio da mensagem que ela recebe da mãe. Com isso, a criança é desalojada, para seu grande benefício, da posição de objeto metonímico da mãe. Mais tarde, Lacan irá atribuir esse suposto não paterno, que demarca um limite para a satisfação plena, à própria insuficiência da linguagem que marca um impossível estrutural.

Essa entrada do pai na relação que se estabeleceu entre a mãe e a criança vai depender do significado que o falo tem para a mãe, ou seja, do modo como ela lidou com sua castração. Para descrever o que o falo pode representar para uma mulher, Lacan (1957-1958) elegeu dois termos: injeto e adjeto. O termo “adjeto” refere-se a um objeto que lhe falta, do qual ela foi privada e que ela tem permissão para desejar. Esse objeto, no seu imaginário, pode ou não lhe ser dado. Já o termo “injeto” refere-se a algo que lhe é introduzido, caso a mãe seja uma mulher que chegou à plenitude de suas capacidades de voracidade feminina

Para que a mulher autorize o pai a intervir na relação que ela estabeleceu com a criança, é necessário, então, que ela tenha consentido com a sua castração, ou seja, que o falo represente para ela um objeto que pode ou não lhe ser dado. Do contrário, ela dificilmente irá legitimar o pai no lugar de lei, daquele que intervém como proibidor.

Miller (2014), em *A criança entre a mulher e a mãe*, aponta para uma importante questão sobre o pai. Para ele, para que a mulher legitime a palavra do pai não basta apenas o respeito pelo Nome-do-Pai, é necessário, também, que o não-todo do feminino seja preservado, ou seja, que a mãe não deixe de ser também uma mulher. Para isso, é preciso “[...] que a mãe não esteja dissuadida de encontrar o significante de seu desejo no corpo de um homem” (Miller, 2014), como avaliou Lacan (1958) em *A significação do falo* (Lacan, 1958, p.107). Mas, para que a mãe se apresente como um sujeito dividido entre a maternidade e o feminino, para que ela continue a desejar como mulher, é preciso que o objeto criança não seja tudo para ela, ou seja, que a criança não sature a falta em que se apoia o seu desejo. Para isso, é necessário que o pai se apresente também como um homem, alguém que tem para dar aquilo que a mãe deseja.

De acordo com Lacan (1957-1958), nos casos em que o pai ama excessivamente a mãe e se torna dependente dela, ficando sob a suspeita de não ter para dar aquilo que ela deseja, ou que ele permanece como alguém muito distante ou derrocado, por ser demasiadamente proibidor, ele dificilmente consegue intervir como alguém capaz de impedir a mãe de integrar a criança como seu produto, de inscrevê-la no seu desejo no lugar de objeto fetiche capaz de tamponar com sua presença a falta materna.

Ao descrever essas posições que o pai pode ocupar diante da mãe, Lacan não quis dizer que o pai que se encontra em alguma das situações descritas não tenha



entrado no jogo, ou seja, que ele não interveio na relação que a mãe estabeleceu com a criança, mas que sua palavra não tem qualquer incidência sobre a mãe que, em situações como essa, acaba ditando a lei no lugar do pai, que se torna inoperante. Sendo assim:

No momento em que a intervenção proibidora do pai deveria ter introduzido o sujeito na fase de dissolução de sua relação com o objeto do desejo da mãe, e cortado pela raiz qualquer possibilidade de ele se identificar com o falo, o sujeito encontra na estrutura da mãe, ao contrário, o suporte, o reforço que faz com que essa crise não ocorra (Lacan, 1957-1958, p.215).

A devastação, que consiste na impossibilidade da criança se separar da mãe, é um dos nomes que, segundo Miller (1999), Lacan dá ao fracasso da metáfora paterna, já que nos casos de devastação entre mãe e filha, o pai como agente da privação fica impossibilitado de cumprir a sua função, como observou Marie-Helène Brousse (2004), ao afirmar que o traço que caracteriza o pai nesses casos é sempre a impotência. Por isso, a devastação pode ser descrita, de acordo com Graciela de Lima Pereira Bessa (2012), como efeito da incidência de um gozo puro, não limitado pelo falo, sem contorno e estaria situado nesse desejo voraz e impossível de suportar, antes de ser metaforizado e apreendido pelo nome do pai.

É nesse sentido que o desejo da mãe pode ser devastador para uma criança, algo que sempre carrega estragos, como afirmou Lacan (1970), uma vez que diante da dificuldade da mãe de se apresentar como um sujeito castrado, marcado por uma falta, a criança fica exposta não só à voracidade materna, como também a um gozo sem limites.

Diante disso, resta a criança apenas duas saídas, duas respostas possíveis, como apontou Brousse (2004): ser o objeto fetiche da mãe ou arrancar dela aquilo que, de todo modo, não encontrará na troca que não existe e que, não arrancando antes, converte-se em dejetos. Trata-se de soluções que normalmente impossibilitam a separação daquela que representa o seu primeiro objeto de amor. Ao permanecer nessa posição, de Outro do gozo, a mãe convoca a criança à fusão impossível ou à perseguição.

A seguir, trato da implicação para a vida de uma mulher desses lugares de objeto fetiche ou dejetos que ela, como filha, pode se inscrever no desejo da sua mãe.

#### **4.8 A criança no desejo da mãe**

São diversos os lugares que uma criança pode ocupar no desejo da mãe. Por isso, ela é um objeto que se apresenta em distintas faces: objeto articulado ao falo, objeto "a" causa de desejo, objeto fetiche, dejetivo ou estranho, dentre outros. Esse lugar que, nas palavras de Lacan (1957-1958), inscreverá à criança em sua indizível e estúpida existência, irá marcar o seu destino enquanto sujeito, pois como apontou Cristina Drummond: "A maneira como a criança é olhada pelo outro tem consequências fundamentais em sua posição fantasmática. O olhar da mãe, como primeiro Outro do sujeito, é fundamental" (Drummond, 2015, p.95).

A posição que uma criança ocupa no desejo da mãe vai depender do lugar que o inconsciente materno inscreve o objeto criança surgido no real e da transmissão de um desejo não anônimo, nem que seja por intermédio das suas próprias faltas, como afirmou Lacan (1969).

Esse lugar que a mãe inscreve o filho no seu desejo, que antecede a sua chegada, relaciona-se, segundo Cássio Eduardo Soares Miranda e Ruth Helena Pinto Cohen (2012), a uma rede articulada de significações que se referem tanto à história de vida individual da mãe, às suas relações mais primitivas, ou seja, ao que foi vivido na travessia do Édipo com aqueles que ocuparam para ela o lugar de pai e mãe, quanto à história do casal, do encontro sintomático que o enlaçou.

Lacan em "Notas sobre a criança" descreveu o lugar que uma criança pode se inscrever no desejo da mãe a partir de duas perspectivas: a da criança como sintoma do par parental ou do objeto, a do fantasma materno. Para fazer uma distinção entre esses lugares que uma criança pode ocupar no desejo materno, Lacan (1969) analisou como o desejo da mãe se apresenta nas duas situações.

Quando o sintoma da criança responde ao que existe de sintomático na estrutura familiar, representando a verdade do casal parental, o lugar do pai, como função, ficou preservado. Nesse caso, o desejo da mãe se apresenta para a criança como um desejo dividido entre o filho e outra coisa, já que o pai pode operar tanto como uma metáfora, submetendo o desejo materno a uma lei, quanto um pai-*version*, que inscreveu a mulher no seu desejo no lugar de objeto "a" causa de desejo. Em francês, o termo *père-version* guarda uma homofonia entre versão do pai e perversão. Lacan (1972-1973) busca mostrar que o pai tem um desejo pervertidamente orientado, porque ele seria voltado a um objeto parcial, ou seja, ele também é castrado e isso é o que ele transmite.

Diferentemente do que acontece na situação em que a criança se inscreve como sintoma do par parental, quando a criança realiza a presença do que Lacan (1969) designou como objeto a na fantasia materna, o desejo materno se apresenta como um desejo não mediado por algo que coloque um limite no que há originalmente de ilimitado nesse desejo. Esse limite é, normalmente, assegurado pela função do pai. A ausência do pai como mediador da relação que se estabeleceu entre a criança e a mãe, como representante da lei, deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas do desejo materno, como apontou Lacan ao afirmar que:

A distância entre a identificação com o ideal do eu e o papel assumido pelo desejo da mãe, quando não tem mediação (aquela que é normalmente assegurada pela função do pai), deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas. Ela se torna o "objeto" da mãe e não mais tem outra função senão a de revelar a verdade desse objeto (Lacan, 1969, p.369).

Ao se colocar na posição de objeto da fantasia materna, “ela satura, substituindo-se a esse objeto, a modalidade de falta em que se especifica o desejo (da mãe), seja qual for sua estrutura especial: neurótica, psicótica ou perversa” (Lacan, 1969, p.370). Trata-se, portanto, para Lacan, da criança no lugar de objeto fetiche que, de acordo com Freud (1927), tem a função de ser um substituto para um pênis específico e muito especial, que foi extremamente importante na infância: o pênis da mulher (da mãe) que o menino um dia acreditou e que não deseja abandonar. O fetiche se destina, então, a preservá-lo da extinção, como demonstrou Freud ao tecer a seguinte observação sobre o objeto fetiche: “Podemos perceber agora aquilo que o fetiche consegue e aquilo que o mantém. Permanece um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela” (Freud, 1927, p.157).

Por ser o fetiche uma proteção contra a castração, para Freud (1927), ele estaria relacionado à impressão deixada no sujeito ao visualizar o órgão sexual feminino, que culminou com a descoberta da castração. Tal descoberta geraria um grau significativo de angústia que poderia levá-lo à criação do fetiche, que vela com a sua presença a falta, a castração na mulher. Sendo assim:

No conflito entre o peso da percepção desagradável e a força de seu contra desejo, chegou-se a um compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento – os processos primários. Sim, em sua mente a mulher teve um pênis, a despeito de tudo, mas esse pênis não é mais o mesmo de antes. Outra coisa tomou seu lugar, foi indicada como seu substituto, por assim dizer, e herda agora o interesse anteriormente dirigido a seu predecessor. Mas esse interesse sofre também um aumento extraordinário, pois o horror

da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto (Freud, 1927, p.157).

Embora Freud (1927) tenha feito menção apenas ao comportamento dos meninos no seu texto sobre o fetichismo para explicar a função desse objeto, o fetichismo não é um fenômeno que se restringe ao universo masculino, pois como observou Miller:

Nega-se à perversão às mulheres porque a clínica reserva para os homens a possibilidade de alienar seu desejo ou encarnar a causa desse desejo em um objeto fetiche. Isso, porém, significa não ver que a perversão é, de certa forma, normal do lado da mulher e é aquilo que se chama de amor materno que pode chegar até a fetichização do objeto infantil. Ele conforma-se à estrutura que a criança, como objeto de amor, só demanda se exercer a função de velar o nada, que é, cito, “o falo enquanto ele falta à mulher” (Miller, 2014, p.6).

Como foi discutido no capítulo anterior, a maternidade reatualiza para a mulher a vivência imaginária da castração, uma vez que o filho, como afirmou Lacan, ao interrogar “se a mediação fálica drena tudo o que se manifesta de pulsional na mulher, e notadamente toda a corrente do instinto materno, não drena tudo que há de pulsional em uma mulher” (Lacan, 1960, p.730). Há na mãe outro desejo que a criança, como um substituto simbólico do falo, não é capaz de realizar.

No entanto, ainda que o filho não drene tudo que há de pulsional na mulher, há mulheres como a mãe de Hans que, de acordo com Lacan (1957-1958), não consentem com a própria castração e, por isso, não se deixam ser privada, nem despojada do objeto do seu desejo.

São essas mulheres que se apresentam como fálicas, no sentido de alguém a quem não falta nada que, ao se tornarem mães, dificultam ou até impossibilitam a separação entre ela e a filha, tão necessária para o processo de transformação da menina em mulher. Quando a mãe não se posiciona como castrada, como um ser a quem falta algo, tanto a menina quanto o menino correm o risco de permanecerem fixados nela, devastados nessa relação, na medida em que a mulher que esconde a sua falta fálica é, segundo Ana Cláudia Santos Meira (2021), aquela que faz de seu bebê vítima da sua impossibilidade de consentir com a falta do pênis-falo, mantendo-se portadora de um falo que não está ali, mas que ela faz existir inscrevendo a criança no lugar do objeto capaz de tamponar com sua presença a falta materna, ou seja, de objeto fetiche. Ao inscrever o filho nesse lugar, ela segue se sentindo completa e

plena, não permitindo que a criança se desloque desse lugar de objeto fetiche, denunciando, assim, a castração materna.

Freud descreveu a relação da mãe com seu filho homem como “a mais perfeita, mais livre de ambivalência de todas as relações humanas” (Freud, 1932-1933, p.291).

Para Meira, no entanto, ao descrever a relação entre a mãe e um filho homem como a mais perfeita das relações, Freud não estava se referindo à toda relação entre a mãe e o filho, mas a um tipo específico de vínculo, de amor materno, que se manifesta entre um filho homem e uma mulher que, ao se tornar mãe, se mantém como portadora do falo inscrevendo o filho no lugar de objeto fetiche.

Esse tipo específico de vínculo se manifestaria da mesma forma no caso dessa relação se dá com uma filha mulher? Trata-se de um questionamento pertinente para a investigação proposta nesta tese, uma vez que a relação entre mãe e filha vai reverberar na construção que ela faz de uma feminilidade própria e no modo como ela inscreve o filho no seu desejo, se apropria da sua função e vivencia a maternidade. Por isso, para se compreender o mal-estar na maternidade manifestado pelas mulheres, que são objeto desta pesquisa, é necessário revisitar a história dessas mulheres com sua mãe e localizar qual o lugar que elas ocuparam no desejo materno. Daí a relevância de avançarmos ainda mais nessa exposição sobre os lugares que uma criança pode se inscrever no desejo da mãe, especialmente, observar qual o lugar que a filha pode ocupar no desejo da mulher que, ao se tornar mãe, não se deixa ser privada e nem despojada do seu objeto de desejo.

#### **4.9 O lugar da filha no desejo da mãe**

Para descrever o lugar que uma mulher que esconde a sua falta fálica inscreve a filha no seu desejo, trago a análise que Freud fez da vida de um dos pintores mais famosos da história: Leonardo da Vinci.

Embora se trate de uma análise que contempla a vida de um homem, para Meira (2021), o lugar designado a Leonardo no desejo da mãe, uma pobre camponesa que viveu ao lado do filho os anos iniciais da sua infância, é o mesmo que uma filha pode ocupar no desejo de uma mulher que, ao se tornar mãe, sustenta uma posição fálica defendendo, para isso, com todos os seus recursos, seu filho-falo. Por isso, trarei aqui as considerações que Freud (1910) fez sobre o que se passou entre Leonardo e sua mãe.

O interesse de Freud (1910) pela vida de Leonardo da Vinci deu-se devido a um encontro com um paciente que parecia ter a mesma constituição de Leonardo, mas sem possuir sua genialidade.

Para analisar a vida de Leonardo, Freud (1910) recorreu aos registros da época sobre a vida desse homem misterioso que jamais tivera, segundo consta, um caso de amor. Para Freud (1910), Leonardo não só era homossexual, como ele constatou ao analisar os registros que ele deixou sobre os cuidados dedicados aos jovens aprendizes que viviam em sua casa sobre a sua responsabilidade, como também era um homem que aparentava ser assexuado, uma vez que não há registros de envolvimento de cunho sexual ao longo da sua vida. Leonardo parece ter direcionado toda a cota de libido disponível para o seu espírito investigativo, como demonstrou Freud ao afirmar que:

Terá pesquisado em vez de amar. E será, talvez, este o motivo pelo qual a vida de Leonardo foi tão mais pobre de amor do que a de outros grandes homens, e de outros artistas. As tormentosas paixões de uma natureza, que inspiram e que esgotam, paixões que foram, para outros, fonte das experiências mais plenas, parecem não o haver atingido (Freud, 1910, p.84).

Com o intuito de explicar as inibições na vida sexual e nas atividades artísticas de Leonardo, cujas obras ficavam inacabadas, Freud (1910) buscou investigar como teria ocorrido o seu desenvolvimento mental durante os primeiros anos de sua infância. Para realizar essa investigação, ele não só se propôs a analisar uma recordação da infância que Leonardo registrou nas suas notas científicas, como também os poucos registros que dispunha sobre sua história familiar.

Leonardo nasceu na cidade de Vinci em 1452. Era filho ilegítimo do tabelião Piero da Vinci com uma pobre camponesa chamada Caterina, que mais tarde se casou com outro compatriota de Vinci. Leonardo viveu os primeiros anos da sua infância sozinho com a mãe e longe do pai, com quem só foi conviver a partir dos cinco anos. Seu pai se casou com Donna Albiera, que não teve filhos, por isso, Leonardo foi viver na casa do pai sendo cuidado por sua madrasta que foi para ele uma segunda mãe. Leonardo permaneceu com o pai e a madrasta até entrar para o estúdio de Andrea del Verrocchio como aprendiz.

Foi, por intermédio da análise do único registro feito por ele sobre o período vivido na companhia da mãe, que Freud (1910) chegou à algumas conclusões sobre a relação que se estabeleceu entre o artista e sua mãe. O registro remete aos anos

iniciais de sua infância, que, na opinião de Freud, foram decisivos em relação ao destino de Leonardo, tanto no que concerne à homossexualidade, quanto a sua obsessão pela pesquisa e pela inibição artística. Para Freud, não se trataria de uma recordação de um fato, mas de uma fantasia que Leonardo criou quando estava escrevendo sobre o voo dos abutres:

Parece que já era meu destino preocupar-me tão profundamente com abutres; pois guardo como uma das minhas primeiras recordações que, estando em meu berço, um abutre desceu sobre mim, abriu-me a boca com sua cauda e com ela fustigou-me repetidas vezes os lábios (Freud, 1910, p.90).

Ao analisar essa fantasia descrita por Leonardo, Freud concluiu que ela se referia a uma experiência vivenciada com sua mãe, que teria deixado marcas nele. Ao constatar isso, Freud questionou por que a mãe foi substituída na fantasia de Leonardo por um abutre. Para responder a essa questão, Freud recorreu aos hieróglifos do antigo Egito.

Os egípcios representavam a mãe pela imagem de um abutre, que simbolizava a maternidade. Para os egípcios, não existiriam abutres do sexo masculino, apenas feminino. Trata-se, portanto, de uma espécie que se reproduziria sozinha, sem o auxílio de um macho. Outro aspecto curioso que Freud destacou sobre os abutres refere-se ao fato de ele não só representar a mãe para os egípcios, mas também um elemento que combina em si características masculinas e femininas. Por isso, a deusa-mãe, representada com uma cabeça de abutre, tinha um corpo de mulher, mas possuía também um membro masculino em ereção: a cauda do abutre, que simbolizava o genital masculino. Um atributo masculino foi, assim, emprestado a mãe pelos egípcios.

Na análise de Freud, a fantasia estava de acordo com as teorias sexuais formuladas pelas crianças que, por um tempo, nutriam a crença de que a mãe seria portadora de um órgão fálico, e com a história de Leonardo, que viveu os primeiros anos da infância sozinho com a mãe.

Não restou dúvida, para Freud, que Leonardo, que se interessava por todos os ramos da literatura e do saber, conhecia a fábula científica usada pelos egípcios para representar a ideia de mãe, por isso, ele se comparou à um filhote de abutre.

Mas esse não foi o único aspecto da fantasia que Freud se propôs a analisar, ele também desejava esclarecer por que Leonardo transformou o ato de amamentar no seio materno em ser sugado pela mãe, ou seja, em um ato passivo e não ativo.

Por se tratar de uma situação comumente vista como homossexual, Freud buscou investigar se haveria uma relação entre a homossexualidade manifesta por Leonardo, ainda que sublimada, e a relação que ele estabeleceu com a mãe.

Para avançar nessa investigação, Freud recorreu às teorizações psicanalíticas em torno dessa temática:

Em todos os nossos casos de homossexuais masculinos, os indivíduos haviam tido uma ligação erótica muito intensa com uma mulher, geralmente sua mãe, durante o primeiro período de sua infância, esquecendo depois esse fato; essa ligação havia sido despertada ou encorajada por demasiada ternura por parte da própria mãe, e reforçada posteriormente pelo papel secundário desempenhado pelo pai durante sua infância (Freud, 1910, p.105).

Havia, portanto, na visão de Freud acerca da homossexualidade masculina, uma conexão entre a ausência do pai e uma forte ligação erótica com a mãe, já que essa seria uma configuração, do senso comum, típica da vida de jovens homossexuais.

Foram essas considerações em relação à gênese da homossexualidade masculina que levaram Freud a concluir que Leonardo estava revelando, com a fantasia do abutre, que o fato do pai ter se ausentado da sua vida nos primeiros anos da sua infância foi decisivo para que uma ligação erótica muito intensa se estabelecesse entre ele e a mãe. Essa ligação teria sido despertada ou encorajada pela mãe. Foi esse amor precocemente despertado que estaria fadado à repressão que determinou seu destino, pois como observou Freud:

O menino reprime seu amor pela mãe, coloca-se em seu lugar, identifica-se com ela, e toma a si próprio como um modelo a que devem assemelhar-se os novos objetos de seu amor. Desse modo ele transformou-se num homossexual (Freud, 1910, p.106).

Essas conclusões que Freud chegou a partir da análise da fantasia do abutre sobre a origem da homossexualidade de Leonardo o levou à seguinte conclusão sobre o lugar designado ao jovem no desejo da mãe:

No seu amor pelo filho, a pobre mãe abandonada procurava dar expansão à lembrança de todas as carícias recebidas e à sua ânsia por outras mais. Tinha necessidade de fazê-lo, não só para consolar-se de não ter marido mas também para compensar junto ao filho a ausência de um pai para acarinhá-lo. Assim, como todas as mães frustradas, substitui o marido pelo filho pequeno, e pelo precoce amadurecimento de seu erotismo privou-o de uma parte de sua masculinidade (Freud, 1910, p.123).



Leonardo era para a mãe um objeto sexual com o qual ela se satisfazia e supria a carência de viver sozinha com seu único filho, já que, de acordo com Freud, o amor que uma mãe sente por um filho pode se assemelhar àquele que uma mulher sente em uma relação amorosa plenamente satisfatória. Trata-se, portanto, de um tipo de amor que oferece a possibilidade de a mulher satisfazer, por intermédio do filho, desejos impulsivos há muito reprimidos que podem ser considerados como perversos.

É esse lugar de objeto sexual da mãe no qual Leonardo permaneceu aprisionado que elucida, para Meira, a posição que a filha pode ocupar no desejo de uma mulher que, assim como a deusa-mãe, também se apresenta como fálica. Segundo a pesquisadora, essa é a situação propícia para o que ela nomeou como uma história de captura protagonizada pela mãe e pela filha. Desse modo:

Sem poder reconhecer-se castrada e sem investir em um objeto, ela segue toda, segue única, segue completa, segue fálica. O falo segue sendo da mãe, e a filha é aquela que lhe confirmará isso o tempo todo. A oferta da mãe fálica à filha é de um incestuoso que passa por reincorporar, por reabsorver, por engolir de volta o fruto que saiu do seu ventre, mas que estará proibida de sair para mais longe do que isso (Meira, 2021, p.103).

Meira lembra que antes da criança assumir na fase edípica uma posição ativa em relação ao objeto, realizando uma escolha incestuosa, ela foi escolhida pela mãe, investida por ela. Portanto, para a autora, há uma vivência incestuosa não só da criança, mas também da mãe, que reporta à fase pré-edípica e que é diferente do incesto protagonizado pela criança na travessia do Édipo.

Ao analisar essa fase, Meira constatou que a natureza e a intensidade dos investimentos, que a mãe direciona para a criança, dependerá da forma como ela atravessou e protagonizou o Édipo com seu par parental nos primeiros anos da sua infância. Por isso, Meira avalia que se a resolução edipiana para a mulher que se torna mãe não tiver sido satisfatória, ela tende a transferir para a criança os mesmos anseios e dificuldades vivenciadas na relação com seus genitores, especialmente com sua mãe, e a direcionar para a sua prole afetos que são da ordem do sexual e não da ternura.

Esses afetos podem acarretar danos para a criança, conforme demonstrou Freud (1905a), ao afirmar que quando o investimento dos pais nos filhos for excessivo, os pais podem despertar precocemente a sexualidade dos filhos e acelerar seu amadurecimento sexual, deixando a criança incapaz de renunciar a este amor em épocas posteriores da sua vida e de construir novos vínculos fora do âmbito familiar.

Nas histórias de captura protagonizadas entre mãe e filha que Meira descreveu na sua obra há, por parte da mãe, um investimento libidinal excessivo na filha e a promessa de um amor ilimitado que mantém a relação de exclusividade entre elas.

O investimento excessivo que a mãe faz na filha é, para Meira, de natureza narcísica. A mãe narcisista é aquela que ama a filha não pelo o que ela é, mas pelo que ela gostaria que a filha fosse, já que ela espera que a filha realize aquilo que ela deseja. Por isso, mais do que amar a filha é de ser amada e idolatrada por ela que a mãe narcisista necessita. Com isso, ela acaba desconsiderando as necessidades e desejos da filha, bem como sua própria subjetividade. Assim:

No lugar de reconhecê-la pelo que ela é e pelo que deseja – isto é, por sua alteridade –, a mãe que tem um modo de regulação de objeto narcisista a qualifica em função do prazer ou do desprazer com que ela a brinda. As qualidades da filha são consideradas segundo critérios narcisistas e não em função do que ou de como ela é (Meira, 2021, p.114).

Cabe, então, a filha seguir atendendo os anseios da mãe, sem jamais questioná-la em relação a sua posição onipotente e autoritária, evitando, assim, denunciar a castração materna. Como demonstrou Meira: “Neste terreno, a filha está a serviço dos anseios da mãe fálica que, impondo uma versão falsa de si, obriga essa filha a crer cegamente nela e a condena a seguir desmentindo a castração” (Meira, 2021, p.117).

Ao se colocar a serviço da mãe, a filha mantém aquilo que Norberto Marucco (1998) denominou de pacto narcísico. Trata-se de um tipo de pacto em que a mãe, ao manter a filha presa nela, no lugar de objeto fetiche, evita não só que sua falta seja revelada, mas também perder o lugar de poder junto à filha. Por isso, caso a filha, em algum momento, tente se deslocar dessa posição de total submissão aos caprichos e exigências maternas, a mãe ameaça privá-la do seu amor e dedicação dispensados a ela, já que esse afastamento representaria para a mãe o risco de a filha revelar a sua castração.

Mãe e filha permanecem, assim, coladas. A filha funcionando como uma espécie de duplo da mãe assegurando, com isso, a completude materna, como observou Meira: “A filha é feita presa da condição de um duplo idêntico, detida no Eu ideal, impedida de ascender ao Ideal do eu, proibida pela genitora que necessita que ela siga completando-a” (Meira, 2021, p.117).

São várias as configurações de relações e vínculos que podem se estabelecer entre mãe e filha que podem levar a filha a permanecer fixada na mãe. Meire descreve

no seu livro outro tipo de vínculo entre mãe e filha que ganhou, nos últimos anos, visibilidade na mídia ao ser retratado em livros e filmes.

Trata-se, segundo Meira, de um tipo de vínculo em que, diferentemente do que acontece nas histórias de captura marcadas por um investimento afetivo excessivo por parte da mãe, na filha é possível perceber o lado mortífero e destrutivo dessa relação. Enquanto a mãe mantém, a todo custo, a filha presa a ela, não permitindo que a separação aconteça, há mães que fazem de tudo para manter a filha o mais longe possível delas.

O filme *Sonata de outono*, protagonizado por Liv Ullmann, como Eva, e Ingrid Bergman, como sua mãe, Charlotte, trata da difícil relação entre mãe e filha. Eva é uma mulher atormentada pelo fato de nunca ter sido reconhecida e agraciada pelo olhar e pelo amor da mãe. Charlotte é uma pianista mundialmente conhecida que deixava Eva, a irmã e o marido durante longos períodos sozinhos para cuidar da sua vida profissional, sem se preocupar com as repercussões da sua ausência, visto que ser mãe nunca foi uma prioridade na sua vida.

Quando Charlotte passava longas temporadas longe de casa, Eva aguardava ansiosamente o retorno da mãe, na esperança de que ela lhe direcionasse o olhar ou qualquer gesto que revelasse o seu amor por ela. Mas Charlotte era indiferente à filha, ignorava não só sua presença, como sua tentativa de se fazer ser notada por ela.

Para Meira, nos casos em que a mãe se mantém distante e indiferente à filha, a filha se inscreve no desejo da mãe no lugar de objeto dejetivo, para quem a mãe se recusa a direcionar seu olhar, seu amor e seu reconhecimento, investimentos tão necessários para a estruturação psíquica de uma menina e para a construção da sua feminilidade.

A falta de reconhecimento e de investimento por parte da mãe transformou Eva em uma prisioneira, alguém que vivia à espera da mãe em busca de um olhar que validasse, para ela, seu ser frágil e inseguro, pois como observou Meira, quando aquela que deveria ser a primeira a amar a filha se recusa a direcionar para ela o seu amor, a filha permanece presa a ela, não mais em função de um excesso de investimento da mãe, como acontece nas histórias de captura, mas pela falta desse investimento.

Eva passou a vida reivindicando, então, o amor da mãe. Para tentar se aproximar do seu universo, ela estuda piano, na tentativa de receber da mãe aquilo que ela nunca teve, seu amor e o seu reconhecimento. Mas quanto mais ela

reivindicava junto a Charlotte esse amor, mais a mãe recusava sadicamente o seu pedido, aniquilando, gradativamente, os poucos recursos psíquicos que Eva conseguiu engendrar, ainda que de forma precária e frágil. Não havia, definitivamente, um lugar para ela no campo de interesse da mãe, ou seja, no seu desejo.

O ódio que uma mãe direciona à filha, que se mantém presa a ela em busca do amor que lhe é negado, ou a promessa que uma mãe que se sustenta em uma posição fálica, faz a filha conceder-lhe um amor ilimitado e permanente, que carrega a ilusão de uma completude, não representa os únicos motivos que podem levar a filha a ficar fixada na mãe.

Em *Uma dificuldade na análise de mulheres*, Marie-Helène Brousse analisa a devastação entre mãe e filha a partir de outra perspectiva. Por ser a devastação um fenômeno que se manifesta em um campo que inclui o sujeito, o Outro da linguagem e a relação de fala, a autora aponta para o fato de a devastação se relacionar a um tipo de emergência singular da linguagem no sujeito, ou seja, como a filha foi nomeada pela mãe, marcada pelos significantes que ela elegeu para designar um lugar para ela no seu desejo e na trama familiar a qual ela pertence. A devastação toca, portanto, nos confins da marcação simbólica.

Essa fala materna pode se manifestar por intermédio de insultos, rejeito, ameaças ou do imperativo do silêncio. Em todas essas situações, a fala do Outro está associada à descoberta de uma experiência de gozo sexual traumática para o sujeito. Para Brousse, esse é o momento em que o sujeito se defronta com a falta no Outro, com a castração da mãe. Se ele não pode responder a essa falta de maneira simbólica, fica diante de uma alternativa mortal: ou a rejeição, ou a reintegração do produto pela genitora. O desejo da mãe, nesses casos, teria um valor de morte.

Mas a devastação entre mãe e filha não pode ser lida apenas a partir de uma perspectiva fálica. Lacan abordou também na sua obra a devastação a partir de outra perspectiva: para além do falo.

Essa outra face da devastação não se relaciona ao desejo fálico, mas ao gozo outro, sem limite, que se apresenta como enigmático, que Lacan (1972-1973) trata no *Seminário XX mais ainda*, no qual ele teceu algumas considerações sobre a sexualidade feminina.

Quando a devastação entre mãe e a filha é vista a partir dessa perspectiva, decorrente da fascinação que esse gozo não limitado pelo falo, enigmático e sem

limites provoca, a menina é confrontada com o gozo feminino da mãe, que é também uma mulher.

A devastação entre mãe e filha em suas diferentes facetas traz consequências não só para a vida amorosa da filha, como afirmou Freud (1931), mas também para a relação que uma mulher pode estabelecer com o seu corpo e com a maternidade, caso um dia ela faça uma escolha por filhos, pois como apontou Brousse (2004), a mulher devastada na relação com a mãe tem dificuldade em colocar o corpo na troca amorosa, no relacionamento sexual e na maternidade.

Na clínica psicanalítica com mulheres que são mães, é possível relacionar os efeitos da relação da mulher que se torna mãe com sua própria mãe para a experiência da maternidade. Para compreender, então, o mal-estar na maternidade manifestado pelas mulheres que buscaram análise para falar das dificuldades vivenciadas com o filho no cotidiano, é necessário revisitar e analisar, como já foi dito, a história dessas mulheres com suas mães na sua família de origem.

Para realizar essa análise, tomarei emprestado o termo que Meira (2021) utilizou para dar título ao livro no qual ela abordou o tema da devastação entre mãe e filha, já que as histórias que essas mulheres protagonizaram com sua mãe em sua família de origem podem ser nomeadas como “histórias de captura”, como demonstrarei a seguir.

#### **4.10 Histórias de captura**

Como foi relatado anteriormente, Débora é uma mulher determinada a realizar não só os imperativos contemporâneos que concernem à mãe, como também à mulher. Para isso, ela busca conciliar no seu cotidiano uma carreira de sucesso, com os cuidados e educação dos filhos, com um corpo e um casamento perfeito.

A escuta clínica de mulheres que são mães revelou que a maternidade é uma experiência que reenvia a mulher ao que restou da relação imaginária com seus pais, especialmente com sua mãe, reativando, assim, antigos conflitos.

O nascimento dos filhos possibilitou que Débora recontasse sua história edipiana, ao colocá-la diante de memórias e questões que remetem à relação com o par parental na sua família de origem.

Ao recontar sua história edipiana, Débora descreveu a mãe como uma mulher forte, ambiciosa, determinada e autoritária, e o pai como uma pessoa ausente,

humilde, sem ambição, cuja opinião não tinha qualquer valor. Para Débora, o pai era uma figura frágil e dependente emocionalmente de sua mãe. Embora ela não fosse filha única, na sua percepção, a mãe depositou nela todas as suas expectativas e sonhos. Por isso, não havia espaço nessa relação para tomar as rédeas da sua vida e fazer suas próprias escolhas, já que quando ela ousava questionar ou se opor à mãe, esta ameaçava deixar de amá-la. Trata-se, portanto, de uma mulher fálica que buscou se realizar por intermédio da sua única filha, a quem coube acolher os anseios de uma mãe caprichosa e dominadora, buscando, assim, satisfazer às aspirações maternas. Com isso, Débora acabou assujeitada à mãe, impossibilitada de construir o seu próprio destino como mulher.

Ao revisitar sua história familiar, foi possível constatar que a posição que ela assumiu no trabalho, no casamento, na maternidade e na vida familiar, a da supermulher que busca dar conta de tudo, ao mesmo tempo, parece ter sido motivada por uma forte identificação com a mãe que, assim como ela, também buscou dar conta de tudo sozinha.

O casamento, como a maternidade, pode representar para algumas mulheres a oportunidade de se distanciar e se diferenciar da sua mãe. No entanto, para Débora, o casamento não parece ter possibilitado esse distanciamento tão necessário para que seu desejo possa emergir, uma vez que ela assumiu na relação com o companheiro a mesma posição ocupada na relação com a mãe. Ela não mediu esforços para agradar ao marido, para atender suas demandas e necessidades, fazendo concessões que acabavam prejudicando seu bem-estar e interesses pessoais. Foi somente com o nascimento dos filhos que ela pôde se deslocar dessa posição ocupada na relação com a mãe e no casamento com seu companheiro.

A chegada dos filhos reativou antigas memórias e trouxe percepções e questionamentos que, até então, ela nunca havia feito. Ela passou a refletir não só sobre a relação com a mãe, bem como sobre sua posição como mulher no casamento, nas relações familiares, no trabalho e em outros contextos. Essas reflexões levaram Débora a retificar a posição que ela se colocava na relação com as pessoas que eram significativas para ela, ao buscar ser tudo para o outro, não medindo esforços para agradá-lo, abdicando, para isso, dos seus próprios interesses e desejos. A chegada dos filhos foi, nesse sentido, um divisor de águas na vida de Débora.

Para Malvine Zalcberg (2019), cabe a filha combater a inclinação da mãe de exercer domínio sobre ela e vencer sua predisposição a querer agradá-la. No caso de

Débora, o nascimento dos filhos parece ter possibilitado isso, uma vez que foi a partir da chegada deles que Débora retificou a posição ocupada, até então, na relação com a mãe e com o seu companheiro.

Essa mudança de posição em relação à mãe representa um passo importante na vida de uma mulher, pois é, na medida em que a filha consegue sair do domínio materno e da posição de querer agradar à mãe buscando atender prontamente às suas expectativas, que seu desejo pode emergir, do contrário, ela pode ficar assujeitada à mãe, à mercê dos seus caprichos.

Assim, ao se deslocar da posição que pode ser vista como a de “marionete da mãe”, Débora conquistou o direito de construir seu próprio destino como mulher, ou seja, de fazer suas escolhas, de ser sujeito e protagonista da sua história. Mas ainda que essa mudança de posição na relação com a mãe seja importante, porque significa escrever sua própria história, não foi sem percalços ou sofrimento que ela conseguiu se deslocar desse lugar.

Embora essa posição em que ela se encontrava, na relação com a mãe, com o marido e com os colegas de trabalho, exigisse sacrificar seu tempo, suas necessidades e seus desejos para atender as demandas do outro, por outro lado, lhe trazia também uma satisfação narcísica e a certeza de ser amada. Sair dessa posição representava para Débora o risco de perder o amor dessas pessoas. Por isso, com o nascimento dos filhos, ela buscou se manter na mesma posição ocupada antes de se torna mãe. Para isso, ela tentou encarnar a supermulher, aquela que dá conta de ser tudo, ao mesmo tempo, respondendo, assim, aos imperativos e expectativas sociais da sua época em relação à mãe e a mulher.

No entanto, com o tempo, Débora percebeu que não era possível seguir sendo tudo: a mãe atenta e pronta para atender as demandas dos filhos, a esposa perfeita, a filha dedicada a uma mãe caprichosa e onipotente e a profissional que não media esforços para corresponder às expectativas de uma chefe exigente. Com a chegada dos filhos, ela ficou dividida entre a maternidade, as demandas do trabalho, do companheiro e da mãe.

A impossibilidade de seguir conciliando e exercendo com maestria todos os papéis que lhe foram designados, de mãe, esposa, profissional e filha, gerou nela uma cota de sofrimento significativo que resultou no aparecimento de sintomas físicos que denunciavam esse mal-estar. Este parece ser decorrente da dificuldade de lidar com a divisão que um filho pode introduzir na mãe. Ao ser confrontada com essa divisão,

ela precisou abdicar da satisfação narcísica que a posição da supermulher lhe proporcionava e enfrentar o medo de não ser mais amada e admirada, especialmente pela mãe que, na sua fantasia, conseguiu conciliar sozinha todos os papéis, se tornando, com isso, aos olhos de Débora, uma mulher poderosa e onipotente.

Diferentemente de Débora que, com a chegada dos filhos, conseguiu retificar sua posição na relação com as pessoas significativas para ela, a maternidade parece ter recolocado Laura na posição de submissão e dependência do Outro materno.

Como foi relatado no capítulo anterior, Laura buscou análise quando sua filha estava com seis meses. A filha é fruto de um relacionamento estável com o pai da criança, com quem estava residindo e pretendia se casar.

Embora Laura não planejasse engravidar, ela acolheu com alegria a notícia de que estava esperando uma filha. No entanto, à medida que a gravidez foi evoluindo, Laura começou a sentir medo de que algo ruim acontecesse, de que a gravidez não fosse a termo. Preferiu comprar o enxoval e arrumar o quarto do bebê na véspera do seu nascimento, pois, caso o pior acontecesse, não sofreria tanto. Não conseguia sentir que estava grávida, só quando a filha mexia na sua barriga é que lembrava que estava gestando uma criança. Os nove meses de gestação foram vividos, por isso, com muita tensão e desassossego.

Após o nascimento da filha, Laura começou a sentir muito medo de ficar sozinha com ela. Esse medo era gerado por uma insegurança em relação à sua capacidade de cuidar adequadamente da filha, de garantir sua segurança e bem-estar. Embora o marido se prontificasse a auxiliá-la nesses cuidados, Laura não conseguia se sentir segura na presença dele, estava convicta de que o marido, assim como ela, também não era capaz de cuidar da filha.

Devido a esse medo e à desconfiança do marido que, depois do nascimento da filha, se transformou em um rival, alguém que poderia disputar o amor da filha com ela, Laura passou a solicitar o apoio da mãe, alegando que só se sentia segura na sua presença. Por causa do medo de ficar sozinha com a filha e longe da mãe, Laura deixou o quarto onde dormia com o marido e passou a dormir todas as noites no quarto da filha junto à mãe. Quando a mãe precisava se ausentar, chamava uma babá para ficar ao seu lado. Com o tempo, ela se tornou refém do seu medo e, conseqüentemente, da mãe, cuja presença não podia prescindir.



Esse afastamento do marido, com quem não conseguia mais se relacionar, e a dependência da mãe resultaram no fim do seu casamento. Laura acabou voltando para a casa dos pais, onde permaneceu morando com a filha.

Atualmente, Laura cuida da filha com o apoio da mãe, porque possui uma rotina exaustiva de trabalho, que normalmente acontece também nos finais de semana. De longe, ela monitora a rotina da filha, minuciosamente organizada de acordo com as orientações do pediatra e dos especialistas que ela buscou nas redes sociais, exigindo que a mãe siga à risca a rotina estabelecida, mantendo-a informada de todas as decisões tomadas.

Laura ama a filha, mas não gosta de ser mãe, por não se sentir capaz e segura para exercer esse papel. Ela olha para a filha e não a reconhece como sua, como se ela fosse um estranho familiar.

Como foi mencionado no primeiro capítulo desta tese, a maternidade não é um fato natural, nem um dom decorrente da natureza feminina. Por isso, o encontro de uma mulher com o corpo real de um bebê não garante a inscrição de um lugar para esse bebê no seu desejo, a construção de um laço permanente, nem o exercício da função materna, uma vez que tal função não se exerce a partir de um saber instintivo previamente configurado. Ter um filho e tornar-se mãe são, portanto, processos distintos que nem sempre coincidem.

O processo de filiação pode ser pensado a partir de diferentes perspectivas: das representações e discursos sociais em torno da maternidade, que se modificam conforme a época e o contexto social e cultural no qual a mulher está inserida; do campo jurídico que, por meio de normas e leis, regulamenta as relações entre pais e filhos; da ciência com seus novos métodos de procriação assistida, que ocasionou o surgimento de formas inéditas de ser família e de exercer a parentalidade.

Também, ele pode ser pensado a partir da perspectiva da Psicanálise, que parte do pressuposto de que ser mãe é fruto de uma construção psíquica complexa e necessária para que a mulher realize o que Thaís Garrafa (2020) nomeou como adoção psíquica. Para ela, toda mãe, biológica ou não, precisa adotar psiquicamente seu filho.

A adoção psíquica consiste na nomeação e no reconhecimento de um sujeito como filho. Esse processo é decorrente da inscrição e da transmissão de um desejo não anônimo, como anunciou Lacan (1969). É a inscrição desse desejo que possibilita que a mãe designe para o filho um lugar único no seu desejo, na comunidade a qual

pertence e na trama familiar que antecede a sua chegada. Trata-se, portanto, do desejo que fez nascer um sujeito do desejo daqueles que o fizeram filho. A coordenada de um projeto simbólico de adoção perpassa, portanto, o desejo.

A inscrição de um lugar não anônimo para o filho no desejo da mãe vai depender de alguns fatores que podem dificultar ou facilitar esse processo. Dentre esses fatores que perpassam tanto o contexto social e cultural no qual a mulher está inserida, quanto a história com seu companheiro e com a família da qual ela faz parte, destaque, nesse contexto, a relação com sua mãe, especialmente no período que antecedeu a sua entrada no Édipo.

O desejo com relação à maternidade pode guardar traços do que a filha, tornada mulher, vive ou viveu junto à mãe. Por isso, para Zalcberg (2019), uma mulher pode querer ou não ser mãe devido à relação com sua própria mãe, uma vez que o que uma mãe transmite não é, necessariamente, o que a mulher escolhe se identificar, na vida adulta. Nesse sentido, a recusa pela maternidade pode ser decorrente do receio que algumas mulheres sentem de parecer com a mãe, ao se tornar mãe.

A história da mulher com sua mãe vai influenciar sua escolha ou recusa pela maternidade, bem como o modo como ela vai vivenciar essa experiência, exercer a função materna e inscrever o filho no seu desejo.

Tanto Freud quanto Lacan foram enfáticos quando afirmaram que, para uma mulher construir uma identidade feminina e um desejo próprio distinto da mãe, ela precisa se distanciar e se distinguir daquela que representa o seu primeiro objeto de amor e modelo de feminilidade. Separar e diferenciar da mãe representa, por isso, uma das grandes questões femininas.

Para Zalcberg (2019), mãe e filha devem distinguir seus corpos, desejos e destinos não só para que a filha constitua um desejo e identidade feminina própria, mas também para que ela possa se constituir psiquicamente como mãe do seu filho, caso um dia ela faça uma escolha pela maternidade. Na opinião da autora, para uma mulher se reconhecer como mãe do seu filho e exercer a função materna, ela precisa ter se distanciado e se diferenciado da mãe. Quando essa separação e distinção não se realiza de forma satisfatória, corre-se o risco da mulher que se torna mãe não conseguir encarnar o Outro primordial para o filho que acaba de nascer, ou seja, exercer a função de mãe. Por isso, a relação de devastação entre mãe e filha pode dificultar ou até inviabilizar o nascimento psíquico de uma mulher como mãe, pois como afirmou Zalcberg:

Só uma mulher que não é mais demasiado ou principalmente filha de sua própria mãe pode adquirir a liberdade de ser uma para sua filha. Não conseguir deixar de ser “menina” e “tornar-se mulher”, isto é, não realizar essa passagem é mais comum do que se imagina (Zalcborg, 219, p.281).

No processo de análise de Laura, foi possível recolher dados sobre a relação estabelecida com sua mãe. Estes revelaram que essa separação tão necessária para a mulher inscrever um lugar para o filho no seu desejo e se reconhecer como mãe dessa criança não se deu de forma satisfatória.

Laura sempre foi muito apegada à mãe. Apesar de a mãe trabalhar fora e dedicar seu tempo para outros membros da família, como sua avó materna que morava ao lado da sua casa, de quem ela nunca conseguiu se distanciar, a mãe sempre foi muito presente na vida de Laura, estava sempre pronta para atender todas as suas demandas e necessidades.

Por causa dessa presença constante, Laura sente que não aprendeu a caminhar sozinha, sem o apoio da mãe. Essa dependência emocional ficou ainda mais evidente com a chegada da filha, momento em que Laura se sentiu fragilizada e fez um apelo à mãe para que ela a auxiliasse nos cuidados com a filha. Mas o que era para ser apenas um auxílio momentâneo foi se transformando em uma dependência da mãe para cuidar da filha. Com isso, Laura não conseguiu mais prescindir da mãe, voltando, assim, a ocupar uma posição infantil de total dependência do Outro materno.

Como foi mencionado anteriormente, a chegada de um filho, assim como o casamento, pode representar, para algumas mulheres, a oportunidade de se separar e se diferenciar da mãe. Ao contrário de Débora que conseguiu, com o nascimento dos filhos, se deslocar da posição de “marionete da mãe”, no caso de Laura, a chegada da filha reforçou ainda mais a dependência e a posição infantil que ela ocupava em relação à mãe.

Essa posição e dependência emocional dificultou a sua construção como mãe da sua filha e o exercício da função materna, bem como o seu crescimento como mulher do seu companheiro, com quem ela pretendia construir uma família. Como apontou Brousse (2004), a mulher devastada na relação com a mãe tem dificuldade em colocar o corpo na troca amorosa, no relacionamento sexual e na maternidade. Portanto, no caso de Laura, a dificuldade com o casamento e com a maternidade foi decorrente do fato de ela não ter conseguido se distanciar e se distinguir da mãe.

A maternidade acabou se transformando em uma experiência difícil e conflituosa para Laura, que se tornou refém da própria mãe e impossibilitada de exercer sua função. A única posição que ela parece ser capaz de sustentar é a de filha devastada na relação com sua mãe. Com isso, Laura segue perpetuando uma relação de dependência com aquela que deveria auxiliá-la a construir o seu próprio destino como mulher.

Essa dependência emocional que a filha tem da mãe reverberou também na relação que Paula estabeleceu com sua única filha. Para iniciar o relato desse caso, trarei uma referência de Zalcborg (2019), que remete uma cena recordada por Paula nas primeiras sessões de análise. A marca da imagem da mãe permanecerá nela ao longo de sua vida, aquela que a sua própria mãe lhe transmitiu, mais até em seu inconsciente do que na realidade das palavras.

Paula é a filha mais velha de um casal que se separou, quando ela estava entrando na adolescência. Logo após a separação dos pais, ela presenciou o choro desolado e desesperado da mãe que a convocou, em um momento de profundo desamparo, a ocupar o lugar vazio deixado pelo pai, assumindo junto a ela a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos do que ela.

A imagem da mãe, nesse momento de desamparo e desespero, irá marcá-la para sempre. Na visão de Paula, a mãe é uma mulher frágil, dependente, que abdicou de si para criar os filhos, sacrificando a vida em prol da família, se transformando em uma mulher amarga, queixosa, irritada e infeliz. Apesar de criticar a mãe, Paula acabou seguindo o mesmo destino que ela, mesmo almejando para si uma vida diferente.

Embora seu desejo fosse construir uma carreira de sucesso e gozar da liberdade de não ter filhos e nem um marido para cuidar, ou seja, ser uma mulher livre e independente, Paula acabou casando-se e engravidando.

Ela procurou análise devido às dificuldades enfrentadas com a filha no cotidiano. Com o nascimento de Rebeca, Paula acabou por se distanciar do seu companheiro, pai da sua filha. A filha, segundo seu relato, só aceitava ficar com ela, quando o pai, a avó, ou qualquer pessoa da família, ou da convivência do casal tentava interagir ou cuidar de Rebeca, ela chorava sem parar. Quando aprendeu a falar, ela passou a verbalizar a sua recusa em ser cuidada por outras pessoas, incluindo seu pai, cuja presença ela não tolerava.

Durante o processo de análise, Paula percebeu que não era só Rebeca que padecia do que ela nomeou como “angústia de separação”, ela também não suportava ficar longe da filha. Para ela, era difícil confiar em alguém para substituí-la nos cuidados com a filha.

Essa dificuldade de confiar em alguém para cuidar de Rebeca, era decorrente do fato de Paula não conseguir se dividir entre a maternidade, o casamento e outros desejos, como de investir em uma nova carreira, que ela já almejava antes do nascimento da filha.

Para Zalcberg (2019), a maternidade pode representar para a mulher que se torna mãe, a oportunidade de reviver na relação com a criança que acaba de nascer, especialmente se ela for uma menina, o que foi vivenciado com sua própria mãe nos primórdios da sua infância. Com Paula não foi diferente, ao se tornar mãe de uma menina, ela começou a reviver com a filha a mesma relação de simbiose e de dependência que ela vem perpetuando com a mãe ao longo da vida.

Embora a relação entre ela e a mãe fosse marcada por conflitos e acusações, assim como a filha, Paula também não conseguia ficar longe da mãe, passava a maior parte do tempo na casa onde ela residia. Era nessa casa que Paula se sentia segura e na presença da mãe que ela travava os maiores embates com a filha, revivendo na relação com ela os mesmos conflitos e dificuldades vivenciadas com a mãe.

Com o tempo, Paula foi se sentindo sufocada pelas demandas insaciáveis da filha por atenção, cuidado e exclusividade que a exauriam. Essa sensação era intensificada pelas reações da filha que não aceitava os limites que ela tentava colocar. Nos embates com ela, Paula acabava reagindo com agressividade, impaciência e amargura, reproduzindo, assim, o mesmo comportamento da mãe.

Os conflitos com a filha, associados à dor de reproduzir o mesmo padrão de comportamento da mãe, além da insatisfação por não conseguir escrever uma história diferente, transformaram a maternidade em uma experiência difícil e conflituosa.

O mal-estar na maternidade no caso de Paula pode ser interpretado, então, como um sofrimento decorrente da forte identificação entre ela e a mãe e da dificuldade de se dividir entre a filha e outros desejos, ao repetir com ela, ainda que de forma inconsciente, a mesma relação de simbiose vivenciada com sua mãe.

A relação de devastação entre mãe e filha não representa o único fator que pode esclarecer o mal-estar na maternidade. A ausência de um lugar no desejo da mãe e de um olhar de afeto e de reconhecimento da sua parte também pode

reverberar no modo como uma mulher vivencia a maternidade e inscreve o filho no seu desejo.

Como foi mencionado anteriormente, o desejo com relação à maternidade pode guardar traços do que a filha, tornada mulher, vive ou viveu junto à mãe, especialmente na fase que antecedeu a sua entrada no Édipo.

Apesar de Júlia não ter encontrado no desejo da mãe um lugar de afeto e de reconhecimento, a falta desse lugar não a levou a uma recusa pela maternidade, como pode acontecer com mulheres que vivenciaram com suas mães uma relação marcada por desafetos e rivalidades.

Júlia não só desejou a maternidade, como buscou ser para os filhos uma mãe presente, amorosa e dedicada, capaz de ofertar o amor e o reconhecimento que não recebeu da própria mãe. Essa preocupação de não repetir com os filhos o mesmo comportamento da mãe, de proporcionar para eles o que nem ela recebeu como filha da própria mãe, levou Júlia a buscar de forma obstinada encarnar a mãe ideal prescrita pelos especialistas de família buscando, assim, exercer a maternidade perfeita, sem furos ou falhas, como já dito.

Essa busca foi motivada pelo medo de falhar com os filhos, de causar-lhes algum trauma ou sentimento de rejeição, como sua mãe havia causado nela, e pelo desejo, ainda que inconsciente, de vivenciar com eles o que não foi possível experienciar com sua mãe: uma relação de completude. No entanto, com o tempo, essa relação de simbiose e de completude com os filhos, que lhe trazia uma enorme satisfação e realização pessoal, começou a lhe causar mal-estar. Júlia não conseguia encontrar uma justificativa para esse mal-estar, que ela nomeou como “uma angústia sem explicação”.

Como foi mencionado no capítulo anterior, para que a criança não seja tudo para a mãe, é preciso que o não-todo do feminino seja preservado, ou seja, que a mãe continue a desejar também como mulher e não fique desencorajada de encontrar o significante de seu desejo no corpo de um companheiro ou de desejar para além do filho. Pois como afirmou Miller:

Quanto mais a criança preenche a mãe, mais ela a angústia, de acordo com a fórmula segundo a qual é a falta da falta que angustia. A mãe angustiada é, inicialmente, aquela que não deseja, ou deseja pouco, ou mal, enquanto mulher (Miller, 2014, p.5).

Ao colar nos filhos buscando ser para eles a mãe ideal, Júlia acabou se distanciando do seu companheiro e negligenciando seu casamento. Esse

distanciamento foi decorrente da dificuldade de se dividir entre as demandas da vida conjugal e dos filhos, e do medo de se distanciar dos filhos que compartilhavam todas as noites a cama com os pais.

Para Júlia, a maternidade representou a oportunidade de vivenciar com os filhos o que não foi possível experienciar com sua mãe e de realizar, ainda que inconscientemente, uma recusa à feminilidade, uma vez que ela é uma mulher com dificuldade de vivenciar a sua sexualidade, de se sentir confortável em seu corpo de mulher.

O mal-estar manifestado por Júlia pode ser, então, interpretado como um sentimento decorrente da dificuldade de se dividir entre os filhos e outros desejos, de continuar sendo além de mãe, também uma mulher que deseja para além dos filhos e que busca se realizar na parceria amorosa com um homem.

Maria, assim como Júlia, também vivenciou com a mãe uma relação marcada pelo desafeto e pela falta de um lugar no seu desejo, acrescentada por um sentimento intenso de hostilidade e de rivalidade manifestada pela mãe, especialmente quando ela se tornou uma adolescente. Para Maria, a mãe não foi capaz de lidar com seu corpo de mulher, que despertou a ira e um sentimento de que Maria era uma ameaça para ela. Esse comportamento hostil da mãe resultou no seu afastamento e na dificuldade de confiar naquela que deveria ser para ela uma referência, quando ela estava vivenciando as transformações e os desafios da adolescência.

Durante o seu processo de análise, Maria percebeu que a busca pelos especialistas de família não era motivada pelo comportamento do filho, como ela pensava. Ela temia ser para o filho uma mãe tóxica, como a mãe foi para ela. Almejava, por isso, viver com o filho uma relação diferente da que ela vivenciou com sua mãe. A busca obcecada por encarnar o modelo de mãe ideal prescrito pelos especialistas de família era uma tentativa de ser uma mãe perfeita, evitando, assim, causar algum dano ao filho.

Ao encarnar a mãe ideal, Maria acabou aprisionada em um ciclo repetitivo de cuidados que tornavam seu cotidiano com o filho difícil e conflituoso, bem como a afastou do seu companheiro.

Encarnar a mãe ideal era, para Maria, uma forma de realizar o que ela nomeou como “uma maternidade perfeita”, mas também de realizar, ainda que de forma inconsciente, sua recusa à feminilidade, evitando ser confrontada com o não-todo do feminino se inscrevendo como toda na relação com o filho.

Ocupar o lugar de objeto, causa de desejo para o companheiro, era difícil para Maria, que apesar de todos os esforços do companheiro, não conseguia se sentir amada por ele. Ela não conseguia superar o trauma de não ter encontrado no desejo e no olhar da mãe um lugar de afeto e de reconhecimento. Com isso, permaneceu aprisionada na mãe, buscando receber dela o amor e o reconhecimento que lhe foi negado e que ela não conseguia receber do companheiro.

No caso de Maria, o mal-estar na maternidade pode, então, estar relacionado à tentativa, ainda que inconsciente, de realizar sua recusa à feminilidade, buscando ser para o filho a mãe ideal, na tentativa de vivenciar com ele o que não pôde ser vivenciado com sua mãe: uma relação de afeto e de completude.

Débora, Laura, Paula, Júlia e Maria são cinco mulheres com histórias e destinos diferentes, mas com algo em comum: a dificuldade de se separar e se distinguir da mãe. A ausência de um distanciamento e de uma diferenciação atravessou o modo como cada uma experienciou a maternidade e exerceu sua função como mãe.

No caso de Débora, que permaneceu assujeitada à mãe, que a fez refém dos anseios e ambições que ela não pôde realizar, a maternidade representou a oportunidade de se deslocar dessa posição que foi determinante para que ela buscasse encarnar, com o nascimento dos filhos, a supermulher que busca ser tudo, ao mesmo tempo, evitando, assim, ser confrontada com o não-todo do feminino. Foi, a partir da chegada dos filhos, que ela conseguiu se libertar da posição de objeto de uma mãe narcisista. Nesse sentido, a maternidade foi libertadora para ela.

Ao contrário de Débora que conseguiu se libertar da mãe, para Laura e Paula, a maternidade reforçou a posição de dependência em relação à mãe, de quem elas nunca conseguiram se distanciar e se distinguir.

Ao se tornar mãe, Laura, assim como Paula, buscou reproduzir com o filho a mesma relação de completude vivenciada com a mãe, se distanciando do seu companheiro e impedindo-o de intervir na relação que elas estabeleceram com o filho. Com isso, elas acabaram não só regredindo a uma posição infantil de dependência do Outro materno, buscando na mãe um apoio para cuidar dos filhos, como transformando a maternidade em uma experiência difícil e conflituosa, pois, devido a essa aderência aos filhos e à mãe, Laura e Paula não conseguiram ser, além de mãe, uma mulher que deseja para além do filho.

Júlia e Maria, assim como Laura e Paula, também não conseguiram sustentar essa divisão entre a mulher e a mãe. Ao buscar vivenciar com os filhos o que não



pôde ser vivenciado com sua mãe, uma relação de afeto e de reconhecimento, elas buscaram encarnar a mãe ideal prescrita pelos especialistas de família, realizando, assim, por intermédio da maternidade, a sua recusa à feminilidade.

Trata-se de um modelo de maternidade que convoca as mulheres dessa geração a, anacronicamente, ocupar uma posição similar àquela ocupada pelas mulheres que viveram na passagem do século XVIII para o XIX, que buscando atender aos ideais da época passaram a encarnar a esposa recatada e a boa mãe de Rousseau, que vivia para os filhos, se responsabilizando pela sua saúde, educação e felicidade, sacrificando, para isso, a mulher que há na mãe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dito na Introdução desta tese, este trabalho de investigação teve como objetivo compreender o mal-estar manifestado pelas mulheres que foram acometidas por uma cota significativa de sofrimento com a chegada do filho, manifesta por intermédio de episódios constantes de angústia, ansiedade, cansaço, exaustão, fadiga e esgotamento físico e mental.

A escuta clínica dessas mulheres durante o seu processo de análise levou-me a formular uma hipótese inicial: a de que esse mal-estar seria decorrente da tentativa de corresponder ao ideal de maternidade propagado pelos especialistas de família na época atual. Essas mulheres buscam, normalmente, em grupos de apoio à parentalidade, em manuais, livros e cursos os conselhos e as orientações desses especialistas que, nos últimos anos, se transformaram em verdadeiros gurus ou guias da parentalidade. Ao buscar esse apoio, elas procuram seguir à risca essas orientações e realizar o modelo de maternidade idealizado por eles.

Para realizar esse modelo, elas buscam performar como a mãe perfeita ou como a supermulher que dá conta de ser tudo, ao mesmo tempo, transformando, assim, a maternidade em uma experiência difícil e conflituosa.

A hipótese inicial de que o mal-estar na maternidade seria decorrente da tentativa de corresponder ao ideal prescrito pelos especialistas, que traz à cena um modelo de mãe que remete ao passado, levou-me a desenvolver, no primeiro capítulo desta tese, uma pesquisa sobre a história da mulher e da maternidade.

Essa pesquisa teve como um dos objetivos básicos, contextualizar a época em que vivem as mulheres contempladas na investigação com o intuito de localizar como os discursos proferidos pelos especialistas atravessam a sua experiência com a maternidade.

Ao finalizar esse capítulo, constatei que vivemos, hoje, um momento histórico em que estamos lidando, no campo da parentalidade, com as consequências do declínio da imago paterna e de seus ideais e do surgimento de um momento civilizatório marcado por uma lógica que convida o sujeito a viver sob a ditadura do mais-de-gozar.

Devido a essas mudanças civilizatórias, mães e pais não encontram mais na cultura referenciais claros que possam orientá-los no que tange ao exercício da sua função. Diante da ausência destes referenciais, eles se sentem desamparados e

solitários em relação à tarefa de educar uma criança. Esse desamparo, somado às incertezas e faltas de garantias quanto ao exercício da sua função, contribui para que muitas mulheres dessa geração busquem realizar o ideal de maternidade disseminando pelos especialistas de família.

Trata-se de um ideal difícil de ser realizado, por ser incompatível com as demandas da vida moderna e com as expectativas sociais em torno da mulher, e por ignorar que a relação entre mãe e filho, como qualquer relação humana, é contraditória e ambivalente, marcada por conflitos e desencontros.

Embora se trate de um ideal difícil de ser alcançado, constatei, ao realizar no segundo capítulo uma discussão sobre feminilidade, maternidade e castração, que o mal-estar manifestado pelas mulheres contempladas na pesquisa não é decorrente da tentativa de encarnar a mãe perfeita ou a supermulher que dá conta de tudo, mas da dificuldade de se dividir entre a maternidade e a feminilidade, de ser além de mãe, também uma mulher.

De acordo com o que foi discutido no segundo capítulo desta tese, ao contrário do que preconizou Freud (1924) ao afirmar que o filho como um substituto do falo simbólico representaria uma solução para a falta fálica que conduziria a mulher a uma feminilidade dita normal, a maternidade não representa uma solução para a castração, nem para o enigma da feminilidade. Por se inscrever como não-toda na lógica fálica, a mulher se divide em dois modos de gozo: um fálico e outro ilimitado, que o falo não recobre, por isso, o filho como um substituto simbólico do falo não drena tudo que há de pulsional na mulher e nem soluciona o enigma da feminilidade, já que ser mãe é, segundo Miller (2014), apenas uma pseudossolução para a falta de um significante especificamente feminino no inconsciente.

Por isso, ao contrário do que muitas mulheres dessa geração que romantizam e idealizam a maternidade como uma experiência de completude almejam vivenciar com a chegada do filho, a criança não realiza a mãe por completo, mas divide o sujeito feminino entre a maternidade e a feminilidade.

Essa divisão que o filho inscreve no sujeito feminino entre a mãe e a mulher se revelou como algo insustentável para as mulheres contempladas nesta pesquisa. A dificuldade de lidar com essa divisão parece ter contribuído para que elas buscassem realizar o modelo de maternidade prescrito pelos especialistas, uma vez que a mãe perfeita ou a supermulher representam, conforme o segundo capítulo, um modo

contemporâneo de mascarar a falta fálica se inscrevendo no lugar da mãe que é toda para o filho.

Para compreender essa dificuldade manifestada por elas de lidar com essa divisão realizei, no terceiro capítulo dessa tese, uma exposição sobre a relação mãe-filha.

Essa exposição teve como objetivo localizar se algo da relação que elas estabeleceram com sua mãe, especialmente no período que antecedeu a sua entrada na vida adulta, pode esclarecer essa dificuldade. Pois como advertiu Freud (1931), ao constatar a relevância da mãe para a transformação da filha em mulher, não podemos compreender uma mulher, sem revisitar sua história com sua mãe.

Saliento que a mãe tem uma importância central para o processo de transformação da filha em mulher e de inscrição da mulher como mãe de seu filho. Por isso, o modo como uma mulher constrói a sua feminilidade, vivencia a maternidade e se apropria da sua função é atravessado pelas marcas que essa relação deixou nela.

Com as mulheres contempladas nesta pesquisa não foi diferente. A relação que elas estabeleceram com sua mãe nos primórdios da sua infância atravessou o modo como elas se apropriaram da sua função e inscreveram o filho no seu desejo.

Segundo a descrição que fiz no terceiro capítulo da tese sobre a história familiar dessas mulheres, tanto Débora, quanto Laura, Paula, Júlia e Maria protagonizaram com suas mães histórias de captura. São mulheres devastadas na relação com a mãe, que não conseguiram estabelecer uma distância mínima necessária daquela que deveria auxiliá-las na construção de uma feminilidade própria e a escrever o seu próprio destino como mulher. Por isso, a relação de devastação com a mãe marcou o modo como essas mulheres se posicionaram na relação com o filho e se apropriaram da função materna.

Ao se tornarem mães, Débora, Paula e Laura buscaram vivenciar com o filho os mesmos afetos e a mesma relação vivenciada com sua mãe. Diferentemente de Maria e de Júlia, que por não obterem um olhar de reconhecimento e afeto da mãe, elas buscaram experienciar com o filho o que não pôde ser vivenciado com sua mãe. Essa tentativa, ainda que inconsciente, de perpetuar por intermédio do filho algo da relação com a mãe, corroborou para elas se inscreverem como toda na relação com o filho, evitando, assim, que a falta apareça tanto do lado da mãe quanto do filho.

Ao buscar ser toda para o filho, Débora, Paula, Laura, Maria e Júlia não permitiram a entrada de um terceiro que poderia intervir nessa relação, deslocando-as dessa posição, que traz consequências tanto para a mãe, como para a criança.

Como Lacan (1969) afirmou em *Notas sobre a criança*, a ausência do pai como mediador da relação que se estabeleceu entre a mãe e a criança deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas do desejo materno. Ao se colocar na posição de objeto da fantasia materna, a criança satura a falta no desejo da mãe, se inscrevendo no lugar de objeto fetiche que tampona com sua presença a falta na mãe, independente da sua estrutura.

Há, portanto, algo de perverso no modo como essas mulheres devastadas na relação com a própria mãe seduzidas pelos discursos dos especialistas de família exercem a função materna, pois, como afirmou Miller (2014), a perversão é, de certa forma, normal do lado da mulher, já que o amor materno pode chegar a fetichização do objeto infantil, ao demandar que a criança vele com sua presença o objeto que falta à mulher: o falo.

Ao inscrever o filho no lugar de objeto fetiche, a mãe segue se sentindo plena e completa na relação com a criança, realizando, assim, por meio da maternidade, a sua recusa à feminilidade. Com isso, ela experimenta o que há de ilimitado no desejo materno, que o pai como um representante da lei poderia barrar e transforma a maternidade em uma experiência difícil e conflituosa, ao evitar ser confrontada com o não-todo do feminino. Miller observou:

Quanto mais a criança preenche a mãe, mais ela a angústia, de acordo com a fórmula segundo a qual é a falta da falta que angustia. A mãe angustiada é, inicialmente, aquela que não deseja, ou deseja pouco, ou mal, enquanto mulher (Miller, 2014, p.5).

De acordo com Miller, é preferível que a criança não seja tudo para a mãe, que o não-todo do feminino seja preservado para que a mãe continue sendo também uma mulher. Mas, para isso, é necessário que a mãe/mulher não esteja desencorajada de encontrar o significante do seu desejo no corpo de um homem, nem de lidar com a inexistência de um significante especificamente feminino que a represente no inconsciente como *A mulher*.

O mal-estar na maternidade, no caso das mulheres contempladas nesta pesquisa, não está, portanto, relacionado a uma dificuldade de exercer a função materna como elas argumentaram durante o seu processo de análise, nem a busca pela realização do modelo de mãe prescrito pelos especialistas de família, conforme

a hipótese que formulei inicialmente, mas a uma dificuldade de sustentar uma posição feminina, de ser confrontada com a privação que concerne a essa posição, depois da chegada do filho. Como afirmou Miller (2015) ao contrário da mãe, que teria o dom do amor para dar, a mulher é aquela que não tem para dar.

Por isso, mais do que escutar as queixas que essas mulheres trazem na análise em relação ao exercício da sua função ou as mudanças que a maternidade trouxe para a sua vida, é preciso escutar como essas mulheres que se tornam mães realizaram a travessia edipiana e a passagem de menina a mulher, identificar qual foi a solução que elas encontraram para a falta de um significante especificamente feminino.

Afinal, como afirmou Zalcberg (2019), para uma mulher se inscrever como mãe do seu filho e exercer sua função é necessário que ela realize uma das tarefas mais difíceis e necessárias na vida de uma mulher: estabelecer uma distância mínima daquela que representou o seu primeiro modelo de feminilidade.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AMARAL, A. *A exaustão no topo da montanha*. Belo Horizonte: Paidós, 2021.
- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. São Paulo: LTC, 1973.
- BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de W. Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BESSA, G. *Feminino: um conjunto aberto ao infinito*. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.
- BRASIL, M; COSTA, A. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? *Psicologia Clínica*, 30 (3), p. 427-446, 2018.
- BROUSSE, M. H. Uma dificuldade na análise das mulheres: a devastação na relação com a mãe. *Latasa: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP-RJ)*. Rio de Janeiro: 9, 203-218, 2004.
- BROUSSE, M. H. Un neologismo de actualidad: la parentalidad. In: TORRES, M.; Faraoni, J.; Schnitzer, G. (org.). *Uniones del mismo sexo*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2010.
- CARVALHO, R. *60 dias de neblina*. Curitiba: Ediora Matrescência, 2019.
- CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978. p. 13-303.
- CHRISTIANE, A.; Alvarenga, E. *Ser mãe: mulheres psicanalistas falam da maternidade*. Tradução: V. Ribeiro. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 2018.
- COHEN, R. H. P.; MIRANDA, C. E. S. Uma criança é adotada: o lugar simbólico da filiação e seus efeitos subjetivos. *Psicologia em pesquisa*, 6 (1), p. 61-67, 2012.
- DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: UNESP, 2009.
- DEL PRIORE, M. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.
- DONATH, O. *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Tradução de M. Vargas. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.
- DRUMMOND, Cristina. Olhar de mãe. *Maternidades contemporâneas*. Curinga 40. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, 2015.
- FERRANTE, E. *A filha perdida*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- FREUD, S. (1888/1892). Um caso de cura pelo hipnotismo. In: FREUD, S. *Obras completas* (v. I, p. 159-175). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1893/1996). Srta. Anna O. In: FREUD, S. *Obras completas* (v. II, p. 57-82). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FREUD, S. (1896). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. III, p. 159-187). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1900). A interpretação de sonhos. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. IV, p. 13-303). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1905a). Três Ensaio sobre a sexualidade. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. VII, p. 119-231). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1905b). Fragmento da análise de um caso de histeria. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. VII, p. 15-119). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1908a). Sobre as teorias sexuais das crianças. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. IX, p. 189-207). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1908b). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. IX, p. 167-189). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. X, p. 11-275). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. *In: S. Freud, Obras completas* (v. XI, p. 73-143). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1914). Sobre o narcisismo uma introdução. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XIV, p. 77-108). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1915). Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XIV, p. 267-285). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1919). Uma criança é espancada: Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XVII, p. 191-219). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1920). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XVIII, p. 157-183). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1923). A organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da sexualidade. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XIX, p. 155-165). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1923). O ego e o id. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XIX, p. 15-75). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XIX, p. 191-199). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1924b-1925). Um estudo autobiográfico. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XX, p. 10-75). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *In: S. Freud, Obras completas* (v. XIX, p. 273-286). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1926). A questão da análise leiga *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XX, p. 175-241). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1927). Fetichismo. *In: FREUD, S. Obras completas* (v. XXI, p. 151-160). Rio de Janeiro: Imago, 1996.



- FREUD, S. (1931/1996). Sexualidade feminina. *In*: FREUD, S. *Obras completas* (v. XXI, p. 231-251). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. (1932-1933/1996). Feminilidade. *In*: FREUD, S. *Obras completas* (v. XXII, p. 113-134). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Totem e Tabu. (1913). *In*: FREUD, S. *Obras completas* (v. XIII, p. 11-125). Rio de Janeiro: Imago, 1996
- FUENTES, M. J. *As mulheres e seus nomes: Lacan e o feminino*. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.
- GARRAFA, T. Primeiros tempos da parentalidade. *In*: Teperman, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). *Parentalidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2020.
- GAY, P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- HADDAD, I. *Uma mulher e seus extravios*. Belo Horizonte: Cas'a' screver, 2017.
- IACONELLI, V. *Criar filhos no século XXI*. São Paulo: Contexto, 2021.
- IACONELLI, V. *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Zagodoni, 2020.
- KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- LACAN, J. (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo. *In*: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, J. (1949). O estágio do espelho como formador da função do eu. *In*: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. (1953). Lacan a significação do falo. *In*: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. (1956-1957). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.
- LACAN, J. (1958). A significação do falo. *In*: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. (1958). Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. *In*: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. (1969-1970). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.
- LACAN, J. (1969). Nota sobre a criança. *In*: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- LACAN, J. (1970). Édipo e Moisés e o pai da Horda. *In*: LACAN, J. *Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, J. (1972-1973). Letra de uma carta de amor. *In*: LACAN, J. *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- LACAN, J. (1972). O aturdido. *In*: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, J. (1972). O Aturdido. *In*: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

- LACAN, J. Le séminaire: *RSI. Ornica?*, n. 3, p. 122, 1974-1975
- LACAN, J. *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- LACAN, J. *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- LACAN, J. (1957-1958). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora 1999.
- LEITE, T. (2019). *Gestar, parir, amar não é só começar*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- LOPES, A; CARVALHO, A. Tornar-se mãe: considerações acerca do lugar da maternidade na contemporaneidade. *Revista FSA*, Teresina, v. 14, n. 2, 2019
- MARQUES, F. *Trechos de mim*. Nova York: Much, 2018.
- MARUCCO, Norberto. Cura analítica y transferencia: de la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- MEIRA, A. C. S. *Histórias de captura: investimentos mortíferos nas relações mães e filhas*. São Paulo: Blucher, 2021.
- MILLER, J-A. A lógica na direção da cura: elaborações sobre o seminário IV de Jacques Lacan. A relação de objeto. Seminário realizado no IV Encontro Brasileiro do Campo Freudiano, demanda e desejo na entrada em análise, 1993.
- MILLER, J.-A. (1999). Una distribución sexual. Uno por Uno. *Revista Mundial de Psicoanálisis*, n. 47, p. 17-29, 1999.
- MILLER, J.-A. A criança entre a mãe e a mulher. *Opção Lacaniana*, 5, n. 15, p. 1-15, 2014.
- MILLER, J.-A. *A criança entre a mulher e a mãe*. Tradução de Cristiana Mattos, Cristina Vidigal, Inês Seabra e Suzana Barroso. v. 15, 2014. *Opção Lacaniana online*, p. 2177-2673. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/nranterior/numero15/texto1.html>. Acesso em: 16 jul. 2023.
- MILLER, J.-A. *De mujeres y semblantes*. In: MILLER, J.-A. *De la naturaleza de los semblantes*. Buenos Aires: Paidós, 2012.
- MILLER, J.-A. Mãe-mulher. *Opção Lacaniana*, n. 71, p. 13-22, 2015.
- MILLER, J.-A. Mulheres e semblantes II. *Opção Lacaniana*, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2010.
- MILLER, J.-A.; LAURENT. E. *El Otro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- NEDER, M. *Déspotas mirins*. São Paulo: Zagodoni, 2012.
- NEDER, M. *Os filhos da mãe: como viver a maternidade sem culpa e sem o mito da perfeição*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.
- ROUSSEAU, J. *Émile ou de L'Éducation*. Genève: Chez Jean Néaulme, 1762.
- SILVEIRA, L. *Entre teses e textos: como o tema da inferioridade da mulher aparece nos ensaios que Freud dedica à sexualidade feminina?* *Revista de filosofia Aurora*, v. 33, n. 58, 2021, p. 06-29.

- SOLER, C. *O que Lacan dizia das mulheres*. Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- TEDESCHI, A. *Histórias das mulheres e as representações do feminino*. Campiinas: Curt Nimuendajú, 2008.
- TELES, M. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.
- TEPERMAN, D. W. (2012). Família, parentalidade e época: um “nós” que não existe. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.
- VÁSQUEZ, G. Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v. 3, n. 6, p. 167-181, 2014.
- VILARINHO, T. *Mãe fora da caixa*. São Paulo: Buzz Editora, 2017.
- VIVAS, E. *Mamãe desobediente*: um olhar feminista sobre a maternidade. Tradução de C. Cruz. São Paulo: Timo, 2021.
- ZALCBERG, M. *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ZALCBERG, M. *De menina a mulher*: cenas da elaboração da feminilidade no cinema e na psicanálise. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2019.